

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

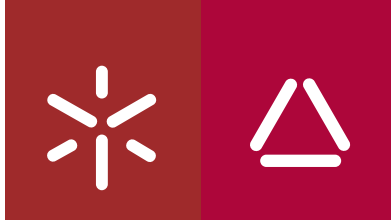
Vânia Daniela Martins Moreira

**As prisões políticas do Estado Novo
no século XXI:
uma perspectiva patrimonial**

Vânia Daniela Martins Moreira **As prisões políticas do Estado Novo no século XXI: uma perspectiva patrimonial**

UMinho | 2018

outubro de 2018



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Vânia Daniela Martins Moreira

**As prisões políticas do Estado Novo
no século XXI:
uma perspectiva patrimonial**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Património Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

outubro de 2018

DECLARAÇÃO

Nome: Vânia Daniela Martins Moreira

Endereço Electrónico: vaniadm_moreira@hotmail.com Telemóvel: 917633814

Número do Bilhete de Identidade: 14681345

Título tese: As Prisões Políticas do Estado Novo: uma perspectiva patrimonial

Orientador: Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

Ano de Conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Mestrado em Património Cultural

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 31 /10/2018

Assinatura: Vânia Daniela Martins Moreira

Agradecimentos

Ao longo do período de realização desta dissertação, foram várias as pessoas que contribuíram para o sucesso da mesma.

Desde já, ao meu orientador Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro, que me incentivou a trabalhar sobre este tema, e desde logo se prontificou a auxiliar-me e ser meu orientador, ao qual lhe devo os meus profundos agradecimentos. Também a todos os outros professores que fizeram parte do meu percurso académico e os quais acrescentaram sempre algo à minha formação.

Às minhas amigas, pelas conversas de sempre, sobretudo nos momentos de maior ansiedade e pelas palavras amigas.

À minha família, pelo apoio incondicional de sempre, pelo interesse mostrado relativamente ao tema do trabalho, ideias para o mesmo, pelas conversas e pela compreensão relativamente ao tempo dispendido para a realização desta dissertação.

Sobretudo deixar os meus profundos agradecimentos e a quem dedico este trabalho:

Aos meus pais, João e Adelaide, e ao meu irmão, Alexandre, que são os melhores do mundo e a quem devo tudo. Pelo orgulho que sempre mostraram ter e por estarem sempre do meu lado. Pelas palavras de incentivo e também pelo interesse mostrado no tema, incluindo a sua presença numa das visitas no âmbito da realização desta dissertação.

Ao meu namorado e companheiro de sempre, que está sempre do meu lado, sempre me apoiou e mostrou interesse em querer ajudar-me. E a quem devo os meus agradecimentos por ter ido sempre comigo às visitas realizadas, por ajudar a tirar as inúmeras fotografias, sempre com muito empenho; pelo carinho e por ser o melhor.

E sobretudo ao meu avô, Sebastião, de quem tenho profundas saudades e a quem devo o interesse pelo tema, que ajudou a moldar a minha personalidade e carácter, e que sei que está sempre comigo. Até sempre, camarada.

A ti, avô.

Esta dissertação não segue o novo acordo ortográfico.

Resumo

A presente dissertação de mestrado pretende ir ao encontro a uma perspectiva patrimonial dos edifícios que outrora foram cárceres no contexto do Estado Novo, regime vigente em Portugal de 1926 a 1974.

A contextualização deste regime revela-se relevante à compreensão do surgimento das prisões políticas na vasta extensão territorial do Portugal de então. Dotado de um carácter altamente repressivo, este regime culminou na prisão de milhares de portugueses, sujeitos às violências perpetradas pela polícia política. As memórias desses ex-presos políticos constituem uma peça fundamental na percepção e caracterização do regime vigente da altura e, por isso mesmo, a sua memória deve ser preservada.

Esta dissertação pretende ir de encontro ao complemento entre a História, a Memória e o Património, já que estes se encontram intrinsecamente interligados.

Actualmente, estes edifícios constituem símbolos da resistência e da liberdade e uma homenagem àqueles que lutaram em prol da Democracia e do direito às liberdades individuais e colectivas. Contudo, as actuais funções destes edifícios nem sempre vão ao encontro ao seu papel enquanto tal. Pretende-se, por isso, enfatizar alguns edifícios que se revestiram de cárceres políticos, para uma abordagem relativamente à sua funcionalidade nos dias actuais, e se a sua valorização enquanto património cultural se encontra assegurada.

Palavras-chave: *Estado Novo*; presos políticos; prisões políticas; repressão.

Abstract

The following master's dissertation intend to approach a patrimonial perspective about the buildings that were prisons in *Estado Novo*, a regime that ruled Portugal from 1926 to 1974.

This regime context is relevant to the understanding of the rise of the political prisons on the wide territorial extension of the Portugal of that time. By being a highly repressive regime, it resulted on several prisons of the portuguese people, exposed to the political police violences. The memories of those ex-political prisoners represent a major peace on the percepçion and caracterization of the regime and, that's why, memory must be preserved.

This dissertation intend to approach the complement between History, Memory and Patrimony, therefore they are intrinsically related each other. Nowadays, those buildings represent both symbols of resistance and freedom and an tribute to those who fight for the Democracy and the individual and colective rights. However, the actual functions of those buildings has not always meet their role as such. Thats why is intend to emphasize some buildings that were political prisons, to an approach to their functionality nowadays, and if their valorization as cultural patrimony is guaranteed.

Keywords: Estado Novo; political prisoners; political prisons; repression.

Índice

Agradecimentos	2
Resumo	4
Abstract	5
Índice	6
Índice de Figuras	7
Introdução	9
Capítulo I	12
“A Bem da Nação”	12
Capítulo II	38
As «Prisões Especiais» do Estado Novo	38
Sede da Polícia Política.....	44
Delegação da Polícia Política do Porto.....	48
Prisão do Aljube	50
Forte de Caxias	55
Forte de Peniche	61
Fortaleza de S. João Baptista.....	78
Capítulo III:	80
Memória de um passado recente	80
Capítulo IV	98
De Cárcere a Museu	98
Sede e Delegações da Polícia Política.....	102
Edifícios Paço do Duque (Sede da Polícia Política, em Lisboa).....	102
Museu Militar do Porto (Delegação da Polícia Política).....	106
Delegação da Polícia Política de Coimbra (<i>The Luggage Hostel & Suites</i>)	115
Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Lisboa	116
Fortaleza de Peniche	128
Forte de Caxias	134
Tarrafal	134
Conclusão	137
Bibliografia	139

Índice de Figuras

Fig. 1: <i>Indicação manuscrita do interrogatório a Artur Catarino Simões</i>	30
Fig.2 : <i>Ilustração alusiva à Revolução dos Cravos</i>	37
Fig.3: <i>Sede da polícia política em Lisboa, década de 70</i>	45
Fig.4: <i>Placa em homenagem aos civis mortos a 25 de Abril de 1974, pela polícia política</i>	47
Fig. 5: <i>O edifício do Aljube, início séc. XX</i>	50
Fig.6 : <i>«Curro» ou «gaveta» da prisão do Aljube (reconstituição)</i>	52
Fig.7 : <i>«Curro» ou «gaveta» da prisão do Aljube (reconstituição)</i>	52
Fig.8: <i>Vista gradeada para a Sé de Lisboa</i>	53
Fig.9: <i>Planta do Forte de Peniche</i>	62
Fig.10: <i>Entrada para o Baluarte Redondo</i>	65
Fig.11: <i>Entradas para as celas de isolamento, o «segredo»</i>	65
Fig.12: <i>«Desenhos da Prisão» de Álvaro Cunhal</i>	87
Fig.13: <i>Desenho de Jaime Serra, relativo à «estátua»</i>	90
Fig.14: <i>Cronologia da «tortura sono» por Joaquim Moteiro Matias, em Setembro de 1967</i>	95
Fig.15 : <i>Informação histórica relativa ao Edifício Paço do Duque</i>	103
Fig.16 : <i>Edifício Paço do Duque, antiga sede da polícia política</i>	105
Fig.17: <i>Museu Militar do Porto</i>	106
Fig.18 : <i>Miniaturas expostas no Museu Militar do Porto</i>	108
Fig. 19 – <i>Detalhe da porta da cela de isolamento</i>	110
Fig. 20 – <i>Imagem do quarto, com a janela gradeada ao fundo</i>	111
Fig. 21 – <i>Último andar, onde ocorriam os interrogatórios</i>	112
Fig. 22 – <i>Placa em homenagem aos presos políticos na Delegação Norte da polícia política</i>	114
Fig. 23 – <i>The Luggage Hostel & Suites</i>	116
Fig. 24– <i>O Aljube</i>	117
Fig. 25 – <i>Porta do Aljube, correspondente à lateral da Sé de Lisboa</i>	119
Fig. 26 – <i>Porta principal do Museu do Ajube</i>	120
Fig. 27 – <i>Vista da chamada «Sala da Censura»</i>	121
Fig. 28 – <i>Objectos de uma tipografia clandestina</i>	122
Fig. 29 – <i>Representação da vida na clandestinidade: as reuniões</i>	123

Fig. 30 – <i>Representação de uma tipógrafa, utilizando uma máquina de escrever com caixa...</i>	124
Fig. 31 – <i>Representação de um preso no «curro».....</i>	125
Fig. 32 – <i>Fortaleza de Peniche.....</i>	128
Fig. 33 – <i>Fortaleza de Peniche, com destaque para o Baluarte Redondo.....</i>	129
Fig. 34 – <i>Placas de homenagem à entrada da Fortaleza de Peniche.....</i>	130
Fig. 35 – <i>Bloco Prisional da Fortaleza de Peniche.....</i>	132
Fig. 36 – <i>Bloco Prisional da Fortaleza de Peniche, em evidente estado de degradação.....</i>	132

Introdução

São vários os edifícios espalhados pelo território português e até pelas suas antigas colónias, que se revestem de um valor simbólico enquanto antigos cárceres políticos no contexto do Estado Novo.

As prisões estabelecidas durante este regime eram direccionadas àqueles cujas convicções políticas não iam de encontro às estabelecidas pelo regime, as quais pretendiam exercer um controle social e político, que não só servia para punir os prisioneiros, como servir de exemplo aos que se encontravam em liberdade. Era uma forma de controlar e garantir a ordem do regime. Associada às prisões políticas, a polícia política, mais comumente designada por PIDE, como afirma Irene Pimentel, «não investigava para prender, mas prendia para investigar»¹. Assim, embarcar no lado oposto ao do Estado Novo, era preparar-se para a possibilidade de ser preso. Era necessária uma enorme coragem em sujeitarem-se às prisões do Estado Novo e sobretudo, aos métodos infligidos pela polícia política. Passaram milhares de pessoas, portuguesas e não portuguesas, pelos vários cárceres políticos do regime.

Os primeiros capítulos serão dedicados a uma melhor compreensão do contexto em que surgem as prisões políticas, já que irá abordar-se a edificação e consolidação do regime, bem como os principais aspectos relacionados com a repressão política, e uma abordagem relativamente à polícia política: a sua formação, forma de actuação...

Sendo o foco central desta dissertação as prisões políticas, o segundo capítulo irá ser dedicado à sua funcionalidade enquanto edifícios representativos do *Estado Novo*, no que concerne à sua função de cárceres políticos.

No âmbito desta temática, têm sido vários os trabalhos acerca das prisões políticas e de obras que tratam os testemunhos relativamente ao ocorrido e ao quotidiano nas mesmas. Obras essas, indispensáveis à elaboração desta dissertação, para uma melhor compreensão do que fora o Estado Novo. Reveste-se de uma grande coragem lembrar o que viveram nas prisões políticas (o que, em grande parte dos casos, deixaram sequelas físicas ou psicológicas). Assim, o terceiro capítulo pretende tratar a questão da Memória, e a sua conexão à História e ao Património.

¹ Carlos Ademar e Ana Aranha, *No limite da dor* (Lisboa: Parsifal, 2014), 11.

O facto de ainda haver uma certa aversão à visita destes edifícios, revela que o passado ainda se encontra bastante presente e que ainda há uma conotação deveras negativa a estes edifícios. Por outro lado, o desconhecimento ou até a falta de interesse em procurar estes edifícios, é uma lacuna que carece de ser preenchida, já que é essencial a percepção do ocorrido nestes cárceres para que possamos apreender uma das componentes importantes do Estado Novo. Assim, as reminiscências da memória, a conservação dos edifícios e a responsabilidade da transmissão do conteúdo das heranças são premissas necessárias para que seja criado um sentimento de pertença em que os indivíduos se reconheçam².

Num último capítulo, pretende-se abordar estes ex-cárceres políticos no âmbito da área patrimonial. Isto é, a situação actual destes edifícios, bem como os planos futuros (se for o caso) e a importância da sua preservação e valorização no seio da comunidade.

O Património pode ser definido como o resultado «(...) da atribuição aos objectos de um significado valorativo que lhes confere o estatuto de suporte de memória e de identidade. Estes objetos passam a constituir uma herança que a comunidade protege e transmite às gerações vindouras como factor de enriquecimento e coesão (...)»³. Assim, os edifícios que outrora adquiriram funções de cárceres políticos foram deixados pelos nossos antepassados, ainda que não intencionalmente, tendo-lhes sido atribuído um valor simbólico relacionado com a resistência ao Estado Novo.

Relativamente a este capítulo (assim como o segundo), não se irá abordar todas as prisões políticas, mas aquelas que se revestiram mais relevantes no âmbito da repressão política e do destino que as mesmas tomaram, actualmente. Isto, já que se revela que existe um paradoxo entre alguns destes edifícios.

Assim, estes são conotados ao Património Imaterial⁴ Português e, como tal, carecem de ser preservados e valorizados, de modo que o seu simbolismo e valor patrimonial seja transmitido às gerações futuras, como representação de que a liberdade não deverá ser tomada por garantida. Pretende-se igualmente induzir a uma

² Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia* (Coimbra: Quarteto Editora, 2001), 27.

³ [Culturanorte.pt](http://www.culturanorte.pt), «Património Cultural»,

<http://www.culturanorte.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/#sthash.uBCXEvWL.dpuf>.

⁴ O Património Cultural pode ser dividido em dois grupos: o do Património Imaterial, no qual se insere o Património Imóvel (monumentos, sítios...) e o Património Móvel (que envolve, por exemplo, artefactos arqueológicos, arquivísticos...); e, por outro lado, o Património Imaterial, que envolve tradições, práticas e eventos festivos, entre outros. Informação em [Culturanorte.pt](http://www.culturanorte.pt), «Património Cultural», <http://www.culturanorte.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/#sthash.uBCXEvWL.dpuf>.

reflexão sobre a situação actual destes edifícios, e se os mesmos se encontram devidamente preservados e valorizados, já que se torna fulcral manter os sítios emblemáticos da História de Portugal como locais de memória.

Capítulo I

“A Bem da Nação”

Vivia-se na *Era dos Extremos*⁵. A instauração do Estado Novo em Portugal surgiu num contexto de constante instabilidade a nível mundial, marcada pelas sucessivas crises económicas, a ascensão de novas ideologias políticas, revoluções, quedas de regimes e importantes conflitos militares, como a Primeira Guerra Mundial.

Assim, a liberalização das ideias e dos costumes, bem como os novos ideais políticos provocaram um clima de alvoroço geral que se propagou mundialmente. Em resposta, surgem os regimes republicanos que, no entanto, se mostraram incapazes de conter o alvoroço que se fazia sentir. Em 1914 ocorrera a Primeira Grande Guerra Mundial, que se prolongará ao longo de quatro catastróficos anos, cujo término viera trazer uma paz efémera no seio mundial com o Tratado de Versalhes, em 1919 que, no entanto, despoletara o sentimento de humilhação por parte da Alemanha, o que propiciou a emergência de nacionalismos de cariz exarcebado, como o nacional-socialismo, na Alemanha, e o fascismo, em Itália. A ameaça revolucionária vermelha, surge no contexto da Revolução Russa de 1917 que ocorrera no final da Primeira Guerra Mundial em resposta ao descontentamento da população perante o czar Nicolau II, prometendo a paz, a melhoria das condições de vida do proletariado e a terra aos camponeses. Esta ameaça irá provocar a reacção repressiva dos nacionalismos autoritários, em que se inclui Portugal. O clima de tensão internacional suscitado por potências como a Alemanha, Itália e Japão, que associavam regimes totalitários a uma ideologia expansionista, contribuíram para o despoletar da Segunda Guerra Mundial. As crises económicas nos anos vinte e trinta também contribuíram para as precárias condições de vida da população, o que agravou ainda mais o seu descontentamento. Todo este aglomerado de factores desencadeou um sentimento nacionalista muito vincado, o que se tornara visível através dos regimes que surgem e se espalham por todo o «*continente das trevas*»⁶.

⁵ Referência ao título da obra de Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos*.

⁶ Alusão ao título da obra *O Continente das Trevas*, de Mark Mazower.

A instabilidade política vivida ao longo da Primeira República marcou profundamente uma sociedade já frustrada pelos sucessivos governos e a incapacidade de se afirmarem no poder, bem como do défice económico que o país atravessava. Na sua perspectiva, faltava um governo forte que impusesse a ordem no país. Nos meados dos anos vinte a queda desta inconstância de governos era iminente; a Primeira República «estava condenada»⁷.

A 28 de Maio de 1926, é comandado pelo general Manuel Gomes da Costa um movimento militar que partira de Braga sem encontrar oposição e ao qual a maioria do exército aderira, transformou-se num golpe triunfante. Este, que chegara à capital a 6 de Junho de 1926⁸, encerrou definitivamente o conturbado período da Primeira República em Portugal, iniciando-se assim um novo regime estruturado numa *Ditadura Militar*, pouco depois designada *Ditadura Nacional*. A instabilidade que o país atravessava levou a que a população não tivesse mostrado relevante resistência à marcha militar conduzida por Gomes da Costa, sobretudo porque a intervenção das forças armadas constituía uma garantia da imposição da ordem no estado caótico do país⁹. Tanto que não se opuseram a Gomes da Costa, como ainda vieram aplaudi-lo a Lisboa¹⁰. Esta, no entanto, acabou por ser um trâmite transitório entre a inconstante Primeira República e o designado Estado Novo.

A *Ditadura Nacional*, já presidida por António Óscar Fragoso Carmona (que entretanto derrubou Gomes da Costa através de uma nova contra-revolução), prometia várias medidas que propunham agradar à maioria da população, sobretudo no que concerne à paz e ordem social. Os últimos anos da Primeira República tinham cansado o povo, devido à forte instabilidade política e social e, por isso, um novo regime com medidas tão promissoras agradou à maioria da população. Contudo, este novo regime veio suprimir muitas das liberdades e direitos individuais e colectivos, tendo colocado algumas das facções que anteriormente apoiavam o governo no lado da oposição ao regime. Este prometia assim «disciplinar e pôr ordem no país»¹¹.

A conturbada Primeira República levou a que a economia em Portugal se encontrasse desequilibrada e com níveis modestos de crescimento, pelo que se levou a

⁷ Maria Cândida Proença, *Uma História Concisa de Portugal* (Lisboa: Temas e Debates, 2015), 650.

⁸ Proença, *Uma História...*, 650.

⁹ José Miguel Sardica, *O século XX Português* (Alfragide: Texto Editora, 2011), 48.

¹⁰ Sardica, *O século XX...*, 53.

¹¹ António Rosa Casaco, *Servi a Pátria e Acreditei no Regime* (Ed. de Autor, 2003), 327.

convidar, em 1926, para assumir a pasta de Ministro das Finanças, um professor da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar. Pese embora ter renunciado ao cargo por não lhe serem concedidas determinadas condições¹², a 27 de Abril de 1928¹³ veria as mesmas concedidas; condições essas que viriam a constituir o prelúdio de um regime que viria a durar quarenta e oito anos.

O seu plano de fomento económico com vista ao equilíbrio das finanças implicava uma forte capacidade de sacrifício por parte dos portugueses. Além disso, era necessário que os outros ministérios prescindissem de gastos dispensáveis, de modo a cessar o défice do Estado¹⁴. Apesar da rígida disciplina nas contas do Estado, o novo ministro conseguiu equilibrar o plano financeiro do país, bem como o fortalecimento da moeda portuguesa, ficando conhecido junto dos seus apoiantes por *Salvador da Pátria*.

Proveniente do interior ruralizado do país, António de Oliveira Salazar afigurou-se como uma personagem incontornável no século XX, a figura que representou e que foi o Estado Novo. Professor catedrático, renunciou à carreira de eclesiástico para se dedicar à área da Economia e Finanças. No entanto, conciliou a sua vida académica com o seu forte vínculo à religião, tendo sido filiado no *Centro Católico* e no *Centro Académico de Democracia Cristã*. Aí tornou-se amigo de Manuel Gonçalves Cerejeira, a figura mais importante da Igreja Católica em Portugal durante o período do Estado Novo¹⁵.

O nacionalismo e a religião católica constituíram dois pilares essenciais na educação de Oliveira Salazar, que os transportou para a sua vida política, tendo sido os grandes alicerces do Estado Novo.

Salazar defendia a simplicidade dos costumes em comunhão com a vida rural, e não lhe agradavam os modelos modernos dos países considerados mais avançados¹⁶. O seu mérito enquanto Ministro das Finanças foi de tal ordem que rapidamente se assumiu como líder de um regime que ainda se estava a estabelecer.

¹² Sardica, *O século XX...*, 57.

¹³ Fernando Rosas (coord.), *Nova História de Portugal: Portugal e o Estado Novo 1930-1960*, Vol. XII, (Lisboa: Editorial Presença, 1987), 144.

¹⁴ Joaquim Serrão, *História de Portugal: Do 28 de Maio ao Estado Novo 1926-1935*, Vol. XIII, (Verbo, 2000), 39.

¹⁵ Sardica, *O século XX...*, 56-57.

¹⁶ Proença, *Uma História...*, 679.

Em 1930, a 30 de Julho, criou-se a União Nacional (cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto – Lei nº 21:608, de 20 de Agosto de 1932). Sendo a única força política legalmente permitida, era presidida pelo próprio Oliveira Salazar¹⁷, designando-se como uma «*associação, sem carácter de partido e independente do Estado*»¹⁸, sendo que ao longo de todo o período sob a alçada do Estado Novo não foi permitido à oposição constituir partidos políticos nem tampouco ter representação parlamentar. Pretendia-se, assim, que fosse mais uma associação cívica do que propriamente um partido. No entanto, a verdade é que todos os outros partidos se tiveram que remeter à clandestinidade, pois haviam sido proibidos. Sobre os partidos, Oliveira Salazar revelou a António Ferro: «*eu não tenho horror aos partidos dum modo geral; tenho horror ao partidarismo em Portugal*».¹⁹

Também os sindicatos livres haviam de ser banidos e as forças oposicionistas tentaram manter sindicatos na ilegalidade, contudo, sem grande sucesso. Para contornar esta situação, o Partido Comunista Português (PCP), na altura com Bento Gonçalves como secretário-geral, tentara infiltrar-se nos sindicatos nacionais e actuar nos mesmos, tendo mais tarde alcançado alguns êxitos importantes²⁰.

O Acto Colonial fora igualmente aprovado em 1930, o que consolidava a soberania portuguesa nas colónias além-mar²¹ e que acentuava a tão conhecida mensagem de que *Portugal não é um país pequeno*, na qual se comparava o tamanho conjunto de Portugal e das suas colónias ao tamanho da Europa. Também por esta altura é criado o Tribunal Especial (com sede no Quartel-General do Governo Militar de Lisboa)²², onde seriam julgados os acusados de crimes políticos.

A 5 Julho de 1932, Oliveira Salazar assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros²³ (o equivalente a Primeiro-Ministro nos dias de hoje), tendo assim oficializado e reforçado o seu papel de líder do país.

Este novo regime viria a reger-se em torno daquela que passara a ser a Trilogia da Educação Nacional - *Deus, Pátria, Família* - e que constituiu a base do Estado Novo, um regime que viria para durar.

¹⁷ Proença, *Uma História...*, 671.

¹⁸ Proença, *Uma História...*, 671.

¹⁹ António Ferro, *Salazar: O Homem e a sua obra* (Lisboa: Edições Fernando Pereira, 1989), 161.

²⁰ Dawn Linda Raby, *Resistência antifascista em Portugal* (Lisboa Salamandra, 1990), 17

²¹ Sardica, *O século XX...*, 68.

²² Fernando Bernardes, *Peniche - Uma fortaleza da resistência* (Lisboa: Edições Avante!, 1991), 16.

²³ Proença, *Uma História...*, 669.

A designação Estado Novo trouxe precisamente a conotação ao novo regime de uma ruptura com os antigos governos, marcados essencialmente pela instabilidade e agitação social e, portanto, de um novo começo. Contudo, aquilo a que o novo Presidente do Conselho propunha era «*fazer Portugal viver habitualmente*». Assim, o «*salazarismo foi uma maneira de ser Portugal*»²⁴.

A nova Constituição da República Portuguesa, que entrará em vigor a 11 de Abril de 1933, veio dar oficialmente início a um regime que vigorou quase meio século em Portugal, o Estado Novo, englobando os periodos que o antecederam, da Ditadura Militar e da Ditadura Nacional.

Este regime estava assente no corporativismo, no nacionalismo proteccionista e no intervencionismo estatal²⁵. Era igualmente antiparlamentar e antiliberal, pois considerava que o socialismo e o liberalismo eram os causadores das desordens verificadas nos sucessivos governos da Primeira República²⁶.

Ainda que com semelhanças com os regimes nacionalistas europeus, o *Estado Novo* veio afigurar-se um regime deveras *sui generis*, em torno de uma figura igualmente peculiar. Desde o movimento que o instaurara até ser o regime em que se consolidou, o *Estado Novo* fora uma «*reação nacionalista e autoritária*»²⁷ perante o alvoroço com que o país e o mundo se depararam, trazendo ao povo português, segundo o próprio, uma nova esperança de melhoramento nas condições de vida. De acordo com Oliveira Salazar: «*a nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem nacional*»²⁸.

No entanto, o regime foi pautado pelas proeminentes desigualdades entre classes, havendo um grande fosso entre a classe alta - detentora de enormes propriedades, empresas e uma elevada qualidade de vida - e os mais pobres, abarcando a maioria da população portuguesa, que vivia sobretudo no mundo rural (ao serviço dos mais abastados) e cuja qualidade de vida era precária. Além disso, a

²⁴ Eduardo Lourenço em Fernando DaCosta, *Máscaras de Salazar* (Alfragide: Casa das Letras, 2010), 365.

²⁵ José Mattoso dir., *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII, (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 217; e Proença, *Uma História Concisa...*, 667

²⁶ Rosas, *Nova História...*, 96.

²⁷ Rosas, *Nova História...*, 9.

²⁸ Ferro, *Salazar...*, 113.

agricultura constituía a base da economia portuguesa²⁹, a principal fonte de rendimento da maioria da população. Ainda assim houve esforços por parte do governo em desenvolver a indústria e exportar produtos nacionais como o vinho do Porto, conservas de peixe, azeite, cortiça, entre outros.³⁰ A lenta evolução da indústria em Portugal deve-se, de certo modo, à vontade de Salazar «prolongar no tempo a herança histórica do país rural e religioso»³¹.

Portugal, sobretudo em comparação a outros países europeus, como o caso da França e, também, da Alemanha do pós Segunda Guerra, era um país muito atrasado. Estes eram países bastante atractivos para os portugueses, pois verificava-se uma grande diferença na qualidade de vida que aqueles países ofereciam, em contraste com o Portugal de então. Era nestes países que a maioria dos portugueses que emigraram buscavam melhores condições de vida.

Além das notórias e discrepantes desigualdades a nível da hierarquia de classes, também a diferença de género estava muito presente no seio do regime salazarista: o papel da mulher confinava-se à vida doméstica, onde devia cuidar da casa e dos filhos; já o dever do pai, o chefe de família, era trabalhar. Ainda assim, a 27 de Dezembro de 1933, através do Decreto-Lei n.º 23:406, é concedido o direito de sufrágio a mulheres com o ensino secundário ou que fossem chefes de família, cujo mesmo decreto atribui direito aos cidadãos do sexo masculino maiores de vinte e um anos que soubessem ler e escrever ou que pagassem determinada quantia em impostos directos³².

No panorama escolar, a situação verificava-se extremamente desequilibrada. A maioria daqueles que prosseguiam estudos e que seguiam para a universidade apresentavam posses económicas para suportar as despesas que daí advinham. Assim, só uma quantidade ínfima de estudantes mais desfavorecidos continuavam os estudos, até porque a conjuntura da época não permitia uma longa vida escolar. As famílias eram numerosas, sobretudo aquelas que viviam no e do mundo rural, e os filhos eram sempre mais duas mãos trabalhadoras para conseguir algum dinheiro extra. Além disso, os liceus só existiam nas capitais de distrito³³, pelo que era difícil a muitos jovens a sua deslocação para estudar. Outra das características da altura passava pela

²⁹ Mattoso, *O Estado Novo...*, 51.

³⁰ Rui Ramos coord., *História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009), 643.

³¹ António de Oliveira Salazar, *2 Faces* (Quidnovi, 2009), 21.

³² Ramos, *História...*, 653.

³³ Arnaldo Madureira, *Salazar – A instauração da ordem* (Lisboa: Livros Horizonte, 2010), 236.

segregação de género nas escolas, não sendo desconhecida a memória de familiares que viveram na altura, das *escolas de rapazes* e *escolas para raparigas*.

Apesar do sentimento de expectativa que o novo regime prometia, a verdade é que se tornou um regime altamente repressivo, resultando num ambiente de denúncia constante que, com o avançar dos anos adquiriu um cariz cada vez mais sistemático e violento. Ainda que pela nova Constituição de 1933 os cidadãos tivessem como garantia e direito «à liberdade de expressão sob qualquer forma» a verdade é que esta nunca existiu e os opositores ao regime foram sujeitos a métodos repressivos e persecutórios.

Assim, o regime em busca da sua consolidação e longevidade passa a reger-se de meios que procurassem enquadrar a massa e «moldar os espíritos e reprimir os prevaricadores e resistentes à ‘ordem nova’»³⁴.

De acordo com Fernando Rosas, o *Estado Novo* regia-se em torno da «violência preventiva» e da «violência punitiva»³⁵. No primeiro caso, os meios eram exercidos através de um véu «invisível», dando primazia à moldagem do espírito, dissuasão, intimidação. As escutas telefónicas, interceptações de correspondência, os informadores da polícia política, a rigorosa selecção feita aos candidatos à função pública, e em alguns casos, a algumas empresas privadas; e a censura. Ainda que a censura em Portugal seja conotada ao *Estado Novo*, esta já tinha sido estabelecida no tempo da Ditadura Militar³⁶. Esta política, contudo, fora mantida pelo regime de Oliveira Salazar tornando-a, com os meios utilizados, bem mais eficiente e sofisticada, já que o país «(...) estava completamente indisciplinado e susceptível de enveredar pela anarquia»³⁷. Tudo o que era dirigido ao público, carecia de ser examinado previamente desde jornais, revistas, discos, os filmes, as peças de teatro... Seguindo o mote do regime «o que parece, é»³⁸ era pretendido atribuir uma imagem de um país sem conflitos, nem miséria ou dificuldades, e para isso o regime agia através do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por António Ferro que se encarregava da propaganda do regime. Por outro lado, a Censura visava controlar e impedir a

³⁴ Prefácio de Fernando Rosas em João Madeira et al., *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência Política*. (Lisboa: A esfera dos livros, 2007), 26.

³⁵ Prefácio de Fernando Rosas em Madeira et al., *Vítimas...*, 26.

³⁶ *Decreto-Lei nº 11:839* de 27 de Julho de 1926, alterado dias mais tarde pelo *Decreto-Lei nº 12:008* de 2 de Agosto de 1926.

³⁷ Casaco, *Servi a Pátria...*, 325.

³⁸ Ester Nunes e Rita Romeiras, *Prisões e presos políticos portugueses durante o fascismo* (Câmara Municipal de Loures), 33.

população de conhecer outras alternativas políticas, culturais e sociais que não fossem aquelas que conheciam do Estado Novo³⁹. A Censura agia de modo a que nos meios de comunicação e imprensa não passassem determinadas palavras, meticulosamente controladas pelo «lápiz azul»⁴⁰. Com a imprensa totalmente controlada, a única possibilidade de difundir notícias que não fosse favoráveis ao regime era através da edição de publicações clandestinas⁴¹. O caso mais conhecido é o da imprensa clandestina do PCP, o jornal *Avante!*, que durante os 48 anos que o regime perdurou, saiu quase regularmente. Segundo Carlos Brito, foi «*um dos feitos mais prodigiosos de toda a resistência antifascista no nosso país*»⁴².

A Igreja Católica, particularmente a sua hierarquia, alimentava grandes cumplicidades com o Estado Novo, desempenhando um papel primordial na questão da moldagem e controlo dos espíritos. Por outro lado, as instituições criadas pelo Estado Novo visavam actuar em todos os locais quotidianos: a escola, trabalho, nos espaços de lazer e até no âmbito familiar. Isto com o intuito de «*(...) vigiar o quotidiano e inculcar unívoca e autoritariamente os valores do 'homem novo' salazarista e da mulher a renascer como fada do lar e repouso do guerreiro, vinculada à missão de o servir e à família como esteio da 'nova ordem'*»⁴³. Estas instituições são as conhecidas milícias nacionais: a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Feminina Portuguesa, a Legião Portuguesa, a Obra das Mães pela Educação Nacional; o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), a Junta Central das Casas do Povo (JCCP)⁴⁴. Tudo isto visava a formação de indivíduos com base nos preceitos nacionalistas, a chamada “*Educação Nacional*”, justificando assim a divisa «*manda quem pode, obedece quem deve*»⁴⁵.

A «violência punitiva», por sua vez, dirigia-se aos que iam para além do pensamento e «conspiravam» contra o regime, integrando associações políticas clandestinas ou outras iniciativas proibidas. Este tipo de violência era assegurada pela polícia política: primeiro Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), depois Polícia

³⁹ Nunes e Romeiras, *Prisões e ...*, 33.

⁴⁰ Nunes e Romeiras, *Prisões e ...*, 34.

⁴¹ No Museu do Aljube existe um vasto número de exemplares de publicações clandestinas. Ver, a propósito, José Manuel Lopes Cordeiro, *A Imprensa Clandestina e do Exílio no Período 1926-1974* (Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho) que recenseia mais de 500 publicações clandestinas publicadas durante este período.

⁴² Carlos Brito, *Tempo de subversão: Páginas vividas da resistência* (Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2011), 132.

⁴³ Madeira et al., *Vítimas...*,27.

⁴⁴ Madeira et al., *Vítimas...*,27.

⁴⁵ Madeira et al., *Vítimas...*,27.

Internacional e Defesa do Estado (PIDE), criada de Direcção Geral de Segurança (DGS) durante o período marcelista. Esta tinha a seu lado a própria legislação penal e os tribunais especializados para este efeito (tribunais plenários, onde o processo era sumário). Ainda assim, de acordo com o Presidente do Conselho, «*a violência, processo directo e constante da ditadura fascista (...) não se adapta à brandura dos nossos costumes*»⁴⁶.

Também o apoio conjunto da Polícia de Segurança Pública (PSP), *Guarda Nacional Republicana* (GNR), a própria Legião Portuguesa e até das Forças Armadas era fulcral para assegurar a segurança do regime⁴⁷.

Ao desempenho da polícia política, o Estado coaduna a instalação de várias prisões políticas. Estas, o grande foco desta dissertação, encontravam-se espalhadas pelos domínios portugueses, ou seja, não se restringiu à metrópole e alargou a repressão policial e política às ilhas dos Açores e Madeira e às «províncias ultramarinas». Algumas destas prisões eram destinadas ao cumprimento de penas de civis, mas em momentos de largas detenções, acolhiam igualmente presos políticos. Contudo, em edifícios já existentes, o regime avançou com a instalação de prisões integralmente reservadas ao cárcere de presos políticos. As prisões políticas pretendiam assim segregar da restante população aqueles considerados de a corromper com ideias que promoviam um desvio na conduta da moral e dos bons costumes. Assim, «*sem o encarceramento das oposições políticas – mesmo sem a sua eliminação objectiva -, dificilmente o regime de Salazar teria sobrevivido por mais de quatro décadas de repressão e de silêncio*»⁴⁸.

O fosso entre muito ricos e pobres, a censura, opressão, actos persecutórios da polícia, prisões políticas agudizaram o sentimento de revolta e eclodiram vários movimentos e iniciativas oposicionistas desde monárquicos, anarquistas, republicanos, comunistas, socialistas, intelectuais, católicos... Contudo, os vários triunfos da resistência verificados ao longo do regime não foram suficientes para o derrubar, ainda que fossem vários os momentos em que este esteve à beira do colapso. Assim, o *Estado Novo* conseguiu sempre resistir, incluindo à queda dos próprios regimes nazi e fascistas que tinham vingado na Europa.

⁴⁶ Ferro, *Salazar...*, 115.

⁴⁷ Madeira et al., *Vítimas...*, 30.

⁴⁸ Madeira et al., *Vítimas...*, 250.

Assim, à medida que o regime se vai afirmando, de 1926 a 1931, começam a surgir algumas lutas da resistência armada, nomeadamente por republicanos, mas também uma adaptação à nova realidade e à vida na clandestinidade. Por outro lado, assiste-se a um clima instável no seio da resistência em paralelo com a intensificação da repressão em Portugal e a expansão do fascismo pela Europa⁴⁹. Os anarquistas eram vistos com uma organização ineficaz, com uma ideologia utópica⁵⁰. Os republicanos, por sua vez, conhecidos por *revirinhos*, foram nesta altura a frente opositora com mais relevância ao regime (primeiro na Ditadura Nacional, e depois no início do Estado Novo).

Ainda que os núcleos democráticos e de esquerda tenham sido os grandes opositores do regime, a extrema-direita não estava contente com o rumo que o país levava. Assim, incentivado pela ideologia nazi, surge em 1932 o Movimento Nacional Sindicalista. Este fora criado por jovens da ala de direita radical, e cujo líder era Rolão Preto, que pode descrever-se como o «Hitler português»⁵¹, já que se inspirava no ditador alemão para conduzir o seu movimento conhecido por “*camisas azuis*”, sendo até o próprio uniforme semelhante às milícias nazis, e também na própria saudação fascista. No entanto, o seu confronto com o regime resultou na sua ilegalização em 1934⁵².

O PCP, fundado em 1921 (entretanto ilegalizado após a instauração da ditadura militar) actuava activamente na clandestinidade, enquanto movimento opositor com mais força contra o regime, foi constantemente reprimido e os seus membros perseguidos. Ainda que clandestinamente, o PCP provou ser detentor de um aparelho clandestino bastante eficaz – principalmente após a reorganização de 1940-41 –, e de uma grande capacidade organizativa; não só pelo facto do seu jornal clandestino, o *Avante!*, ter saído quase sempre de modo regular ao longo dos quarenta e oito anos do regime, mas também pelas várias fugas levadas a cabo pelos seus membros.

Ainda que conotada ao Estado Novo, a polícia política surge ainda no período de Ditadura Militar (e até mesmo antes) embora seja no regime salazarista que esta adquire maior poderio e uma maior sofisticação. A Polícia de Vigilância e Defesa do

⁴⁹ Raby, *Resistência...*, 14.

⁵⁰ Fernando Gouveia, *Memórias de um inspector da PIDE* (Lisboa: Roger Delraux, 1979), 78.

⁵¹ Madeira et al., *Vítimas...*, 270.

⁵² Madeira et al., *Vítimas...*, 270.

Estado⁵³ haveria de ser criada em 1933, através do Decreto-Lei n.º 22:992 de 29 de Agosto. A nova polícia política, vulgarmente conhecida por *pevide*, tinha por objectivo principal a «prevenção e repressão contra os crimes de natureza política e social», que já era atribuído às organizações policiais anteriores. Ao ser criada, a PVDE acabou por resultar numa profissionalização dessa polícia já existente⁵⁴ e assim, funcionava em duas secções: a defesa política e social e a internacional. A primeira secção visava a vigilância dentro do país, sobre nacionais, sobretudo para «prevenção e repressão contra os crimes de natureza política e social». A secção internacional actuava nas zonas de fronteira sobre estrangeiros a residir em Portugal, no controle de passaportes, no impedimento de entrada em território nacional de «estrangeiros indocumentados ou indesejáveis», as respectivas providências aos «estrangeiros cuja permanência seja inconveniente no País» e, sobretudo «efectuar a repressão do comunismo, designadamente no que toca às ligações entre elementos portugueses e agitadores estrangeiros». No mesmo decreto, é constituída a delegação desta polícia na cidade do Porto, ficando situada na Rua do Heroísmo.

Contudo, a polícia política não actuava sozinha e, ao longo do regime eram cada vez mais as instituições que agiam em colaboração com a mesma. A PSP, por exemplo, auxiliava a PVDE pois, onde esta não tivesse delegações ou postos, cabia à Polícia de Segurança Pública informar o seu director de acontecimentos relevantes. Esta e a polícia de investigação criminal estavam subordinadas à PVDE na medida em que prestarão qualquer «auxílio que lhes fôr pedido, colocando à disposição desta os agentes necessários (...)»⁵⁵.

As prisões efectuadas pela polícia política acabavam por ser do conhecimento geral pois, em geral, eram notícias pela imprensa. Mesmo o que ocorria durante a fase instrutória dos processos, nomeadamente as torturas a que os presos eram sujeitos, também acabavam por ser conhecidas, tanto mais que os diversos sectores da oposição encarregavam-se de o fazer, ainda que de uma forma clandestina. Isto levou a que se instaurasse uma sensação de medo e perseguição por todo o país, sendo por

⁵³ Em 1926 é extinta a Polícia de Segurança do Estado (desde 1919) e é criada uma «polícia geral de informações de carácter secreto» junto do Governo Civil de Lisboa (*Decreto-Lei nº 12: 972*), tendo-se criado posteriormente uma idêntica na cidade do Porto. Coligou-se as duas polícias na Polícia de Informações (*Decreto-Lei nº 15:195*). Em 1931 esta polícia é extinta, e na sua vez cria-se a Polícia de Defesa Política e Social. Esta foi a antecessora da PVDE.

⁵⁴ Sardica, *O século XX...*, 70

⁵⁵ *Decreto-Lei nº 22: 992*, de 29 de Agosto de 1933.

isso que a política política fosse tão temida. Assim, um dos efeitos pretendidos pela polícia política era justamente esse clima gerado, já que deste modo a população estava temia a sua acção e caminhava no sentido pretendido pelo regime, não o contestando e aceitando a manutenção da situação. Obviamente que nem todos o faziam e, conseqüentemente, essa parte da população era reprimida. De modo a obterem confissões de informações pertinentes (por exemplo de outros membros da oposição, casas clandestinas, tipografias, etc.) a polícia política socorria-se de métodos que visassem a debilidade e a coacção dos presos, sendo o método mais utilizado pela PVDE, os espancamentos. Por vezes recorriam a objectos como o cavalo-marinho para espancar os presos⁵⁶.

Com o ambiente altamente repressivo, surgem inúmeras tentativas de depôr o regime, que saíram goradas. A 18 de Janeiro de 1934 realizou-se uma tentativa de greve geral revolucionária, e a 8 de Setembro de 1936 ocorre a *Revolta dos Marinheiros*, uma das primeiras tentativas de derrube do regime imposto que, no entanto, saiu igualmente frustrada e acabou na deportação dos sublevados para o Tarrafal, a bordo do navio *Luanda*. Estes, foram os primeiros residentes da «Colónia Penal do Tarrafal», a que se juntaram também os revolucionários do 18 de Janeiro.

Logo após a vitória dos franquistas sobre os republicanos na Guerra Civil de Espanha (1936-1939), em 1 de Setembro de 1939 deflagrou um dos mais funestos conflitos testemunhados pela humanidade: a Segunda Guerra Mundial. No caso de Portugal, em nome da aliança secular com o Reino Unido, o regime declarou a sua neutralidade, sem hostilizar as relações com os membros do Eixo, nomeadamente a Alemanha. Para além da necessidade de manter e respeitar a aliança luso-britânica, também permitiu a cedência de bases militares nos Açores às forças aliadas. Esta neutralidade acabou por contribuir para o prestígio interno de Salazar, pois o conflito era temido pela população⁵⁷, ainda que mesmo assim o país tivesse sofrido as conseqüências do confronto⁵⁸.

Em pleno conflito mundial o regime decidiu enaltecer, na sua perspectiva, os feitos históricos dos portugueses, enfatizando deste modo o seu cariz nacionalista,

⁵⁶ Álvaro Cunhal revelou que os agentes da polícia política o havia espancando nas plantas dos pés com cavalo-marinho e que, com os mesmos debilitados teve que caminhar sobre eles.

⁵⁷ Segundo D. Maria, a governanta de Salazar - no livro *Máscaras de Salazar* de Fernando Dacosta - este havia-lhe dito muitas vezes que «eu da fome não livro os portugueses, mas da guerra livro».

⁵⁸ Proença, *Uma História...*, 684.

através da organização da Exposição do Mundo Português, realizada na zona de Belém, em Lisboa, de 23 de Junho a 2 de Dezembro de 1940, tendo como pretexto a comemoração das datas da fundação do Reino de Portugal, em 1140, e a Restauração da Independência, em 1640.

O período compreendido entre 1941 e 1949, conhecido pela *idade de ouro* no seio da unidade antifascista, beneficiou de acontecimentos externos e internos: a II Guerra Mundial e os movimentos de resistência antifascista que surgiam por toda a Europa e a reorganização do PCP no início da década, transformando-o na única força política organizada que se opunha e combatia o regime⁵⁹. Criado no final do ano de 1943, o *Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista* (MUNAF), cujo presidente era o general republicano Norton de Matos, apesar de ilegal e clandestino, tornara-se numa força política nacional de grande importância⁶⁰. No ano de 1945, quando surgira a famosa promessa de eleições livres, *tão livres como na livre Inglaterra*, formou-se o *Movimento de Unidade Democrática* (MUD). Este Movimento, então a única força oposicionista de carácter legal, adquirira uma expressão deveras significativa no seio da massa popular, particularmente no seio da juventude. No entanto, e tal como a Oposição vinha denunciando, estas eleições haveriam de ser, efectivamente, uma farsa, tendo o Governo aproveitado para, de seguida, ilegalizar o MUD⁶¹. Os estudantes, e a juventude em geral, desempenhavam um papel importante na resistência ao regime, não obstante virem também a conhecer a repressão policial⁶². Assim, em 1946, surgiria também o *Movimento de Unidade Democrática Juvenil* (MUD Juvenil), que não integrava apenas jovens comunistas⁶³ mas todos aqueles que pretendiam alistar-se para derrotar a ditadura e fazer florescer a democracia em Portugal⁶⁴. No ano de 1947 centenas de jovens foram presos em várias regiões do país, no âmbito da *Semana da Juventude*. O MUD Juvenil durou, sensivelmente, até 1957.⁶⁵, embora bastante perseguido.

⁵⁹ Raby, *Resistência...*, 14.

⁶⁰ Raby, *Resistência...*, 26.

⁶¹ Raby, *Resistência ...*, 26.

⁶² Madeira et al., *Vítimas...*, 305.

⁶³ Para reforçar o carácter de massas do MUD Juvenil, o Comité Central do PCP decidiu então extinguir a Federação da Juventude Comunista Portuguesa, passando os seus militantes a actuar no seio daquele.

⁶⁴ Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 141.

⁶⁵ Depoimento de Octávio Pato em Miguel Medina, *Esboços: Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999), 188.

O panorama intelectual e cultural também era marcado pela repressão e censura, pois todas as obras que fugissem às normas ditadas pelo regime eram censuradas e até apreendidas. Pintores, escritores (Miguel Torga, pseudónimo de Adolfo Correia da Rocha, Alexandre O'Neill, Maria Lamas...), músicos (José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Francisco Fanhais, ...) foram algumas das figuras que usavam o meio artístico-cultural para se expressar contra o regime. O caso notório da apreensão do livro *Quando os lobos uivam* de Aquilino Ribeiro, publicado em 1958, encontrou a solidariedade de vários sectores da sociedade portuguesa, e também um apoio internacional, o que motivou o recuo de um processo movido contra o escritor⁶⁶.

Havia, igualmente, personalidades individuais ou simples elementos da população que resistiam ao regime, sem se conotarem a ideologias políticas, isto é, sem vinculação partidária. O caso de Catarina Eufémia, assassinada a tiro pela GNR em 1954, constituiu ainda hoje um dos símbolos da resistência ao Estado Novo. Os discordantes do regime eram despedidos dos seus empregos, como o caso de muitos docentes universitários conhecidos, por exemplo Urbano Tavares Rodrigues, António José Saraiva, entre outros ⁶⁷.

A vitória aliada trouxe consigo a liberdade que os povos tanto desejavam, bem como a instauração de vários regimes democráticos espalhados por toda a Europa. Com o término da Segunda Guerra Mundial, gerou-se um clima geral de esperança de que o regime do Estado Novo tinha os seus dias contados e são vários os testemunhos e referências a uma grande manifestação em Lisboa e noutras localidades, como Vila Franca de Xira, com o povo içando as bandeiras de Inglaterra, França, Estados Unidos e até um pau sem bandeira. Este representava a União Soviética e, dando vivas aos países aliados, o povo gritava para este último: «E viva a Outra!»⁶⁸.

Contudo, o regime português resistiu à demanda democrática, e no ambiente de guerra fria então instalado interessava às potências ocidentais (EUA, Grã.Bretanha, em particular) que a nação costeira da Europa tivesse um regime forte de direita para impedir o avanço do comunismo.

Assim, em substituição da PVDE surge a PIDE, a *Polícia Internacional e de Defesa do Estado* criada pelo Decreto-Lei n.º 35:046 de 22 de Outubro de 1945. A PIDE,

⁶⁶ José Dias Coelho, *A Resistência em Portugal* (Lisboa: Edições Avante!, 2006), 119.

⁶⁷ Coelho, *A Resistência...*,44.

⁶⁸ Depoimento de Octávio Pato em Medina, *Esboços...*,182.

criada como organismo judiciário autónomo⁶⁹ tinha a sua sede, delegações, subdelegações, e um amplo contingente hierárquico de funcionários (a maioria proveniente da PVDE, como Agostinho Lourenço)⁷⁰.

Tal como refere Irene Pimentel, «o que a PVDE tinha em arbítrio, a PIDE reconverteu ‘cientificamente’ em lei»⁷¹. Os apoiantes do Estado Novo designavam por *Internacional* a polícia política, ao contrário dos opositores que a conheciam pela sigla PIDE⁷².

Esta organização tinha um imenso poder sobre a «justiça» política, já que a própria lei a isso o permitia, mesmo sem a interferência de instituições judiciais, os tribunais. Assim, à polícia política era-lhe permitido prender preventivamente, elaborar processos de tipo judicial, constituir elementos de acusação nos julgamentos, e prorrogar as penas dos condenados através das «medidas de segurança»⁷³. Como afirma Irene Pimentel, a PIDE era «um estado dentro do Estado»⁷⁴.

Como as habilitações dos agentes da PIDE eram diminutas (a grande maioria apenas concluíra o ensino primário), a sua formação fora assegurada pela Escola Técnica de Polícia/PIDE (ETP), criada em 1948 a mando do capitão Agostinho Lourenço, localizada em Sete Rios, em Lisboa⁷⁵. A selecção dos agentes bem como o ensino apropriado para a sua “formação” passava por esta instituição, que lhes atribuía cursos aptos às suas funções⁷⁶. Aprendiam como vigiar e observar alguém sem que esta tivesse conhecimento da situação, as normas legais, bem como aulas de prática processual e produziam «autos de perguntas», no caso de indivíduos efectivamente presos, e «autos de declaração» no caso de arguidos⁷⁷.

Além disso, ainda que a maioria dos elementos da polícia política fosse do sexo masculino, houve também mulheres que ingressaram no seu quadro: Conceição, Odete Fátima e Madalena⁷⁸ (esta última conhecida por «pide Leninha»). Estas

⁶⁹ Alfredo Caldeira et al., *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade* (Lisboa: Norprint, 2015), 43.

⁷⁰ Caldeira et al., *Museu...*, 43.

⁷¹ Pimentel, *A História...*, 524.

⁷² Mesmo após a mudança de designação para DGS, a polícia política era conhecida pelos cidadãos por PIDE.

⁷³ Caldeira et al., *Museu...*, 40.

⁷⁴ Pimentel, *A História...*, 523.

⁷⁵ Nuno Vasco, *Vigiados e Perseguidos: Documentos secretos da PIDE /DGS* (Amadora: Bertrand, 1977), 188.

⁷⁶ Pimentel, *A História...*, 59.

⁷⁷ Pimentel, *A História...*, 60, 338.

⁷⁸ Pimentel, *A História...*, 356.

mulheres destacaram-se no seio da PIDE devido a uma actuação violenta, por vezes mais do que a exercida pelos próprios agentes masculinos⁷⁹.

Numa época em que a Europa vivia num ambiente de guerra fria, a colaboração entre as várias polícias era mútua. No ano de 1957 a PIDE e a CIA começaram a estabelecer contactos, e assim a polícia política portuguesa adquiriu conhecimentos e técnicas através de cursos relativos a fotografia, entrar em casas sem deixar rasto ou vestígios, arquivos, forçar fechaduras, vigilância de rua e a violação de correspondência, entre outros. Foi a partir desta altura e neste contexto que a escuta telefónica foi instalada e a polícia política a consolidou nas suas investigações⁸⁰. Assim, a polícia política encarregava-se da questão das fronteiras e estrangeiros, mas também da «violência preventiva»⁸¹ - escutas, intercepção de correspondência, vigilância⁸². Por outro lado, a investigação ficava também a cargo da mesma, ou seja, os interrogatórios e todos os métodos que a PIDE utilizava para conseguir obter as confissões e informações que pretendia⁸³. Não só as organizações policiais nacionais e estrangeiras colaboravam com a PVDE/PIDE, como também «todas as autoridades e repartições públicas, incluindo os representantes diplomáticos e consulares de Portugal no estrangeiro»⁸⁴.

A polícia política tinha também ao seu dispôr uma rede de colaboradores e informadores, o que originava um clima constante de medo de que algo que se pudesse dizer ou fazer chegaria aos ouvidos da polícia política. Estava instalado em Portugal, uma «cultura da denúncia»⁸⁵. No entanto, as delações nem sempre provinham da parte dos «bons nacionalistas»⁸⁶. Podia acontecer que, devido a picardias e desacatos, determinada pessoa visse na delação uma forma de se vingar ou punir da pessoa que denunciava. Por vezes, também para se obter regalias ou favores por parte do regime (os informadores eram pagos pelas suas «colaboraões»). Existe

⁷⁹Sábado.pt, artigo de 24-10-2015 «A mulher mais violenta que tranalhou na PIDE», em <http://www.sabado.pt/vida/detalhe/a-mulher-mais-violenta-que-trabalhou-na-pide>

⁸⁰ «Relatório-confissão» de um ex agente da PIDE, Sílvio Mortágua, de 27 de Agosto de 1974, citado em Vasco, *Vigiados e perseguidos*, 104.

⁸¹ Pimentel, *A História...*, 308.

⁸² Pimentel, *A História...*, 308.

⁸³ Pimentel, *A História...*, 308.

⁸⁴ *Decreto-Lei 22:992* de 29 de Agosto de 1933 (Artigo 9º).

⁸⁵ Madeira et al., *Vítimas...*, 99.

⁸⁶De acordo com Irene Flunser Pimentel, em Portugal, por vezes, chegavam inúmeras cartas de anónimos ao Ministério do Interior e até mesmo ao próprio António de Oliveira Salazar, assinando-as por «bom nacionalista» em Pimentel, *A História...*, 312.

uma vasta panóplia de motivos que levavam às denúncias. Mas o que é facto, é que em Portugal a maioria das denúncias provinham de cartas anónimas⁸⁷.

A PIDE também actuava sob disfarce e podia interagir com as suas vítimas várias vezes ao longo do seu dia-a-dia, sem que estas se apercebessem. Graciete Casanova, após ser detida, reconheceu dois agentes da PIDE como moradores no apartamento por baixo do seu, bem como uma outra agente que ia ao seu cabeleireiro de nome Laurinda⁸⁸.

No entanto, a PIDE alargou a sua área de influência também às colónias, tendo-se instalado em Luanda⁸⁹, Angola, no ano 1957, onde também fizeram inúmeros presos políticos, nomeadamente aqueles que lutavam pela independência desses territórios.

Os métodos perpetrados pela polícia política ao longo do período do Estado Novo, sempre se revestiram de grande crueldade. Verifica-se, após a leitura dos vários testemunhos (abordados com maior pormenor no capítulo dedicado à *Memória*), que em larga medida os métodos mais utilizados eram os espancamentos (inclusivé com objectos como o cavalo-marinho). Após 1945 (já com a PIDE em substituição da PVDE), os interrogatórios adquiriram um carácter mais sofisticado e a violência atentava sobretudo ao nível do psicológico: através da chamada «estátua», a tortura do sono, o isolamento, chantagens, humilhações. Estas «inovações» atentavam à dignidade dos presos, procurando desse modo debilitá-los e quebrá-los, a fim de extraírem confissões.

O isolamento era imposto de duas maneiras: a incomunicabilidade e o chamado isolamento contínuo, no qual era permitida correspondência e visitas (de 15 minutos)⁹⁰. No caso da «estátua», esta provocava o esgotamento demasiado depressa, mas os presos podiam recusar-se a fazê-lo, deitando-se para o chão (ainda que depois sofressem represálias como serem espancados). Já a privação do sono causava um sofrimento mais demorado⁹¹, mas também mais penoso. Quando submetidos à mesma, era expectável que os presos sucumbissem à sua vontade e convicções, mas também à sua própria dignidade, sendo submetidos a condições humilhantes (como

⁸⁷ Pimentel, *A História...*, 313.

⁸⁸ Pimentel, *A História...*, 346.

⁸⁹ Depoimento de Justino Pinto de Andrade, ligado ao movimento nacionalista de Angola, em Ademar e Aranha, *No Limite...*, 226.

⁹⁰ Coelho, *A Resistência...* 78.

⁹¹ Pimentel, *A História...*, 366.

fazer necessidades na sala, por exemplo)⁹². Os métodos que envolviam a privação do sono e o isolamento foram aprendidos com a CIA⁹³.

A violência psicológica era um método verdadeiramente penoso e angustiante. Eram proferidas calúnias e ofensas aos prisioneiros, bem como chantagens e ameaças relativamente a familiares, amigos e companheiros de partido. No caso das mulheres, a violência psicológica, além das referidas, ia também de encontro à sua dignidade. Em alguns casos, eram forçadas a despir-se; noutras situações eram presas com os próprios filhos. Os interrogatórios a mulheres começaram verdadeiramente em 1960, tendo-se depois generalizado⁹⁴, e eram submetidas ao mesmo tipo de violências que os homens (a “estátua”, os espancamentos, a tortura do sono)⁹⁵.

Irene Flunser Pimentel, na sua obra *História da PIDE*, enumera vários elementos da PIDE que se destacaram no exercício da violência para com os prisioneiros e entre eles: Sachetti, Sílvio Mortágua, Adelino Tinoco, Óscar Cardoso, Rosa Casaco, Sá e Seixas, entre outros. Adelino Tinoco ficou particularmente conhecido como um «dos mais brutais torturadores»⁹⁶ da polícia política. Ficaria também associado à sua afirmação: «a ética da casa é esta: ou fala ou sai daqui morto» dirigida a Domingos Abrantes.

A violência psicológica em detrimento da física passou a ser uma constante, isto porque, de acordo com Nuno Vasco, tinha duas razões de ser: não deixava marcas aparentes e havia uma crescente influência dos métodos das polícias americanas na polícia portuguesa, que se traduzia numa «cientificação» da tortura⁹⁷. Além das diferenças de actuação em relação à classe social dos prisioneiros, a PIDE recorria também a outras técnicas consoante outras distinções, como a filiação partidária, por exemplo.

As consequências imediatas decorrentes deste tipo de métodos violentos, consistiam maioritariamente nas alucinações e delírios, mas também se apurou perdas de conhecimento, «edemas dos membros inferiores»⁹⁸ e tentativas de suicídio. A

⁹² Caldeira et al., *Museu...*, 75

⁹³ Prefácio de Irene Pimentel em Matias, *Memória...*, 16.

⁹⁴ Pimentel, *A História...*, 374.

⁹⁵ Prefácio de Irene Pimentel em Ademar e Aranha, *No limite...*, 15.

⁹⁶ Pimentel, *A História...*, 357.

⁹⁷ Vasco, *Vigados...*, 103.

⁹⁸ Pimentel, *A História...*, 360-361.

médio e longo prazo foram apuradas falhas de memória, depressão, insónias, psicose esquizofrénica e ansiedade, cefaleias, gaguez, dificuldades sexuais, entre outras⁹⁹.

Uma questão igualmente importante abordada no livro de Irene Flunser Pimentel *História da PIDE*, é a alusão às provas das violências a que a PIDE submetia os presos¹⁰⁰. Estes métodos eram «marca» da polícia política e sabe-se, através de relatos e imagens de presos políticos, que efectivamente ocorreram. No entanto, a polícia do regime era extremamente cautelosa, evitando deixar rasto de provas que confirmassem a inflicção destas violências. Assim, haver provas que de facto aconteceram, como por exemplo referências escritas, constituía um elemento importante para a comprovação deste tipo de actuação por parte da polícia política do Estado Novo. Assim, um dos casos abordados pela autora é o processo de Artur Catarino Simões (um estudante que havia sido preso em 1964), onde constava uma indicação manuscrita de um inspector da PIDE em que dava instruções para proceder ao interrogatório (Fig.1):

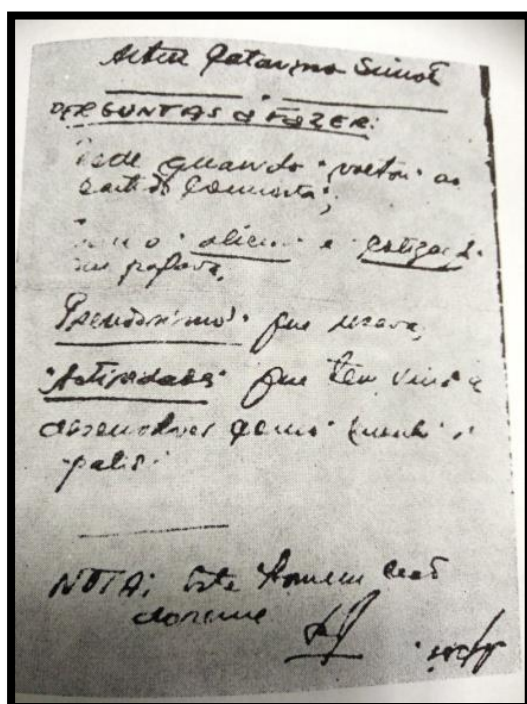


Fig. 1: Indicação manuscrita do interrogatório a Artur Catarino Simões

(Imagem do livro de Irene Pimentel, *A História...*, 351-355)

⁹⁹ Pimentel, *A História...*, 360-361.

¹⁰⁰ Pimentel, *A História...*, 351-355.

«Artur Catarino Simões.

Perguntas a fazer:

Desde quando voltou ao Partido Comunista;

Quem o aliciou e quotização que pagava;

Pseudónimo que usava;

Actividades que tem vindo a desenvolver como membro do partido.

Nota: este homem não dorme»¹⁰¹.

Assim, como se pode ver, os inspectores davam instruções uns aos outros de informações relevantes sobre os prisioneiros, sobretudo, sobre as suas debilidades e resistências. Neste caso, supõe-se que Artur Simões apresentava uma grande resistência à privação do sono e que, o agente da PIDE ao comunicar este facto ao colega, indirectamente lhe insinuava a utilização de outros meios.

De 1949 a 1957, ainda que se mantivessem as novimentações contra o regime, este conseguiu sair mais forte, beneficiando do facto da Oposição se encontrar dividida e em conflito¹⁰², fruto do clima de guerra fria que se tinha instalado. O *Movimento Nacional Democrático* (MND), surgido em 1949 no rescaldo da candidatura presidencial do general Norton de Matos, agrupava destacadas figuras intelectuais, como o matemático Professor Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, o arquitecto António Lobão Vital, a escritora Maria Lamas e o também matemático Dr. José Morgado. Este movimento, contudo, foi marcado por cisões e disputas internas¹⁰³.

Uma das preocupações do regime do Estado Novo foram as obras públicas, verificando-se um aumento significativo da rede de estradas, escolas, entre outros, assim como a construção de obras emblemáticas (e necessárias), como a ponte sobre o Tejo, em Lisboa (inaugurada em 1966 com a designação de *Ponte Salazar* e actualmente *Ponte 25 de Abril*).

Começaram também a surgir novos ramos industriais como a siderurgia, cimentos, químicos, a celulose, a refinação de petróleo e a construção nava, tendo-se

¹⁰¹ Fernando Luso Soares, *PIDE/DGS: Um Estado dentro do Estado* (Portugália Editora, s.d.), 92 citado em Pimentel, *A História...*, 352.

¹⁰² Raby, *Resistência...*, 14.

¹⁰³ Raby, *Resistência...*, 14.

também procedido a uma progressiva electrificação,¹⁰⁴ o que se traduzia num melhoramento da situação económica do país.

De 1957 até 1962, o que alguns autores denominam a «luta fascista interna»¹⁰⁵ atingiu o seu auge. É nesta altura que surge a figura do General Humberto Delgado (um general dissidente do Estado Novo), o qual que vem trazer uma nova esperança ao povo português, no sentido de se ver livre do regime ditatorial. Contudo, a esperança não durou muito tempo porque o regime conseguiu vencer as eleições, graças a uma das mais monumentais fraudes eleitorais da História.

Ainda que o Portugal do Estado Novo fosse fortemente marcado por um catolicismo exarcebado e as relações com a hierarquia da Igreja fossem muito próximas, a realidade é que, com o passar do tempo e as próprias transformações eristadas na Igreja, começaram a surgir dissidências no seu seio. A mais notória ocorreu com o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que escrevera uma carta a Salazar cerca de um mês após as eleições de 1958, a qual tornou pública, criticando a sua governação e questionando o papel da Igreja na sociedade portuguesa, o que suscitou a sua vigilância pela PIDE e o seu exílio involuntário durante dez anos, já que lhe fora proibido regressar a Portugal, após ter sido «aconselhado» a retirar-se para umas férias no estrangeiro¹⁰⁶.

Os anos sessenta testemunharam um aumento crescente da emigração para países como a França e a Alemanha. Contudo, também se verificou um considerável êxodo rural em direcção aos grandes centros urbanos, dando início a um processo de desertificação do interior do país, e aumentando o número de trabalhadores na indústria e serviços¹⁰⁷.

O despoletar da guerra colonial em 1961 irá ter profundas implicações na evolução política do país. Registou-se logo desde início um número considerável de deserções, que se mantiveram num constante crescimento até ao 25 de Abril, expressando a posição de uma parte da juventude de recusar a sua participação numa guerra que considerava injusta; mas também o exílio foi a única alternativa para

¹⁰⁴ Sardica, *O século XX...*, 92.

¹⁰⁵ Raby, *Resistência...*, 14.

¹⁰⁶ Pimentel, *A História...*, 99.

¹⁰⁷ Proença, *Uma História...*, 687.

aqueles que tinham ideias contrárias ao regime, de continuarem a dedicar-se às causas políticas em liberdade noutros países¹⁰⁸.

A emigração tornou-se bastante significativa na História de Portugal e na vida dos portugueses e, ao longo do Estado Novo a emigração clandestina foi uma constante, sendo o seu controle encarregue pela polícia política desde 1934¹⁰⁹, ainda enquanto PVDE. Verifica-se também uma maior participação dos jovens na política (sendo que um dos lemas da altura era «não te metas em política...»), começando a despoletar várias crises académicas – como as de 1962 e de 1969 –, que tiveram como consequência a progressiva perda de influência no sector estudantil por parte do regime.

Nos finais da década, em 1968, Oliveira Salazar sofreu uma queda de uma cadeira quando estava a passar férias no Forte de Santo António, no Estoril, a qual viria a provocar-lhe um hematoma intracraniano, provocando um progressivo agravamento da sua saúde e, conseqüentemente, da sua capacidade governativa. Este acontecimento marca também o declínio do regime. A 27 de Setembro desse mesmo ano Marcello Caetano assume o cargo de Presidente do Conselho de Ministros inaugurando a denominada *Primavera Marcelista*, com a promessa de uma série de medidas que prometiam uma certa liberalização do regime, traduzidas no abrandamento da Censura, a autorização para o retorno de Mário Soares do exílio em S. Tomé e Príncipe, e também do bispo do Porto¹¹⁰. Contudo, após as eleições legislativas de 1969 a tímida abertura encerrou-se abruptamente, voltando-se à situação anterior, e até a um aumento da repressão, não obstante algumas alterações formais nas denominações de vários organismos: DGS em vez de PIDE, Comissão de Exame Prévio para a Censura e Acção Nacional Popular substituindo a União Nacional.

No final do ano de 1969 foi constituída a *Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos* (CNSPP), cujas acções iam no sentido de auxiliar as famílias dos presos políticos através de roupas, assistência médica, mas também jurídica, social, entre outras; também chegou a funcionar uma colónia de férias para os filhos de presos políticos sob a orientação desta organização. Actuava fundamentalmente através de

¹⁰⁸ Raquel Henriques e Maria Alice Samara, *Viver e Resistir no Tempo de Salazar* (Lisboa: Verso de Kapa, 2013), 80.

¹⁰⁹ Pimentel, *A História...*, 102.

¹¹⁰ Pimentel, *A História...*, 99.

abaixo-assinados, petições, etc. Enviados às entidades oficiais; e também junto da Amnistia Internacional, que prestava auxílio através da sua organização nacional.¹¹¹

Como foi referido, a alteração da denominação de PIDE para DGS (Direcção Geral de Segurança), pelo Decreto-lei n.º 40:401 de 24 de Novembro de 1969, não representou qualquer alteração significativa no sentido do abrandamento da repressão, pois manteve as mesmas funções, ainda que na realidade tenha aperfeiçoado os seus métodos de interrogatório dos presos, agravando-se por exemplo a privação de sono ou a «estátua».

Assim, a PIDE continuou sendo a PIDE mas com um nome diferente, ainda que a opinião de Marcello Caetano quanto à PIDE fosse relativamente desfavorável, já que a violência dos seus métodos revelava a sua incompetência¹¹².

Alguns agentes da PIDE/DGS reconheceram que, efectivamente, ocorreram violências para com determinados prisioneiros; no entanto, a maioria dos elementos com graus mais elevados na hierarquia daquela polícia política negou ou desvalorizou o recurso à violência e à tortura. Além disso, normalmente eram os elementos de escalão mais baixo que submetiam os prisioneiros a essas violências, enquanto que os de grau mais elevado procuravam obter as confissões (ou não) das vítimas nos interrogatórios¹¹³.

Sobre a violência exercida aos presos políticos, Oliveira Salazar tinha afirmado, numa célebre entrevista:

«Quero informá-lo, no entanto, de que se chegou à conclusão de que os presos maltratados eram sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da Polícia, onde tinham as suas armas criminosas e mortais. Só depois de empregar esses meios violentos é que eles se decidiam a dizer a verdade. E eu pergunto a mim próprio, continuando a reprimir tais abusos, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale bem, não justifica largamente, meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras...»¹¹⁴.

¹¹¹ Bernardes, *Peniche ...*, 121-123.

¹¹² Pimentel, *A História...*, 47.

¹¹³ Pimentel, *A História...*, 352, 355.

¹¹⁴ Ferro, *Salazar...*, 119.

Ainda nessa entrevista, concedida a António Ferro, este coloca a Salazar a questão da violência exercida sobre os presos políticos: «*Mas há violências condenáveis (...). Diz-se, por exemplo, que alguns presos políticos têm sido maltratados, espancados, no Governo Civil, na antiga Polícia de Informações...*»¹¹⁵. Ao que Salazar responde: «*Por várias vezes nos chegaram aos ouvidos as notícias desses maus tratos. (...) Devo dizer-lhe que se chegou à conclusão de que os presos mentiam, para obter efeitos políticos, na maioria dos casos, mas quero dizer-lhe, também, lealmente, que algumas vezes falavam verdade*». Segundo o Presidente do Conselho, eram tomadas medidas para essa situação: «*É claro que eram tomadas sempre, em casos destes, imediatas providências, e foi essa a razão de se terem dado algumas alterações nos quadros da Polícia*». E remata: «*Atribuir a responsabilidade, portanto, ao Governo desses maus tratos é prova de ignorância ou de má fé*»¹¹⁶.

Relativamente aos julgamentos, estes também não eram propriamente fidedignos e, de acordo com os opositores ao regime, eram umas «marionetas do Estado»¹¹⁷. Os julgamentos eram realizados em tribunais políticos especiais, designados «tribunais plenários»¹¹⁸. Até 1945, os crimes contra a segurança interna e externa do regime eram julgados pelos Tribunais Militares Especiais, contudo passaram depois para as mãos dos Tribunais Plenários Criminais, em que o Ministro da Justiça nomeava os respectivos juizes. Em 1945, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 35:044, a 20 de Outubro, o qual instituiu o Tribunal Plenário Criminal (TPC), que passou a encarregar-se dos crimes de cariz político ou «*contra a segurança do regime*», ou seja, em substituição do Tribunal Militar Especial. Os elementos da PIDE testemunhavam contra os réus e os juizes sentenciavam segundo os processos instruídos pela polícia política. Os réus eram desde logo avisados pelo juiz que não permitia acusações à polícia política ou denúncias de torturas¹¹⁹.

Após cumprida a pena a que eram submetidos, os presos poderiam ser submetidos às «*medidas de segurança*», que visavam neutralizar aqueles que se considerava serem mais perigosos ao regime¹²⁰. Assim, num universo de 12 385 presos

¹¹⁵ Ferro, *Salazar...*, 118.

¹¹⁶ Ferro, *Salazar...*, 119.

¹¹⁷ Madeira et al., *Vítimas...*, 130.

¹¹⁸ Brito, *Tempo...*, 189.

¹¹⁹ Prefácio de Irene Pimentel em Matias, *Memória...*, 15.

¹²⁰ Madeira et al., *Vítimas...*, 156.

políticos analisados por Irene Pimentel, cerca de 4% foram condenados a medidas de segurança. Contudo, a maioria destes permaneceram presos muito mais tempo do que aquele a que tinham sido condenados pelo tribunal, podendo as medidas de segurança que lhes foram aplicadas decorrer ao longo de um ou mesmo três anos¹²¹. Estas foram abolidas no período marcelista, com o Decreto-Lei n.º 450/72, de 14 de Novembro de 1972.

O abuso de autoridade da polícia política foi uma constante ao longo do regime e apenas alguns casos vieram a ser devidamente sancionados; na maior parte não foi feita a devida justiça¹²².

Contudo, foram várias as tentativas de amnistia para findar com as violências cometidas pela polícia política, através de cartas, telegramas, abaixo-assinados (muitos deles com milhares de assinaturas) enviados quer os mais altos responsáveis do regime, quer às autoridades, aos juizes, deputados, até aos representantes da Igreja¹²³. Além disso, as movimentações para a libertação dos presos políticos alargaram-se a nível internacional, com várias conferências realizadas em vários países europeus, como foi o caso da Conferência pela Amnistia para os Presos Políticos Portugueses, realizada em Paris, no ano de 1961¹²⁴.

1974 foi o ano por que todos esperavam. O golpe militar do 25 de Abril, que abriu um período revolucionário na sociedade portuguesa, foi uma verdadeira surpresa, e com ele, o término da repressão e da censura, da falta de liberdade, a extinção da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos. Quanto a estes últimos, sem saber o que estava a acontecer, se o golpe seria de «direita ou esquerda», permaneceram nas prisões. Só à meia-noite do dia 26 de Abril os presos de Caxias e Peniche saíram em liberdade, aguardando-os na rua uma imensa multidão radiante para os abraçar: *«(...) abriram-se as portas e fomos recebidos cá fora, aos abraços, por uma multidão que transbordava de alegria com a nossa libertação e com o fim da ditadura fascista que subjugará o nosso país durante quase meio século»*¹²⁵.

¹²¹ Pimentel, *A História...*, 429.

¹²² Pimentel, *A História...*, 62.

¹²³ Coelho, *A Resistência...*, 47.

¹²⁴ Depoimento de Pedro Ramos de Almeida em Miguel Medina, *Esboços 2: Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001), 206.

¹²⁵ Depoimento de Nuno Teotónio Pereira em Medina, *Esboços...*, 176.

«Foi esta força viril
de antes quebrar que torcer
que em vinte e cinco de Abril
fez Portugal renascer»¹²⁶



Fig.2 : Ilustração alusiva ao 25 de Abril.

(Ilustração de Luís Rodrigues, em Medina, *Esboços...*, 223)

¹²⁶ Verso do poema *As portas que Abril abriu*, de José Carlos Ary dos Santos.

Capítulo II

As «Prisões Especiais» do Estado Novo

No âmbito da *«necessidade de defender a Ditadura e a ordem pública de novos ataques e perturbações por parte dos seus adversários»*¹²⁷ foram estipuladas medidas punitivas, asseguradas pela polícia política, e pelo estabelecimento de prisões que visavam encarcerar e punir aqueles que cometiam quaisquer «crimes políticos». Estes cárceres surgiram num contexto em que a repressão política dominava a sociedade da altura. Tudo com o intuito de combater aqueles que poderiam colocar em causa a *ordem* e os *bons costumes* da nação. O regulamento da *«forma de punição dos delitos políticos e das infracções disciplinares de carácter político»* vinha definido no Decreto-Lei nº 23:203, de 6 de Novembro de 1933.

Por todo o território português, de Norte a Sul, ilhas, e colónias que então integram o império, estendeu-se um vasto sistema prisional dedicado àqueles que contestavam o regime: *«para os delinquentes políticos criam-se estabelecimentos especiais: prisões na metrópole e colónias penais no ultramar»*¹²⁸. Esta necessidade surgiu no âmbito de que *«(...) o delinquente político não deve ser sujeito ao regime de isolamento que, em grande parte, é aplicado aos outros presos; e, por outro, não é admissível que se obrigue ao contacto com presos de direito comum»*.¹²⁹ Não obstante, as prisões destinadas a presos de delito comum, por vezes também albergavam presos políticos, sobretudo quando as dedicadas a estes últimos se encontravam lotadas. *«A pena de prisão ou de prisão maior para delinquentes políticos (...) será cumprida em cadeias e penitenciárias especiais ou nas prisões comuns, mas em seccções totalmente separadas das que se destinam aos outros reclusos»*¹³⁰.

As cadeias políticas do Estado Novo, regra geral não surgiram de raíz, tendo sido instaladas noutros edifícios existentes, normalmente já destinados a cárceres ao longo da sua história. Os Fortes de Caxias, Peniche e S. João Baptista (este último nos Açores) são casos de antigos fortes militares que foram utilizados para encarcerar

¹²⁷ Decreto-Lei nº 21:943 de 5 de Dezembro de 1932.

¹²⁸ Decreto-Lei nº 26:643 de 28 de Maio de 1936.

¹²⁹ Decreto-Lei nº 26:643 de 28 de Maio de 1936.

¹³⁰ Decreto-Lei nº 26:643 de 28 de Maio de 1936.

presos políticos. Contudo, em Cabo Verde irá surgir de raiz um cárcere, célebre pela sua fama de «campo da morte lenta»: o Tarrafal, através do Decreto-Lei n.º 26:539, de 23 de Abril de 1936.

Havia várias preocupações relativamente à arquitectura das cadeias no Estado Novo, concebidas de modo a que a vigilância fosse o mais eficaz possível, e que todo o ambiente da prisão fosse intimidatório para quebrar o preso e o punir. A construção das celas merecia uma particular atenção. Estas não deveriam ser nem muito profundas nem muito curtas, já que era necessário que o guarda tivesse a visão completa da cela ao espreitar pelo óculo da porta. Esse óculo, conhecido por *olho de Judas*, conjugado com o tamanho ideal das celas, permitia ao guarda que observava, verificar todos os recantos das mesmas. Era, portanto, uma garantia de diminuir ao máximo o «ângulo morto»¹³¹ de modo a reduzir qualquer preparação de fuga longe dos olhares dos guardas. As celas, para além do escasso mobiliário, eram completamente desinteressantes, não permitindo qualquer tipo escape à realidade do cárcere, além de apresentarem um ambiente totalmente propício para os objectivos com que tinham sido concebidas.

Por outro lado, houve a necessidade de se dedicar uma parte da prisão ao chamado parlatório. Este era o local onde os visitantes e os presos “se relacionavam sem se relacionarem”. Ou seja, não se podiam tocar, nem falar livremente, além de que alguns dos presentes trazidos eram interceptados pelas razões óbvias, já que muitas vezes eram métodos de os presos conseguirem obter informações do exterior e vice-versa (o que se veio a verificar várias vezes, através de soluções verdadeiramente engenhosas). No entanto, por vezes eram simples objectos quotidianos (como papel, canetas, livros...) que não deixavam passar. Para além de ser um espaço de convivência entre os presos e os seus entes queridos, era igualmente onde se estabelecia o paradoxo entre o «*espaço controlado e o espaço da liberdade*»¹³², ou seja, carregava em si o paralelismo entre a vida dentro e a vida fora, o mundo exterior e o mundo interior. Havia uma barreira física entre preso e visitante em que para além de se não poderem tocar, também as conversas eram vigiadas pelos polícias. Não é por acaso que esta situação tornava ainda mais penosa a sentença, sobretudo daqueles que se

¹³¹ Gonçalo Moniz e Susana Pereira, «As Prisões do Estado Novo: Dispositivos Espaciais de vigilância e punição». (Porto: CETUP), 187.

¹³² Moniz e Pereira, «As prisões...», 184.

encontravam em isolamento, o que constituía a mais penosa das estratégias de punição por parte do regime.

Algumas destas prisões foram sendo alvo de intervenções ao longo do tempo, de modo a reforçar a segurança e impedir eventuais fugas que, no entanto, vieram a concretizar-se mesmo após a realização dessas remodelações. O Forte de Peniche, por exemplo, foi palco de várias fugas notáveis, mesmo após a construção dos pavilhões considerados de alta segurança.

A função destes estabelecimentos era actuar no domínio intelectual, social, moral e privado do indivíduo, de modo a que este moldasse o seu comportamento conforme o pretendido pelo regime, e também para servir de exemplo à restante população, que vivia com medo de se poder a vir ser preso pela PIDE. No entanto, a prisão funcionava como uma «*universidade revolucionária*»¹³³, pois na maioria das vezes, os presos obtinham conhecimentos proporcionados por outros presos com formação académica, adquirindo uma maior motivação para manterem a luta contra o regime. Aqueles que não eram filiados em nenhum partido normalmente passavam a sê-lo nas prisões, onde havia uma verdadeira organização (clandestina) partidária prisional¹³⁴.

A polícia política tinha uma sede central, localizada na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa. Possuía delegações, no Porto e em Coimbra e, de modo a manter todo o país sob a sua alçada, existiam ainda postos em Bragança, Zebreira, Portalegre, Mourão, Faro, Ponta Delgada (Açores) e Funchal (Madeira), para além de postos de vigilância na Guarda, Leiria, Peniche, Elvas, Évora, Setúbal, Portimão¹³⁵; postos fronteiriços em Valença do Minho, Vilar Formoso, Ficalho, Elvas, Vila Real de Santo António¹³⁶ e, como referimos, mais tarde alargou a sua actuação a Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde. Eram consideradas *prisões privativas* da PIDE o Aljube, Forte de Caxias e Peniche, a sua sede em Lisboa e as delegações do Porto e Coimbra.

A polícia política submetia os presos a um circuito prisional deveras complexo, que visava a debilitação do detido. Começava pelas suspeitas e passava à vigilância do

¹³³ Joaquim Ribeiro, *No Tarrafal, Prisioneiro* (A Opinião, 1976) citado por Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal: Uma Biografia Política: Duarte, O Dirigente Clandestino* (3 vol.) (Lisboa: Temas e Debates, 2005), 274.

¹³⁴ Pimentel, *A História...*, 447.

¹³⁵ Mapa relativo às Delegações e postos do continente e ilhas (Mapa 3) na obra de Irene Pimentel, *A História da PIDE*.

¹³⁶ Coelho, *A Resistência...*, 64.

suspeito. O seu lar passava a ser vigiado bem como os seus movimentos¹³⁷: os locais que frequentava diariamente, o que fazia, se trabalhava e em quê, com quem se dava habitualmente. Ficaram tristemente célebres as prisões-surpresa da polícia política, de madrugada ou mesmo em plena luz do dia na rua, sem mandatos, com os bens do suspeito sendo investigados e, muitas vezes, confiscados. Contudo, por vezes também a GNR colaborava com as prisões, como foi o caso de Carlos Costa, preso pela GNR e entregue¹³⁸ à PIDE.

Posteriormente, procedia-se à identificação do preso, ao qual eram tiradas as impressões digitais e as célebres fotografias de cadastro. Estas eram efectuadas na sede da polícia política ou nas suas delegações, para onde os presos eram logo levados. Contudo, inicialmente, cerca da década de trinta, os presos eram levados para prisões, esquadras e governos civis.

No que corresponde à prisão preventiva dos detidos do sexo masculino (cujo tempo legal máximo correspondia a seis meses), após 1945 os locais poderiam ser a delegação da PIDE no Porto ou em Coimbra. No entanto, posteriormente, era comum serem transferidos para Caxias ou o Aljube, na capital. Neste último, também ocorriam interrogatórios, mas o local mais temido era a sede da PIDE/DGS na Rua António Maria Cardoso, para onde eram todos encaminhados até aos últimos anos do regime, sendo que os interrogatórios entretanto passaram a ocorrer no Reduto Sul de Caxias¹³⁹. Há também a referência de outros locais em Lisboa onde os presos políticos podiam ser interrogados: «(...) *Esquadra de Campolide, a Esquadra do Alto da Pina, a Esquadra do Campo Grande, a Esquadra do Pátio de D. Fradique (no Castelo de S.Jorge), a Esquadra de Alcântara, a Esquadra do Rego, a de S. Domingos de Benfica, a dos Terramotos (a de Campo de Ourique), a Esquadra do Matadouro, às Picoas, os calabouços do próprio Governo Civil (...)*»¹⁴⁰. Jaime Serra revela que na sua primeira prisão, por ter em sua posse um exemplar do jornal *Avante!* (ainda não tinha dezasseis anos completos), fora levado à esquadra do bairro e mais tarde encarcerado no Governo Civil de Lisboa. Assim, estes estabelecimentos também eram usados para interrogar os acusados de «crimes políticos», sobretudo nos primeiros anos do regime.

¹³⁷ Pimentel, *A História...*, 346.

¹³⁸ Depoimento de Carlos Costa em Medina, *Esboços 2...*, 29.

¹³⁹ Pimentel, *A História...*, 429.

¹⁴⁰ Bernardes, *Uma fortaleza...*, 25.

«A prisão preventiva, a que neste decreto se chama detenção, só pode conceber-se em regime de isolamento (...). Com efeito, não deve expor-se o recluso não condenado, e que bem pode estar inocente ao contacto desmoralizador e vexatório de outros companheiros de cárcere (...)»¹⁴¹. O preso era então encaminhado para uma cela e podia ficar sozinho ou, por vezes, ter um companheiro de cela temporariamente, que poderia ser um *bufo* ou um agente da polícia disfarçado.

Começava o período de isolamento, em que as únicas pessoas que o preso via era o carcereiro (que lhe levava as refeições, de fraca qualidade) e o agente da PIDE.

Posteriormente, os presos eram sujeitos aos conhecidos interrogatórios, que se revestiam de métodos bastante violentos e que, mesmo depois da queda do regime, deixaram marcas profundas nas vítimas, que nem sempre eram físicas. A estes, a PIDE designava de *interrogatórios contínuos* que, geralmente, ocorriam na sua sede (no terceiro andar da Rua António Maria Cardoso) até 1971¹⁴² ou, mais tarde, no Reduto Sul de Caxias¹⁴³. Geralmente estes iniciavam-se, como declara Nuno Vasco, cerca de uma a duas horas depois do preso estar a dormir e podiam decorrer horas ou até mesmo vários dias consecutivos.

A PIDE tinha uma outra estratégia que utilizava nos interrogatórios, a qual visava estabelecer uma relação de empatia com o preso, com o propósito deste lhe fornecer informações «voluntariamente»¹⁴⁴. Serviam-se da técnica do «pide bom e do pide mau»¹⁴⁵. Outro dos métodos da PIDE consistia em não deixar os presos fazerem a sua higiene pessoal, ao passo que os agentes se apresentavam elegantes e perfumados; por vezes, também insinuavam manobras de relações sexuais¹⁴⁶, nomeadamente no caso das presas políticas.

Findo o tempo de prisão preventiva ou eram soltos ou julgados pelos tribunais plenários. No entanto, houve casos de presos que ficaram bem mais tempo do que o máximo permitido por lei, tendo ficado mais de quatro anos à espera de irem a julgamento¹⁴⁷ e, após terem cumprido os anos a que tinham sido condenados, normalmente ainda lhes eram aplicadas as medidas de segurança, o que prolongava o

¹⁴¹ Decreto-Lei nº 26:643 de 28 de Maio de 1936.

¹⁴² Vasco, *Vigíados...*, 101-102.

¹⁴³ Prefácio de Irene Pimentel em Matias, *Memória...*, 16.

¹⁴⁴ Depoimento de José Luís Pinto de Sá, em Ademar e Aranha, *No limite...*, 185.

¹⁴⁵ Prefácio de Irene Pimentel em Ademar e Aranha, *No limite...*, 23

¹⁴⁶ Depoimento de Aurora Rosa Salvador Rodrigues a Ana Aranha em Ademar e Aranha, *No limite...*, 49.

¹⁴⁷ Pimentel, *A História...*, 428.

seu tempo de encarceramentos. Assim, os presos políticos não tinham como saber quando iriam ser libertados, o que se agravava consoante o seu nível de «perigosidade» e ainda mais se fossem de origens modestas. Estima-se que entre 1945 a 1974, somente 15% dos detidos pela PIDE/DGS foram a julgamento¹⁴⁸.

Até 1945, os condenados por crimes políticos recebiam a sua sentença através de tribunais militares, que haviam sido criados no contexto de Ditadura Militar. Em 1945, é promulgado o Decreto-Lei n.º 35 044, de 20 de Outubro, que cria o Tribunal Plenário Criminal (TPC), o qual passou a encarregar-se dos crimes de cariz político ou «contra a segurança do regime»¹⁴⁹. Desde este ano até 1974, era a polícia política que determinava a acusação dos julgados, sendo que os juízes dos tribunais plenários condenavam, como já foi referido, segundo os relatórios dos processos-crime estabelecidos pela PIDE/DGS¹⁵⁰. Além disso, as testemunhas de acusação eram muitas vezes os elementos desta mesma polícia política¹⁵¹.

Geralmente, a PIDE esperava o preso no átrio da entrada da prisão, pois nas prisões «normais» eram os guarda prisionais de serviço que encaminhavam os presos à polícia política¹⁵².

A maioria das prisões ocorridas no Estado Novo realizaram-se em Lisboa, mas também em Beja, Évora, Setúbal e Coimbra. No distrito de Braga destaca-se a cidade de Fafe. É notório o aumento de prisões consoante se observa o mapa de Portugal em direcção a Sul. Conclui-se o paralelismo entre as regiões Norte e Centro-Sul onde, nesta última, ocorreu a maioria das prisões¹⁵³. Os Fortes de Caxias e Peniche destacaram-se como as prisões que mais presos políticos albergaram. Era nestas que os presos cumpriam as penas, sendo que o Forte de Peniche se destinava aos presos condenados a pena maior ou prorrogação das medidas de segurança.

Apesar de ser incerto o número de presos políticos, de acordo com a obra *Prisões e Presos Políticos em Portugal*, estima-se que entre 1932 a 1960 haveriam de ser aprisionados pelo *Estado Novo* 24 192 portugueses, sendo 23 472 homens e 720 mulheres; no entanto, 110 tinham idade inferior a 15 anos¹⁵⁴. Igualmente neste

¹⁴⁸ Pimentel, *A História...*, 428.

¹⁴⁹ Pimentel, *A História...*, 476.

¹⁵⁰ Pimentel, *A História...*, 524.

¹⁵¹ Pimentel, *A História...*, 525.

¹⁵² Matias, *Memória ...*, 125.

¹⁵³ Mapa das regiões onde ocorreram as prisões (Mapa 4) na obra de Irene Pimentel, Pimentel, *A História da PIDE*.

¹⁵⁴ Nunes e Romeiras, *Prisões e...*, 4.

período estima-se que 84 prisioneiros políticos sucumbiram às mãos dos serventes do regime¹⁵⁵. De acordo com o estudo de Irene Pimentel¹⁵⁶, no período decorrido de 1945 a 1960, estima-se que tenham sido presas 863 mulheres, contrastando com 11 522 homens, o que perfaz 12 385 pessoas presas pela polícia política, então PIDE/DGS.

Ainda que Portugal e nas colónias tenha existido uma vasta teia de cárceres políticos, o intuito deste capítulo não será abordá-los a todos nem fazer uma pesquisa exaustiva de cada um, mas sim, enfatizar o papel que algumas das prisões políticas do Estado Novo tiveram na sociedade em geral. Prisões essas conhecidas como as cadeias privativas da polícia política, sendo elas: a sede e a delegação da polícia política (respectivamente em Lisboa, no Porto e Coimbra), o Forte de Caxias, Forte de Peniche e o Aljube, ainda que outras sejam também abordadas. Pretende-se sintetizar a história de cada uma, o quando e o porquê do seu surgimento, o contexto em que as mesmas se inseriram enquanto cárceres políticos, o seu carácter simbólico.

«Quem renova a luta renovará o cárcere»¹⁵⁷.

Sede da Polícia Política

A sede mais célebre da PIDE¹⁵⁸ situava-se na Rua António Maria Cardoso, tendo deixado marcas profundas numa geração que presenciou na pele o clima repressivo e prisional de um regime que encarcerava os seus críticos e adversários.

De acordo com uma notícia do jornal *Público*¹⁵⁹ à entrada deste edifício, enquanto sede da polícia política (bem como nas instalações da Delegação do Porto), existia a frase «*Nós havemos de chorar os mortos, se os vivos os não merecerem*», proferida por Salazar num discurso na RTP e na Emissora Nacional, em 12 de Agosto de 1963, duas semanas após o Conselho de Segurança da ONU ter condenado a política colonial portuguesa.

¹⁵⁵ Nunes e Romeiras, *Prisões e...*, 4.

¹⁵⁶ Quadro 37 na obra de Irene Pimentel, *A História da PIDE*.

¹⁵⁷ Bernardes, *Uma fortaleza...*, 51.

¹⁵⁸ Anteriormente a este edifício, a anterior polícia política, a PVDE, teve a sua sede na Rua Serpa Pinto e no Largo da Trindade, também em Lisboa.

¹⁵⁹ Público, «Memórias de um passado recente», 25-04-2017 <https://acervo.publico.pt/multimedia/infografia/memorias-de-um-passado-recente-223>.

Os presos, bem como a população em geral, sabiam que este edifício era destinado aos interrogatórios. O facto da sede da polícia política ficar próxima a casas de moradores, estes por solidariedade para com os presos políticos, até colocavam o rádio mais alto para que os encarcerados pudessem ouvir notícias do mundo exterior.



Fig.3: Sede da polícia política em Lisboa, década de 70.

(Foto de Emídio Santana
<http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=digitallibrary/digitalcontent&id=175>)

Os interrogatórios podiam demorar horas ou dias, e enquanto os mesmos se encontravam em curso os «pides» substituíam-se de quatro em quatro horas¹⁶⁰.

Quando chegavam, os presos eram levados para a «paciência»¹⁶¹, nome atribuído pelos mesmos a uma sala onde aguardavam serem chamados para os interrogatórios e também para os transportes. Esta designação reflectia a angústia vivida naqueles períodos de tempo de espera, em que a incerteza do que iria acontecer permanecia no seu pensamento. Por exemplo, isto reflectiu-se no caso de Diana Andringa, a qual revelou que quando foi conduzida para a sede da PIDE, fora

¹⁶⁰ Viver e resistir no tempo de Salazar, pp 139 fernando rosas

¹⁶¹ Tempo de subversão, pp 57

«esquecida» numa sala, sendo habitual a polícia fazer este tipo de acções; «(...) era uma questão de desorientação»¹⁶².

Domingos Abrantes revelou que foi preso em 1965 e sujeito à privação de sono por cerca de onze dias. Como consequência, os pés incharam de tal ordem que já não cabiam nos sapatos e, por isso, teve que os retirar. Além disso, os agentes da PIDE colocaram um colchão na sala, dizendo que só se podia aproximar meio metro.

No rés-do-chão deste edifício encontrava-se o Ficheiro Geral (FG), que era a repartição onde se encontravam os arquivos correspondentes aos opositores ao regime. De acordo com Nuno Vasco, encontravam-se aqui mais de três milhões de fichas individuais, que corresponderiam a informação de cerca de um milhão e duzentas mil pessoas. Isto explica-se pelo facto de haver uma pessoa com mais de uma ficha¹⁶³.

O principal objectivo dos interrogatórios era o de os presos prestarem declarações. Ainda que a polícia política não tivesse intenção de matar, a realidade é que algumas mortes de opositores políticos lhe são atribuídas. O principal “argumento” da PIDE para negar o assassinato de presos políticos – que, efectivamente, ocorreram, embora pouco frequentes – era de que «*aqui não se mata ninguém, porque os mortos não falam*»¹⁶⁴.

Os casos de José Moreira e Raúl Alves foram particularmente impressionantes, já que «(...) foram atirados do 3.º andar da sede da Rua António Maria Cardoso para a rua depois de assassinados (...)»¹⁶⁵. A descrição da morte de José Moreira foi particularmente inverosímil, pois segundo o relato dos agentes da PIDE, Moreira estava no terceiro andar da sede da PIDE a ser interrogado e, por «*desleixo na vigilância*», aproveitara uma janela aberta (que um dos agentes abria para libertar o fumo), para se lançar da mesma. Encontrava-se ainda vivo quando foi encontrado no pátio, mas falecera a caminho do hospital.¹⁶⁶ O seu corpo estava desfigurado, e eram visíveis golpes que evidenciava¹⁶⁷. Raul Alves, operário de Vila Franca de Xira com 44 anos, faleceu nas mesmas circunstâncias que José Moreira, por ter «caído» da janela

¹⁶² Esboços..., 79.

¹⁶³ Vasco, *Vigilados...*, 133.

¹⁶⁴ Esta frase foi proferida pelos agentes da PIDE após verificarem que a palavra «morte» não amedrontava Maria Custódia. Depoimento de Maria Custódia Chibante, em Ademar e Aranha, *No Limite...*, 270.

¹⁶⁵ Nunes e Romeiras, *Prisões e ...*, 5.

¹⁶⁶ Pimentel, *A História...*, 391,392.

¹⁶⁷ Coelho, *A Resistência ...*, 75.

do terceiro andar da Rua António Maria Cardoso, corria o ano de 1958. Mais uma vez, a polícia política argumentou que se tratou de um suicídio. O certo é que houve uma testemunha: a mulher do embaixador Álvaro Lins, viu Raul Alves suspenso no rebordo de uma janela a gritar por socorro, tentando equilibrar-se. Após alguns minutos de resistência, cai inerte no pátio. Assistindo a esta imagem (a embaixada ficava anexa ao edifício que albergava a sede da PIDE), provocou um «*protesto daquele diplomata junto do cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira*»¹⁶⁸. Contudo, a resposta ao sucedido com Raul Alves fora cruel: «*(...) não há motivo para ficar tão preocupada. Trata-se apenas de um comunista sem importância*»¹⁶⁹.

Também este edifício se tornou um marco simbólico, pois no próprio dia 25 de Abril de 1974, a PIDE/DGS, cercada pelo Movimento das Forças Armadas e por populares reclamando justiça, disparou indiscriminadamente, atingindo mortalmente quatro civis: Fernando Gesteira, José Barneto, Fernando Barreiros dos Reis e José Guilherme Arruda. Em sua homenagem, fora colocada, neste edifício, na década de oitenta uma placa, que ainda hoje se mantém, com a seguinte mensagem: «*Aqui, na tarde de 25 de Abril de 1974 a PIDE abriu fogo sobre o povo de Lisboa e matou: Fernando C. Gesteira, José J. Barneto, Fernando Barreiros dos Reis e José Guilherme R. Arruda*» (Fig.4).



Fig. 4: Placa em homenagem aos civis mortos a 25 de Abril de 1974, pela polícia política.

(Vânia Moreira, 2018)

¹⁶⁸ Pimentel, *A História...*, 395.

¹⁶⁹ Bernardes, *Peniche ...*, 17.; Coelho, *A Resistência...*, 77.

Delegação da Polícia Política do Porto

Durante o Estado Novo, para além de servir de cárcere privado da polícia política onde decorriam interrogatórios e prisões, também aqui era efectuado o controlo da entrada e saída de estrangeiros. Para esta última funcionalidade, a entrada era pela lateral, ou seja, pelo lado correspondente ao Largo Soares dos Reis.

Esta Delegação actuava em toda a zona Norte do País, e não só o distrito do Porto. Assim, os distritos de Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, os concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, São João da Madeira e Vale de Cambra, do distrito de Aveiro, eram abrangidos por esta sede regional da polícia política. Os Postos de Vigilância ou de Fronteira desta zona dependiam directamente do Porto¹⁷⁰.

Os presos políticos, por sua vez, não entravam pelo Largo Soares dos Reis, mas sim pelo portão principal, onde depois se dirigiam a uma porta que levava ao interior do edifício.

Carlos Aboim Inglez fora transferido para esta delegação em 1954, e efectua a respectiva descrição: «(...) tinha umas celas no edifício principal e umas salas noutra edifício separado. As salas não tinham janelas, eram só paredes onde as portas davam para um corredor».¹⁷¹

Também aqui se verificou um elevado grau de violência para com os presos: «Na Rua do Heroísmo, os presos eram tratados com brutais espancamentos sobre o corpo nu. Obrigados a despir-se, caía-lhes o arrocho ou o cavalo-marinho no dorso indefeso, vezes e vezes até ao desmaio. Reanimados, eram metidos nos calabouços»¹⁷².

Na obra *Peniche: Uma fortaleza da Resistência*, o autor revela-nos também que na delegação do Porto, os presos sofreram a «tortura da roldana»; isto consistia em serem «(...) pendurados pelos pés por um tosco mecanismo de roldana e espancados nessa posição enquanto prosseguia o interrogatório»¹⁷³. Como este sistema de interrogatório ficava próximo das celas, os gritos eram ouvidos pelos companheiros que temiam pela sua vez. Por outro lado, Manuel Ferreira revela na obra *Peniche* -

¹⁷⁰ Informação disponível na página da Torre do Tombo, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4279956>.

¹⁷¹ Medina, *Esboços...*, 33.

¹⁷² Bernardes, *Peniche...*, 43.

¹⁷³ Bernardes, *Peniche...*, 43.

Uma fortaleza da Resistência, que «(...) o carrasco pevide Seixas mandava arrancar unhas a quem não confessasse o que ele pretendia (...)»¹⁷⁴.

Ao local onde eram realizados os interrogatórios, os presos designaram-o como *Casa del Campo*, como homenagem aos republicanos anti-fascistas da Guerra Civil Espanhola.

Na cela que se situava por baixo das escadas, Manuel Ferreira revelou na obra já referida, que estava aí gravada a frase «*Não confesses hoje, confessa amanhã*», pelo que, simbolicamente, era um incentivo aos que ali se encontravam encarcerados para «não falarem»¹⁷⁵. Para além deste, houve outros relatos queixosos de que, por baixo do vão das escadas tinham sido aí encarcerados vários presos. Conforme declara Irene Pimentel, este facto não fora completamente desmentido, pois a PIDE informara que não eram utilizadas a não ser em casos excepcionais¹⁷⁶.

Ainda assim, de acordo com Pedro Ramos de Almeida, na delegação do Porto permitiam aos presos receber livros: «*Nós éramos tratados lá como intelectuais*»¹⁷⁷.

Também neste edifício ocorreram algumas evasões: é organizada uma fuga destas instalações, no ano de 1954, por Joaquim Gomes e Pedro Soares (dirigentes do PCP)¹⁷⁸. Carlos Aboim Inglez revelou que Pedro Soares e Joaquim Gomes fugiram através de uma clarabóia com grades existente no tecto. As mesmas foram serradas, e os dois fugitivos alcançaram o telhado, descendo de seguida para o cemitério do Prado do Repouso através de uma corda. Os dezoito prisioneiros que ali se encontravam e não tiveram possibilidade de se evadirem, acabaram por sofrer um castigo, como represália, com «*trinta dias de cela*»¹⁷⁹. Em 1962 ocorreu uma outra evasão por Jorge Araújo e Silva Marques¹⁸⁰.

Contudo, algumas mortes tiveram também lugar neste edifício: entre 1957 e 1959 faleceram nestas instalações dois presos, supostamente por suicídio. Surpreendentemente, as vítimas, apesar de não terem qualquer laço ou contacto, recorreram ao mesmo método com «*nós elaboradamente entretecidos*». Tratava-se de Joaquim Lemos de Oliveira, barbeiro de 48 anos, falecido a 15 de Fevereiro de 1957. A

¹⁷⁴ Bernardes, *Peniche...*, 43.

¹⁷⁵ Bernardes, *Peniche...*, 44.

¹⁷⁶ Pimentel, *A História...*, 433.

¹⁷⁷ Medina, *Esboços 2...*, 198.

¹⁷⁸ Bernardes, *Peniche...*, 87.

¹⁷⁹ Medina, *Esboços...*, 35.

¹⁸⁰ Bernardes, *Peniche...*, 115.

3 de Março ocorreu o falecimento de Manuel da Silva Júnior, trabalhador de Viana do Castelo, com 69 anos¹⁸¹.

Prisão do Aljube

Mais uma das cadeias privadas da polícia política durante o Estado Novo, o Aljube ficou também marcado pelo seu passado contínuo de cárcere.



Fig.5 : *O edifício do Aljube, início séc. XX.*

(Ilustração Portuguesa, nº 82, 29 Maio 1905)

Nos primeiros tempos do regime, o Aljube funcionava como estabelecimento prisional dos prisioneiros revolucionários ou sociais, cujos processos se encontravam concluídos ou em fase de conclusão. Aí aguardavam a liberdade ou a deportação para as ilhas ou o para as colónias¹⁸². A Cadeia do Aljube era utilizada sobretudo para manter os presos durante os períodos de interrogatórios.

¹⁸¹ Pimentel, *A História...*, 394.

¹⁸² Gouveia, *Memórias...*, 54.

Jaime Serra descreve o Aljube como um

«(...) *prolongamento da sede da PIDE. Localizada também no centro da cidade, a muito pouca distância da sede da PIDE, era frequentemente utilizada para ali mesmo os presos continuarem a ser interrogados e espancados, com a particularidade de ter um médico de serviço para eventualmente colaborar tecnicamente no processo de tortura aos presos*»¹⁸³.

A prisão do Aljube ficou tristemente célebre pelas suas celas, construídas na década de 1940, que devido ao seu espaço diminuto, ficaram conhecidas por *curros* ou *gavetas*¹⁸⁴ (Fig. 6 e 7). Estas, cerca de quarenta ao todo¹⁸⁵, eram divisões pequeníssimas, onde havia um postigo na porta por onde o guarda espreitava os prisioneiros. Francisco Martins Rodrigues descreve a sua entrada no Aljube: «(...) *em silêncio me levou pelo corredor, ao longo de uma fila de portas com pequenos postigos. À medida que eu avançava, o guarda, à minha frente, ia fechando os postigos. Ali por trás deviam estar os presos, mas não se ouvia um rumor. Por vezes (...) um leve tossicar, um suspiro, indicava a presença de alguém*»¹⁸⁶.

Nestas celas era onde a polícia política deixava os prisioneiros a cumprir o regime de incomunicabilidade durante o «*período mais intenso dos interrogatórios*»¹⁸⁷. Era também nos *curros* que ficavam os presos que necessitavam de vigilância mais apertada. Neste período, não havia nada com que o preso se pudesse entreter e ocupar, o que constituía um dos elementos chave da violência psicológica submetida aos presos, e a obscuridade da cela acentuava ainda mais a solidão. Estas celas, catorze no seu conjunto, eram fechadas por duas portas, uma em madeira, com um postigo para o guarda observar o preso, e uma outra gradeada¹⁸⁸. Esta, servia para o guarda poder abrir a porta em segurança, separando-o do preso¹⁸⁹.

¹⁸³ Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber...* (Lisboa: Avante!, 2004), 88.

¹⁸⁴ Pimentel, *A História...*, 432.

¹⁸⁵ Miguel Dias Santos, *Arlindo Vicente e o Estado Novo: História, cultura e política* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 223.

¹⁸⁶ Francisco Martins Rodrigues, *Os Anos do Silêncio* (Lisboa: Edições Dinossauro, 2008), 13.

¹⁸⁷ Brito, *Tempo de...*, 65.

¹⁸⁸ Pimentel, *A História...*, 432.

¹⁸⁹ Rodrigues, *Os Anos...*, 14.

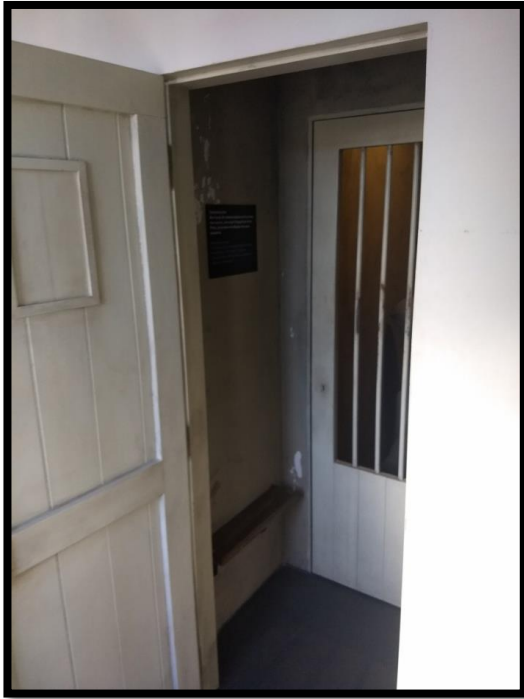


Fig.6 :«Curro» ou «gaveta» da prisão do Aljube (Reconstituição)

(Vânia Moreira, 2018)

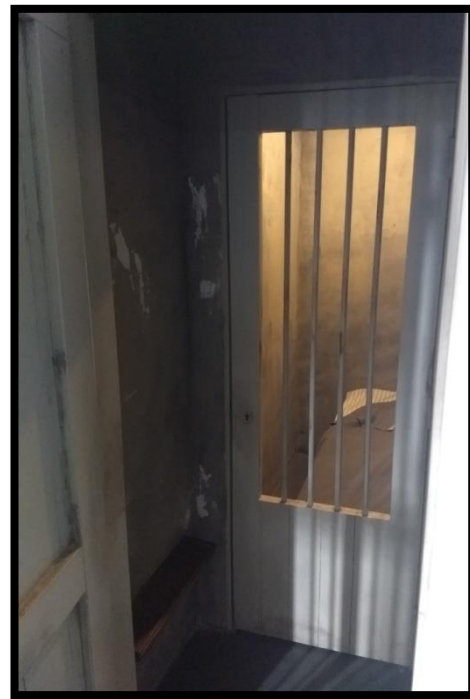


Fig.7 :«Curro» ou «gaveta» da prisão do Aljube (Reconstituição)

(Vânia Moreira, 2018)

Também Octávio Pato prestou o seu testemunho sobre a dimensão dos curros, onde apenas se podia dar dois passos em frente e largura cerca de «*um metro e tal*»¹⁹⁰. Quando necessitavam de ir à casa de banho, os presos tinham que sair do curro, pelo que só podia ir um preso de cada vez, com o guarda sempre a vigiar. A cela 14 era a «cela disciplinar»¹⁹¹. De acordo com Carlos Brito, aparentemente esta não se diferenciava muito das já referidas, excepto na questão da luz, já que estava permanentemente às escuras. Edmundo Pedro também faz referência ao facto de não haver luz nenhuma, embora, por vezes o postigo ficasse aberto.¹⁹² Por sua vez, os castigos podiam ser acentuados através da alimentação, apenas a pão e a água¹⁹³.

Edmundo Pedro refere que o seu entretenimento era observar a vida em liberdade dos pombos, vê-los pôr os ovos, o nascer dos borrachos e vê-los voar. Para além disto, a imaginação ocupava um papel de destaque para não perder o

¹⁹⁰ Medina, *Esboços...*, 196.

¹⁹¹ Brito, *Tempo de...*, 69.

¹⁹² Ademar e Aranha, *No limite...*, 99.

¹⁹³ Brito, *Tempo de...*, 70.

discernimento e, por vezes, pensava em, por exemplo, problemas geométricos; «procurava entreter o meu espírito...»¹⁹⁴.

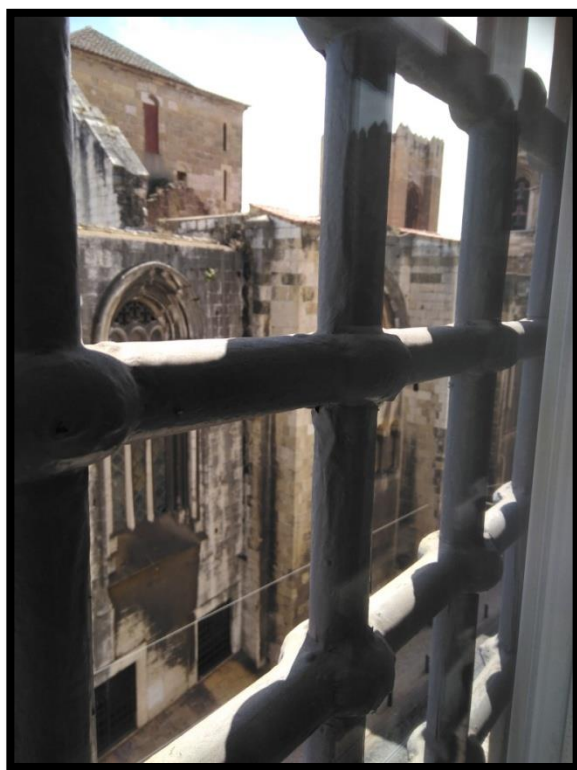


Fig.8: Vista gradeada para a Sé de Lisboa

(Vânia Moreira, 2018)

O Aljube dispunha de uma «sala especial para os presos que pagam»¹⁹⁵, sendo as restantes salas colectivas, onde se encontravam os outros presos, como as salas 2 (onde foram construídos os «curros») e 3, esta última com capacidade para cerca de 30 pessoas e onde não se instalavam apenas presos políticos, mas também estrangeiros que emigravam clandestinamente e eram apanhados. Esta prisão era igualmente famosa por ter a dieta mais desagradável de todas as prisões políticas¹⁹⁶.

De acordo com Fernando Rosas, o Aljube «era uma cadeia em que se estava à espera de se ser torturado»¹⁹⁷ e, quando os presos ouviam o telefone tocar (que se encontrava a meio do piso) e as chaves do guarda a tilintar, ficavam estagnados a

¹⁹⁴ Brito, *Tempo de...*, 99.

¹⁹⁵ Coelho, *A Resistência...*, 146. Esta «sala especial» é descrita no romance de Manuel Tiago (pseudónimo de Álvaro Cunhal) *Sala 3 e Outros Contos* como o «quarto», onde se instalavam os «burgueses».

¹⁹⁶ Coelho, *A Resistência...*, 145-146.

¹⁹⁷ Henriques e Samara, *Viver e Resistir...*, 137.

pensar se desta vez era a eles que iria tocar e se era a sua cela que se abriria¹⁹⁸. O medo era permanente.

Octávio Pato foi submetido a um isolamento total durante os seis meses de prisão preventiva que permaneceu no Aljube, assim como Jaime Serra, que durante os também seis meses no Aljube esteve incomunicável. Não tinha acesso a livros, jornais, nem podia escrever, contando as horas e os minutos. Esta situação era apenas cortada pelas «chamadas súbitas» à sede da PIDE, o que podia ocorrer a qualquer hora, onde novamente nos interrogatórios era submetido à «estátua»¹⁹⁹.

Também o Aljube, não obstante a sua vigilância, foi palco de várias fugas. Em 1949 deu-se a fuga de Hermínio da Palma Inácio que havia sido preso dois anos antes, a 6 de Setembro de 1947. Como se dirigia ao gabinete de inspeção médica às 8h da manhã, este, que tinha enrolado lençóis nas pernas, debaixo das calças, aproveitou quando o guarda se distraía e escapou para o pátio (quinze metros abaixo) usando os lençóis como corda. Fugiu por uma pequena janela que ficava à altura de um 5.º andar, a única que não era gradeada, numa arrecadação a caminho desse gabinete²⁰⁰. A 27 de Abril de 1955 Jaime Serra tentou fugir do Aljube, serrando tábuas no soalho e feito uma «escada» com tiras de lençol. Esta tentativa saiu frustrada por ter sido descoberto por um dos guardas. Em 1957, a 25 de Maio, três dirigentes do PCP, elaboraram um plano que consistia em evadirem-se e introduzirem-se num prédio situado próximo daquele para depois se porem em fuga. Do exterior, o PCP tinha previamente enviado Deolinda Franco, então esposa de Carlos Brito, para simular o aluguer do último andar (que se encontrava em estado degradado) e esta, na véspera do dia da fuga, deixara a janela aberta para os fugitivos aí conseguirem entrar. E assim se deu: Américo Gonçalves de Sousa, Rolando Verdial e Carlos Brito através de uma grade previamente serrada (e disfarçada com miolo de pão e aguarela), passaram para o algeroz e daí desceram seis metros por uma corda até ao telhado de um primeiro prédio, continuando assim até ao prédio do andar desejado, onde entraram pela janela aberta. Conseguiram chegar à rua e apanhar um táxi (pois não se encontrava no local o veículo que os iria levar) rumo à liberdade²⁰¹.

¹⁹⁸ Henriques e Samara, *Viver e resistir...*, 137.

¹⁹⁹ Serra, *Eles têm...*, 84.

²⁰⁰ Pimentel, *A História...*, 450.

²⁰¹ Pimentel, *A História...*, 452.

Contudo, o ano em que se deu esta «fuga audaciosa»²⁰², foi um ano em que o Aljube concentrou um elevado número de presos. Como refere Carlos Brito, isto não costumava ser usual, visto que o Aljube mantinha os presos sobretudo no período mais intenso dos interrogatórios²⁰³. Contudo, devido a obras que se estavam a realizar em Caxias, o Aljube ficou a abarrotar, sobretudo porque este período foi marcado por uma substancial resistência – exigindo melhores condições prisionais – e, conseqüentemente, repressão²⁰⁴. As represálias consistiram na transferência dos presos considerados mais perigosos, os «cabecilhas»²⁰⁵, para o último andar.

Algumas mortes ocorreram também neste edifício, como António José Patuleia, camponês de S. Romão de Vila Viçosa, a 21 Junho de 1947²⁰⁶. Apareceu também morto na cela António Lopes de Almeida, operário vidreiro, em 21 de Janeiro de 194, o qual, segundo a PIDE, se tinha suicidado. No entanto, segundo o testemunho de Carlos Aboim Inglez, que fora o último a ver António Lopes de Almeida pois tinha sido colocado na mesma sala, o mesmo encontrava-se com a «*cara feita num bolo*»²⁰⁷, em resultado das quarenta horas de pancada que havia sofrido. Carlos Aboim fora colocado em liberdade e só então soube que se tratava de António Lopes de Almeida, que tinha falecido durante a noite.

Forte de Caxias

Caxias era o «*cárcere privado da PIDE*»²⁰⁸, passando (mais concretamente o seu Reduto Norte) a servir o regime como prisão política desde 1937.

De acordo com Carlos Brito, Caxias «*funcionava como depósito de presos*»²⁰⁹, e «*(...) permanecia então como tinha sido o velho forte militar, meio enterrado num morro sobranceiro ao Tejo, com mínimas adaptações às funções de prisão de políticos.*

²⁰² Referência ao título do jornal *Avante!*, da primeira quinzena de Junho de 1957.

²⁰³ Brito, *Tempo de...*, 72.

²⁰⁴ Brito, *Tempo de...*, 72.

²⁰⁵ Brito, *Tempo de...*, 72.

²⁰⁶ Pimentel, *A História da PIDE...*, 390.

²⁰⁷ Pimentel, *A História da PIDE...*, 390.

²⁰⁸ Pimentel, *A História...*, 429.

²⁰⁹ Brito, *Tempo de...*, 72.

Do velho forte conservava o aspecto austero, sombrio e frio, mas já em acentuada decrepitude, o que tornava o seu interior ainda mais inóspito»²¹⁰.

Os presos eram instalados nas salas que se localizavam pelos dois pisos e as «casamatas» que se localizavam enterradas no solo, sendo húmidas e onde havia uma enorme carência de luz e condições no geral²¹¹. Os chamados «*longos corredores das trevas*»²¹² de Caxias, mal iluminados, estendiam-se por todo o edifício, albergando as casernas (ou as chamadas «salas») e, nos extremos, as precárias instalações sanitárias. Henrique Espírito Santo recorda que as «*(...) as grandes salas eram para períodos de transição, e depois aqueles que ficavam por mais tempo, eram transferidos para salas mais pequenas (...)*»²¹³.

Carlos Aboim Inglez revelou que o pior «segredo» de Caxias eram as casamatas, as quais descreve como «*(...) uma parte subterrânea da cadeia que havia para o interior do forte, e que estava abandonada, só servindo para esses castigos. Era um quarto cavado na terra, sem uma única janela nem uma única luz. Só uma tarimba e nada mais (...)*»²¹⁴. Nesse castigo, apenas abriam a tarimba quando entregavam o pequeno-almoço, almoço e jantar. Era um compartimento húmido, de tal ordem que escorria água pelas paredes. Nos cinco dias que aí estive de castigo, Carlos Aboim Inglez escreveu uma quadra com um prego que lá encontrou:

«Um homem só, no segredo,
Sabe um segredo profundo.
Nunca está só nem tem medo
Quem ama os homens e o mundo»²¹⁵.

Até finais de 1962, o Reduto Sul havia sido utilizado como hospital-prisão do Ministério da Justiça. Contudo, ceca de uma década mais tarde, em 1971, procedeu-se à transferência dos Serviços de Investigação (SI) da PIDE/DGS da sede desta polícia para o Reduto Sul da prisão de Caxias²¹⁶, ou seja, os interrogatórios da polícia política, quer a homens quer a mulheres, passaram a decorrer no Reduto Sul desta prisão. Isto

²¹⁰ Brito, *Tempo de...*, 26.

²¹¹ Coelho, *A Resistência...*, 147.

²¹² Brito, *Tempo de...*, 26.

²¹³ Medina, *Esboços...*, 96.

²¹⁴ Medina, *Esboços...*, 42.

²¹⁵ Medina, *Esboços...*, 42. Mais tarde, quando Carlos Brito esteve nesse castigo, encontrou esta quadra.

²¹⁶ Vasco, *Vigiados...*, 98; Pimentel, *A História...*, 434.

é, passa a cárcere privativo e preventivo da polícia política enquanto decorriam os processos de investigação. Assim, no Reduto Norte era onde se encontravam detidos para depois passarem aos interrogatórios no Reduto Sul²¹⁷. Estes decorriam na chamada *câmara da tortura*, que consistia numa sala com paredes brancas e tecto abaulado; o chão era de cimento amarelo e tinha uma campainha de alarme junto à porta. Tanto a porta interior como a janela eram dotadas, não de um vidro, mas de plástico inquebrável. Esta sala encontrava-se mobilada por uma mesa e duas cadeiras no meio da mesma, sendo utilizada uma luz muito intensa.

Caxias era a prisão das mulheres presas ao longo de todo o período da pena, ou seja, desde a prisão preventiva, à pena a que eram condenadas e, se fosse o caso, também às designadas medidas de segurança²¹⁸. As refeições das mesmas eram efectuadas nas celas, e apenas aquando das visitas é que estavam em contacto com o exterior.

A chegada a este cárcere foi descrita por Carlos Brito: «*Foi neste ambiente que a nossa roupa foi minuciosamente revistada e nós próprios atentamente observados, depois de deixados em cuecas. (...) fomos distribuídos por três salas: as mulheres numa do primeiro andar, os homens em duas do rés-do-chão*»²¹⁹.

As restrições a que os presos estavam sujeitos eram idênticas às existentes noutros presídios: só se podia ler o *Diário da Manhã*, o jornal diário do regime, e quanto à correspondência, só se podiam escrever duas folhas por carta. Os presos tinham um recreio diário de meia hora²²⁰.

Nos anos cinquenta, as visitas decorriam em horários diferentes, para impedir o contacto entre detidos²²¹. Carlos Aboim Inglez refere que nesta década, as condições nas cadeias políticas agravaram-se, quer do ponto de vista das instalações, quer do ponto de vista material, e só mais tarde foram realizadas obras²²².

Irene Pimentel relata uma situação vivida em Caxias²²³ na qual, no Natal de 1960, mais de 500 pessoas em conjunto se dirigiram a este estabelecimento prisional, no Reduto Norte, a reivindicar uma visita conjunta, a qual não foi aceite. Enquanto os

²¹⁷ Pimentel, *A História...*, 429.

²¹⁸ Pimentel, *A História...*, 429.

²¹⁹ Brito, *Tempo de...*, 26.

²²⁰ Brito, *Tempo de...*, 27.

²²¹ Pimentel, *A História...*, 443.

²²² Medina, *Esboços...*, 32.

²²³ Pimentel, *A História...*, 448.

familiares protestavam e as forças da GNR os tentavam demover, com armas apontadas, os presos nas janelas entoavam o hino nacional. No entanto, foram quase todos castigados por recusarem o jantar especial de Natal.

Ao longo do regime, foram feitas várias intervenções nos diferentes cárceres, de modo a melhor exercer a vigilância nestas prisões. Caxias não foi excepção, e Carlos Brito descreve as adaptações feitas a Caxias, as quais «(...) resumiam-se à multiplicidade das grades e gradões nas janelas e portas, aos portões chapeados, aos novos muros e taludes e à superabundância de guardas e sentinelas»²²⁴.

Em Caxias, o isolamento era o método mais utilizado. Este era de tal forma violento que os encarcerados recorriam a tudo o que se possa imaginar como modo de entretenimento. Além disso, o isolamento obrigava a procurar as mais caricatas companhias, como por exemplo, as moscas. Segundo o testemunho de Maria Custódia Chibante a Ana Aranha, «(...) fazia bolinhas de pão com açúcar e punha-as em cima da mesa, para que as moscas virem chupar o açúcar das bolinhas de pão. Depois, quando vinham aqueles dias encobertos e as moscas não apareciam, sentia falta delas, pois eram as minhas companheiras»²²⁵.

Jaime Serra também foi transferido para Caxias após ter estado no Aljube, tendo permanecido no forte em isolamento durante quinze dias. Após protestos da sua família, passou para a caserna em regime normal, com outros companheiros²²⁶.

Apesar das referidas tentativas do regime em realizar obras nos cárceres para aumentar a vigilância, a realidade é que foram várias as fugas desencadeadas nas mesmas. Os contactos entre os presos mantinham-se e as informações eram transmitidas de modos absolutamente engenhosos, como relata Henrique Espírito Santo: escrevia-se a mensagem abreviada (e em código, por vezes) numa folha de mortalha enrolada em celofane e fita cola, aparentando uma cápsula de remédio, que era transportada na boca. Depois era deixada num «buraquinho» de determinado azulejo, previamente combinado²²⁷.

Esses contactos, não só conseguidos no interior das prisões como com o exterior, eram fulcrais à preparação de evasões. As fugas consistiam, na maioria das

²²⁴ Brito, *Tempo de...*, 26.

²²⁵ Ademar e Aranha, *No Limite...*, 273.

²²⁶ Serra, *Eles têm...*, 119.

²²⁷ Medina, *Esboços...*, 96.

vezes, o único meio de conseguir sair das prisões em «tempo útil», já que ao tempo da prisão preventiva acrescentavam-se os anos atribuídos pela setença, e aos quais acresciam ainda as medidas de segurança consoante o nível de perigosidade, o que transformava, por vezes, em décadas, o tempo de um preso político encarcerado.

Em 1956, Jaime Serra evade-se da prisão através de um método pouco convencional: efectuando o molde da chave do portão do Forte de Caxias, feito com sabão. Obteve a cópia da chave, feita no exterior mas, entretanto, o seu plano teve que aguardar, pois foi de castigo para o Aljube, onde esteve incomunicável duas semanas, tendo levado consigo a chave dentro de um bocado de sabão. Voltou a Caxias, e no dia 3 de Março de 1956 consumou o seu laborioso plano, conseguindo evadir-se da cadeia²²⁸.

Outra das fugas de Caxias notória pela sua irreverência, foi a desencadeada em 1961, uma vez que o meio utilizado para a evasão foi o automóvel do Presidente do Conselho, um *Chrysler*, que consta ter-lhe sido oferecido pelo próprio Adolf Hitler, como nos indica Irene Pimentel²²⁹. Esta fuga começou por António Alexandre Tereso a obter a confiança dos guardas para conseguir trabalhar na garagem (simulando que colaborava com os guardas, um «rachado»²³⁰) e, mais tarde também do novo director daquela prisão, o subinspector da PIDE, Gomes da Silva. Isto veio a ser efectivamente uma mais valia para o sucesso da evasão, pois António Tereso conseguira ficar a tratar do automóvel de Salazar, um veículo blindado que veio a ser utilizado na fuga. No dia 4 de Dezembro de 1961, Tereso foi buscar o automóvel à garagem, conduziu-o de marcha atrás, recolheu os companheiros e, dirigindo-se para o portão de saída da prisão, o carro rebenta-o com facilidade, conquistando assim a liberdade. À medida que se aproximava de Lisboa foi largando os recém evadidos em locais diferentes. Esses evadidos foram: António Tereso, Francisco Miguel, José Magro, Guilherme da Costa Carvalho, António Gervásio, Domingos Abrantes, Ilídio Esteves e Rolando Verdial²³¹. Domingos Abrantes revela um pormenor deveras importante para a fuga que era a necessidade de o portão não ter os fechos encaixados no solo, para o poderem rebentar com a passagem do carro. Como o portão só estava fechado com a

²²⁸Serra, *Eles têm...*, 120-123; Pimentel, *A História...*, 452.

²²⁹Pimentel, *A História...*, 457.

²³⁰O impropério «rachado» atribuíra-se aos que colaboravam com a polícia política. Pimentel, *A História...*, 456.

²³¹Bernardes, *Peniche...*, 113.

fechadura, o carro ao embater no mesmo mandou-o «pelos ares», e a fuga efectuou-se com sucesso²³².

Irene Pimentel faz uma ressalva relativamente às fugas organizadas pelo PCP: nunca nenhuma mulher foi seleccionada para integrar as equipas de fuga, mesmo sendo estas previamente elaboradas e delineados os respectivos planos de fuga. Ainda assim, duas funcionárias do PCP (Georgette Ferreira e Adélia Terruta) realizaram a proeza de conseguir escapar, mas do hospital²³³.

As longas horas encarcerados, permitia aos presos divagar pelo mundo do pensamento e, inspirados pela sua situação no cárcere apenas, muitos foram os que escreveram (ou preservaram na memória para mais tarde os divulgar) vários os textos, quadras, poemas e até hinos. Estes, acabaram por dar força aos companheiros de luta pela liberdade tão desejada, já que muitas vezes, quadras e frases se encontravam escritas (com o que fora possível) nas celas das prisões. O *Hino de Caxias* foi criado²³⁴ neste contexto e, a par da letra *Abandono* (ou *Hino de Peniche* ou mesmo *Fado Peniche*), ambos constituindo hinos à liberdade e à resistência daqueles que estiveram presos nos cárceres do Estado Novo.

Também no Forte de Caxias registaram-se mortes de presos políticos. Francisco Ferreira Marquês, comunista, em 13 Maio de 1944, foi encontrado enforcado na sua cela, mas consta que a verdadeira causa da morte decorrera de lesões provocadas por espancamentos²³⁵. Carlos Pato morreu a 26 de Junho de 1950, aos 29 anos, segundo um médico da cadeia, de ataque cardíaco. No entanto, um dos companheiros que se encontravam com ele na mesma sala declarou que a assistência médica que haviam pedido não tinha chegado a tempo²³⁶. Segundo o seu irmão, Octávio Pato, fora sujeito à “estátua” e à privação do sono, ficando extremamente debilitado. Como consequência passou a urinar sangue, e um dia teve uma crise cardíaca. Após os companheiros gritarem por assistência médica, o enfermeiro deu-lhe um clister. «Ao fim do clister estava morto»²³⁷.

²³² Medina, *Esboços 2...*, 70.

²³³ Pimentel, *A História...*, 454. Ainda assim, as mulheres auxiliavam na preparação das fugas, como foi o caso da fuga do Aljube (abordada mais à frente).

²³⁴ Carlos Aboim Inglez refere que este hino fora feito pelos presos da sala ao lado da sua, em Caxias. Nessa sala encontravam-se Carlos Costa, Aurélio Santos, Costa Marques. Assim, a letra e a música do Hino de Caxias foi composto em conjunto pelos presos de Caxias em 1954. Medina, *Esboços...*, 32.

²³⁵ Pimentel, *A História...*, 389.

²³⁶ Pimentel, *A História...*, 393.

²³⁷ Medina, *Esboços...*, 179.

Com o início dos anos setenta, o final do regime começava a aproximar-se, mas nas prisões o tempo permanecia estático.

O golpe militar de 25 de Abril de 1974, restabelecendo as liberdades democráticas, foi o dia mais desejado pelos opositores ao regime. Contudo, enquanto se desenrolavam os acontecimentos, a vida nas prisões políticas prosseguia até ao término do suplício que estes presos enfrentavam.

Nesse dia, em Caxias, havia ainda um preso a ser interrogado, impedido de dormir, tendo sido levado para a cela após os elementos da PIDE/DGS tomarem conhecimento do sucesso da revolta dos capitães. Já se encontravam presentes no cárcere os militares do Movimento das Forças Armadas, quando um oficial pergunta a este preso o seu nome, o qual se recusa terminantemente a responder, ainda combalido dos maus tratos a que fora sujeito. Este oficial, tratando-o com carinho, diz-lhe: «*Ouça amigo, chegue-se aí aos ferros e escute os seus camaradas que festejam*»²³⁸. Assim foi e se convenceu, perante a alegria contagiosa que ecoava pelo cárcere e, do lado de fora, com a multidão que ali se concentrava extasiada.

Os presos só foram libertados no dia 26 de Abril, à meia-noite, pois o General Spínola, de acordo com Nuno Teotónio Pereira, «(...) *achava que nem todos os presos políticos deviam ser libertados*»²³⁹. Isto desencadeou uma declaração dos presos de Caxias, mas também de Peniche, com a condição de que «(...) *ou saíam todos ou não saía nenhum*», tendo o general acabado, finalmente, por ceder.

Este cárcere ficou conhecido como o estabelecimento prisional que mais presos políticos recebeu até ao ano de 1974, procedendo-se depois ao seu desmantelamento, algum tempo após o 25 de Abril.

Forte de Peniche

O forte-prisão de Peniche, gerido pelo Ministério da Justiça, albergava os presos políticos que tinham penas maiores para cumprir. Isto porque, a partir do momento em que passavam a cumprir as «medidas de segurança», a tutela dos presos

²³⁸ Bernardes, *Peniche...*, 147.

²³⁹ Medina, *Esboços...*, 175.

deixava de pertencer ao Ministério da Justiça para pertencer à alçada do Ministério do Interior, ou seja, à PIDE. Mesmo assim, ficavam em Peniche a cumprir as penas decretadas, daí que «(...) a cadeia de Peniche não estava às ordens da PIDE, mas do Ministério da Justiça (...)»²⁴⁰.

Era neste forte, com uma planta em forma de estrela (e além disso, dotado de uma Torre de Vigia e, até, de uma capela, a capela de Santa Bárbara²⁴¹), que os presos cumpriam as sentenças decretadas pelos julgamentos.

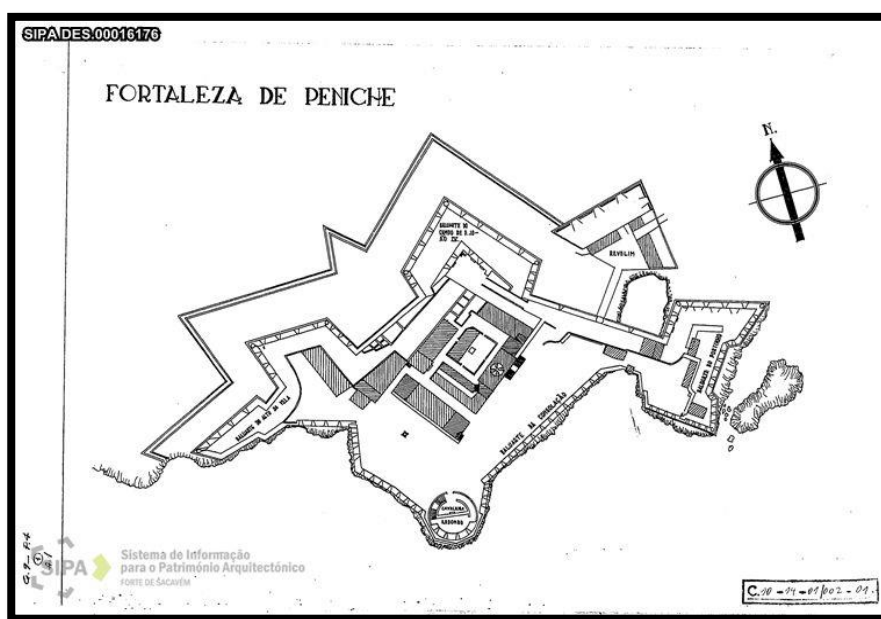


Fig.9: Planta do Forte de Peniche (SIPA)

A Fortaleza de Peniche era conotada como a prisão de mais alta segurança do regime, já que «(...) GNR, PSP, tropas, muros, muralhas, o mar pesado e revoltado quase circundante, sempre presente (...) bem resguardados estavam, de um modo geral a cumprir severas penas, os condenados (...)»²⁴². Inicialmente, os guardas eram elementos da PSP, e só depois, guardas dos serviços prisionais.

Francisco Bernardes revela que em 1934 (é a partir deste ano que se dispõe de dados oficiais sobre o Forte de Peniche²⁴³, e que a PVDE ganha competências

²⁴⁰ Fernando Rosas em Ademar e Aranha, *No limite...*, 115.

²⁴¹ Ana Carolina Henriques, «Peniche: o Património Cultural, o Turismo e o Mar». (tese de mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010), 62.

²⁴² Bernardes, *Peniche...*, 24.

²⁴³ Bernardes, *Peniche...*, 23.

prisoinais) se dá conta no registo de treze detidos, contudo, através de presos no Forte, soube-se que uma das casamatas tinha encarcerados trinta presos²⁴⁴.

Na maior parte, os encarcerados eram comunistas, contudo, à semelhança de outras prisões, também se sentia a forte presença de outros democratas, republicanos, anarquistas, socialistas, intelectuais, artistas, individuais.... Em simultâneo, havia uma predominância de jovens e operários²⁴⁵.

Aquando da entrada de um novo preso em Peniche, era-lhe dado um papel dactilografado, chamado pelos guardas de «*os deveres do preso*»²⁴⁶. A lei reinante nesta prisão era que, «*tudo o que não estava expressamente autorizado, era proibido*»²⁴⁷.

Quando os presos chegavam, eram despídos e revistados. Os bens pessoais eram-lhes retirados: cintos, papéis, lápis, livros, correspondência, atacadores e mesmo óculos; isto porque já tinha havido tentativas de suicídio, como o caso de Baeta Neves que quebrou os óculos e engoliu-os, como relata Fernando Rosas²⁴⁸. E ficavam «*ali na engorda*»²⁴⁹, no isolamento, sem direito a recreio. Ainda que sujeitos a este tipo de regime, por vezes, encontravam-se às horas do recreio e das refeições e de um curto período de leitura²⁵⁰.

O Forte de Peniche passou a ser utilizado como prisão sem ter sido adaptado para tal ou construídas estruturas apropriadas²⁵¹.

Inicialmente, este cárcere nem de refeitório dispunha, as visitas eram realizadas em barracões ou estruturas por cima das casernas²⁵² e, só mais tarde, com intervenções realizadas, é que se construiu o célebre «parlatório». Fernando Miguel Bernardes, na sua obra já referida, *Peniche - Uma fortaleza da Resistência*, descreve esta prisão como um local sem o mínimo de condições: para além de chover nas salas (para onde eram levados os presos depois de condenados), havia a presença de parasitas como ratazanas, baratas e percevejos²⁵³.

²⁴⁴ Bernardes, *Peniche...*, 23.

²⁴⁵ Bernardes, *Peniche...*, 23.

²⁴⁶ Bernardes, *Peniche...*, 64.

²⁴⁷ Brito, *Tempo de...*, 88.

²⁴⁸ Henriques e Samara, *Viver...*, 137.

²⁴⁹ Henriques e Samara, *Viver...*, 137.

²⁵⁰ Bernardes, *Peniche...*, 95.

²⁵¹ Bernardes, *Peniche...*, 26.

²⁵² Bernardes, *Peniche...*, 27.

²⁵³ Bernardes, *Peniche...*, 26.

O Baluarte Redondo (*Fig.10*) é a construção mais antiga, mas também a mais robusta da fortaleza²⁵⁴, daí a sua designação. Este, ficou conhecido pela sua eterna função de *segredo*, funcionando como forma de punição para os presos considerados mais «rebeldes»²⁵⁵, sendo que aqui o isolamento era total (mesmo havendo outros locais para o efeito). Além disso não havia luz directa, apenas através das frinchas das portas²⁵⁶.

No entanto, esta estrutura:

«(...) tinha um sobrado de madeira e a porta era também de madeira grossa. Não entrava claridade nenhuma. No interior estava um balde para o preso urinar e defecar. Era todo o recheio de cada um dos isolamentos do segredo, Nem uma lâmpada existia. À noite, entravam uma manta e um colchão que se punham sobre o sobrado, e que de manhã eram novamente retirados. As refeições, como lá dentro não havia luz, eram tomadas à entrada da porta, sentando-se o preso no degrau da entrada com o guarda a dois passos, a assistir (...) e o guarda deixava lavar os dentes à entrada da porta»²⁵⁷.

Octávio Pato, por sua vez, revela a sua memória deste espaço: *«O segredo era uma coisa inóspita, fria, tremenda»²⁵⁸*. Dias Lourenço esteve aqui um mês como castigo por ter arrebatado das mãos de um guarda um documento, que o engoliu, já que dizia respeito ao partido a que pertencia²⁵⁹.

²⁵⁴ Bernardes, *Peniche...*, 40.

²⁵⁵ Bernardes, *Peniche...*, 40.

²⁵⁶ Bernardes, *Peniche...*, 76.

²⁵⁷ Bernardes, *Peniche...*, 55.

²⁵⁸ Depoimento de Octávio Pato em Medina, *Esboços...*, 195.

²⁵⁹ Bernardes, *Peniche...*, 88.



Fig.10: *Entrada para o Baluarte Redondo.*

(Vânia Moreira, 2012)



Fig.11: *Entradas para as celas de isolamento, o «segredo».*

(Vânia Moreira, 2012)

Ainda assim, destas celas conseguiram evadir-se prisioneiros. Uma dessas fugas foi levada a cabo por três presos ali encarcerados em Novembro de 1938. Na obra de Francisco Miguel Bernardes que temos vindo a citar, *Peniche - Uma Fortaleza da Resistência*, esta evasão encontra-se detalhada com todo o pormenor. Contudo, é de realçar o notável plano de fuga do temido *segredo* uma vez que, à falta de janelas, a única solução era sair pela porta. Para isso, pediram aos companheiros da sala que lhes enviassem uma serra que, por sinal, veio transportada num cântaro com água pelo próprio guarda, sem saber. Esta serra iria servir para serrar as dobradiças da porta, mas não o fizeram de uma só vez, para ludibriar os guardas, que abriam e fechavam a porta sem se aperceber. Um dia, entre as sete e as dez horas da noite, serraram o que restava, saíram e com uma corda e a ajuda de um jovem barqueiro conseguiram escapar.

A *casa da água* foi também utilizada como forma de punição: «*era uma espécie de poço existente na rocha, estreito, só com espaço para uma escada talhada na própria pedra. (...) o preso permanecia agachado num degrau da escada, e era obrigado a ficar num dos últimos. Lá muito em cima fechava-se a porta e de quando em quando os guardas vinham verificar se o preso continuava no fundo*»²⁶⁰. Quanto mais para o fundo, mais próximo da água se ficava. Saul Gonçalves revela a sua experiência na *casa da água* quando, sujeito aí ao castigo, no último degrau, de cócoras, não conseguia levantar-se, quando ouviu os ferrolhos abrir. Tiveram os guardas que o ir buscar «*pelos sovacos*»²⁶¹.

De acordo com Francisco Bernardes, ainda que sujeitos a uma prisão injusta, e, por vezes, a regimes de isolamento «*não se pode dizer que os presos vivessem submetidos a um regime de excepcional dureza*»²⁶², sobretudo, depois de chegarem das esquadras da polícia ou das sedes da polícia política. Em 1944, para melhor assegurar o sistema policial no Forte de Peniche, foram aí colocados guardas dos Serviços Prisionais.

Aquando a criação da PIDE em 1945, também no mesmo decreto (Decreto-Lei n.º 35:046 de 22 de Outubro) a Fortaleza de Peniche viu algumas alterações: foi transferida (bem como o Campo do Tarrafal) para a tutela do Ministério da Justiça,

²⁶⁰ Bernardes, *Peniche...*, 42.

²⁶¹ Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política: O Prisioneiro* (Lisboa: Temas e Debates, 2005), 322.

²⁶² Bernardes, *Peniche...*, 29

ficando a ser utilizada para os que fossem condenados a prisão maior, a partir de dois anos. Além disso, no mesmo decreto, o «*pessoal de vigilância*» de ambos os cárceres seria integrado no corpo de guardas dos serviços prisionais, adquirindo assim este estatuto.

As refeições, como é revelado na obra *Uma Fortaleza da Resistência*, «*consistiam, quase invariavelmente, nos anos quarenta-cinquenta, de uma sopa de repolho ao almoço e um guisado de massa com chouriço preto ao jantar*». Além disso, eram confeccionadas por soldados do exército, até sensivelmente 1954. Ainda assim, os presos podiam comprar mantimentos por intermédio de uma empregada, já que o director da cadeia, Afonso Neves, o autorizava²⁶³.

As salas ou casernas eram locais que anteriormente, na sua maioria, tinham sido cavalariças, às quais foram acrescentadas grades e gradeamentos de ferro. Cerca do ano de 1950 as casernas dispunham de uma retrete e eram dispostas várias camas e uma mesa ao longo da sala²⁶⁴. Estas eram térreas e assentavam sobre «*um velho sobrado de madeira*»²⁶⁵. Entre as casernas 2 e 3 havia uma estrutura com quatro chuveiros, onde os presos se banhavam uma vez por semana. A presença de um médico era ocasional²⁶⁶, pois não havia uma presença permanente de um clínico.

Ainda em meados dos anos cinquenta, o Forte de Peniche presenciou uma significativa greve de fome. Greve essa que contou com cento e seis presos²⁶⁷. Como resultado da mesma, para além de uma melhoria nas condições neste cárcere, não obstante o reforço da vigilância. Em resultado dos vários protestos contra a má qualidade da alimentação, chegou a haver batatas com bacalhau em Peniche nos anos cinquenta, o que era um autêntico luxo²⁶⁸.

As visitas eram realizadas no parlatório, em comum, sem estruturas a separar visitante e preso, mas com a presença de um guarda, sempre a controlar.

Como forma de passar o tempo (se não estivessem sujeitos ao regime de isolamento) podia-se estudar disciplinas de várias áreas (Português, Matemática, Francês, Filosofia...), destacando-se a colaboração nesse processo dos presos com

²⁶³ Bernardes, *Peniche...*, 27.

²⁶⁴ Bernardes, *Peniche...*, 27.

²⁶⁵ Bernardes, *Peniche...*, 77.

²⁶⁶ Bernardes, *Peniche...*, 76-77.

²⁶⁷ Bernardes, *Peniche...*, 52.

²⁶⁸ Bernardes, *Peniche...*, 54.

maiores conhecimentos académicos. Podiam ter também aulas de artesanato e dispunham de uma biblioteca, onde podiam requisitar livros, a qual denominaram *Biblioteca Soeiro Pereira Gomes*, em homenagem ao escritor comunista, constituída com os livros que os presos iam juntando. Havia também uma enorme solidariedade entre presos e quando uns recebiam alguma coisa dos familiares, como outros presos não recebiam, iam guardando para usufruto de todos – era chamada *comuna*. Objectos esses que poderiam ser: tabaco, selos do correio, bolos, manteiga e até leite condensado²⁶⁹, entre outros. Como forma de se manterem actualizados relativamente às notícias, foi criado, clandestinamente e através dos meios de que dispunham, mas extremamente habilidosos, um boletim dos presos de Peniche²⁷⁰.

Os livros entregues pelas famílias eram sujeitos a aprovação da direcção do Forte que os analisava para comprovar que não eram obras “subversivas”²⁷¹. Durante algum tempo, revelou Carlos Brito, só eram admitidos livros de estudo, e os romances raramente entravam²⁷². Também Pedro Ramos de Almeida partilha do mesmo testemunho, e acrescenta ainda que também segregavam os livros de poesia²⁷³.

Joaquim Matias revelou que em datas comemorativas (como o 1.º de Maio ou 7 de Novembro, quando ocorreu a Revolução Russa), como modo de celebração, os presos vestiam fato e gravata vermelha²⁷⁴.

A onda de solidariedade para com os presos de Peniche estendeu-se para além dos presos entre si e da sua família: a própria população ajudava como podia (através da concessão de espaços para dormidas, por exemplo)²⁷⁵. Um caso que testemunha a admiração do povo pelos presos políticos foi o notório auxílio que a população penichense prestou a António Dias Lourenço quando este, em 1954, conseguiu a proeza de fugir do *segredo* de Peniche, cortando pacientemente as grades com uma faca, e utilizando lençóis, desceu da Fortaleza atirando-se ao mar, nadando até à margem e pedindo auxílio àquela humilde população²⁷⁶.

A partir dos anos cinquenta, relatam-se sinais de melhorias e remodelação no Forte de Peniche, mas também o redobrar da vigilância depois da fuga levada a cabo

²⁶⁹ Bernardes, *Peniche...*, 29.

²⁷⁰ Bernardes, *Peniche...*, 29.

²⁷¹ Joaquim Matias, *Memória de tortura e resistência*, (Lisboa: Temas e Debates, 2013), 191.

²⁷² Depoimento de Carlos Brito em Medina, *Esboços 2...*, 19.

²⁷³ Depoimento de Pedro Ramos de Almeida em Medina, *Esboços 2...*, 132.

²⁷⁴ Matias, *Memória...*, 191.

²⁷⁵ Bernardes, *Peniche...*, 34.

²⁷⁶ Coelho, *A Resistência...*, 160.

por Jaime Serra e Francisco Miguel (este último foi recapturado pouco depois). Jaime Serra regressou, mais tarde, a Peniche, e sobre essas obras de remodelação revela: «As velhas instalações desapareceram, dando lugar à construção de um enorme bloco prisional concebido a pensar não na melhoria das condições prisionais mas no fortalecimento das condições de segurança (...)»²⁷⁷. Foram construídos três pavilhões de alta segurança (por presos de delito comum) e o célebre parlatório²⁷⁸, agora com estruturas a separar preso do visitante. O parlatório, assegurava a inibição de contacto entre preso e os visitantes, agora confinados a familiares directos, cujos encontros ficavam sujeitos ao controlo das conversas²⁷⁹. Este parlatório é descrito como sendo um espaço onde «(...) presos e familiares se encontram separados por um balcão de cimento dividido ao meio por um vidro ao alto(...)»²⁸⁰. Não se podiam tocar e muitas das vezes não se ouviam devido à espessa divisória, ou mesmo devido às conversas dos outros companheiros. Perante o facto de a noiva de um preso não ser considerada familiar directa, Gabriel Gomes e a sua noiva casaram no Forte de Peniche, encontrando-se a sua boda narrada na obra *Peniche - Uma Fortaleza da Resistência*, de Francisco Bernardes²⁸¹. Facto esse que não seria único, já que Octávio Pato e a sua companheira Albina Fernandes, também casaram no Forte de Peniche, sendo que a mãe de Octávio representou a noiva²⁸².

Os pavilhões de alta segurança visavam uma maior segurança e vigilância dos presos. O Bloco A era constituído por dois pisos de salas colectivas, o Bloco B por três pisos de celas individuais e o Bloco C composto por dois pisos de salas colectivas e um terceiro com celas individuais. As celas individuais dos blocos B e C podiam albergar cinquenta e quatro presos em regime de isolamento ao mesmo tempo²⁸³. Em 1956 deu-se início à mudança para as novas instalações, sendo o primeiro bloco a receber presos o Bloco C. Este fora construído onde estava situada a caserna 1, entretanto demolida. Só em finais de 1961 o pavilhão B foi colocado em funcionamento²⁸⁴.

Os corredores e refeitório, anteriormente compostos por portas de madeira envidraçadas, foram substituídas por «grossos gradões de ferro de pesadas

²⁷⁷ Serra, *Eles têm...*, 154.

²⁷⁸ Bernardes, *Peniche...*, 64.

²⁷⁹ Bernardes, *Peniche...*, 66.

²⁸⁰ Bernardes, *Peniche...*, 97.

²⁸¹ Bernardes, *Peniche...*, 66.

²⁸² Depoimento de Octávio Pato em Medina, *Esboços...*, 194.

²⁸³ Bernardes, *Peniche...*, 93 e 95.

²⁸⁴ Bernardes, *Peniche...*, 93.

fechaduras»²⁸⁵. A vigilância sobre os presos foi redobrada. Havia dois polícias a vigiar e um deles, quando se encontrava de serviço, era também «preso», pois ficava fechado no corredor das celas, entre os gradões²⁸⁶.

As salas comuns eram compostas por uma estrutura gradeada que substituía a parede da frente (com a porta igualmente gradeada), pelo que os presos eram constantemente vigiados. Esta solução seguia o modelo das prisões de máxima segurança americanas, sendo o rigor de segurança mais acentuado com o controlo constante dos guardas sobre os presos. Em cada sala comum eram colocados cinco a quinze prisioneiros. Numa sala à parte destas celas, ficavam o duche e a retrete, sem qualquer privacidade, pois os guardas também aí vigiavam o preso²⁸⁷.

Relativamente às celas individuais, estas eram compostas por paredes inteiras a toda a volta, e com uma porta de chapa com o célebre *olho de judas*, por onde os guardas vigiavam os presos²⁸⁸. Correspondiam, portanto, a «(...) *cubos de cimento armado com uma janela gradeada numa extremidade e uma porta chapeada na outra (...)*»²⁸⁹. O seu tamanho correspondia a «*sete passos de comprimento, por três de largo*»²⁹⁰ e encostado à parede estava o bailique e uma mesa com uma cadeira. Existia também um lavatório perto da janela²⁹¹. O tempo que os presos estavam nas celas era aproveitado para ler, escrever (se não estivessem em isolamento) ou andar para frente e para trás²⁹². A solidão era realmente presença assídua nas celas dos cárceres do Estado Novo.

Os intervalos eram de vinte minutos ao ar livre de manhã, e após as limpezas. O recreio ao ar livre era de duas horas após o almoço, sempre vigiados pelo guarda. O «convívio» era realizado à mesa das refeições, às cinco da tarde, durante uma hora e quinze minutos²⁹³. Carlos Brito descreve as condições em que este se realizava como um «*convívio do absurdo, um convívio de mudos*»²⁹⁴, pois podia-se falar, mas o estritamente necessário, como exemplifica através de um jogo de xadrez, em que se podia dizer «cheque». As refeições também eram realizadas em silêncio.

²⁸⁵ Brito, *Tempo...*, 90.

²⁸⁶ Brito, *Tempo de...*, 90.

²⁸⁷ Bernardes, *Peniche...*, 94.

²⁸⁸ Bernardes, *Peniche...*, 94.

²⁸⁹ Brito, *Tempo de...*, 90.

²⁹⁰ Brito, *Tempo de...*, 91.

²⁹¹ Brito, *Tempo de...*, 91.

²⁹² Brito, *Tempo de...*, 92.

²⁹³ Brito, *Tempo de...*, 90 e 91.

²⁹⁴ Brito, *Tempo de...*, 91.

Foram vários os guardas prisionais que contribuíram para o agravar da situação dos presos. No entanto, houve casos em que, pelo contrário, trouxeram uma minoria nesse agravamento. José Martins, Matoso são alguns desses raros casos. Matoso, por exemplo, entregava comida a Mateus da Silva Gregório (pertencente ao MUD) às escondidas²⁹⁵.

Dotada de um sistema de vigilância bastante apertado, e tendo em conta a arquitectura da fortaleza e a sua localização, era considerado impossível fugir de Peniche. Além disso, o contacto dentro da prisão era constantemente coibido. Contudo, as ligações quer no interior quer com o exterior nunca se quebraram²⁹⁶. Isso permitiu várias fugas, sobretudo a fuga de 1960, cujo sucesso se deveu a essa ligação. A primeira evasão de que se tem conhecimento²⁹⁷ foi, contudo, no ano de 1934/1935; foi efectuada por militares que fugiram por uma corda que os levava ao mar, e onde um barco os esperava para consumir a evasão. Outra fuga, entretanto se dá do Forte de Peniche, por Francisco Manuel Moleiro, em Fevereiro de 1945, ainda que não se conheçam grandes pormenores. No ano seguinte, em Setembro de 1946, Peniche torna a ser palco de uma evasão, desta vez de seis prisioneiros a partir das casamatas, sendo que três deles vieram a ser recapturados, mais tarde²⁹⁸. Em Novembro de 1950, Jaime Serra e Francisco Miguel Duarte (este último recapturado), fugiram desta prisão, da sala 5, serrando os ferros do gradão²⁹⁹. Nos finais de 1953 deu-se uma fuga completamente improvável, a qual se encontra descrita na obra *Peniche - Uma Fortaleza da Resistência*, elaborada por um grupo de dirigentes políticos (entre os quais Dias Lourenço, José Magro, Gabriel Gomes), que escavaram um túnel que levava à muralha, por baixo da caserna 4 e, mesmo com a presença de dezenas de presos (nomeadamente os que não participaram na fuga), o sigilo foi de tal ordem que os guardas de nada desconfiaram. Os restantes moradores da sala 4 foram transferidos para a caserna 3 como castigo (já que esta apresentava em más condições e não era comum ser habitada) e ficaram, além disso, impedidos de receber visitas durante um mês³⁰⁰.

²⁹⁵ Pimentel, *A História...*, 451.

²⁹⁶ Depoimento de Fernando Blanqui Teixeira em Medina, *Esboços 2...*, 95.

²⁹⁷ Bernardes, *Peniche...*, 24.

²⁹⁸ Bernardes, *Peniche...*, 49.

²⁹⁹ Pimentel, *A História...*, 450.

³⁰⁰ Bernardes, *Peniche...*, 85.

Pacheco Pereira, na sua obra *Álvaro Cunhal: Uma biografia política - O Prisioneiro*, descreve o quotidiano na cadeia do Forte de Peniche³⁰¹: o despertar realizava-se entre as sete e as sete e meia, seguido do pequeno-almoço, que normalmente era café/cevada e pão, sendo-lhes atribuído um «*púcaro de lata com água*»³⁰². Posteriormente, os presos voltavam às celas, a não ser que fossem prisioneiros que fizessem de faxina; se não estivessem castigados podiam desempenhar algumas tarefas como descascar batatas ou transportar lenha. Às doze horas dava-se o almoço, havendo de seguida novamente a faxina e o período de recreio, que durava entre uma e duas horas, normalmente, num local ao ar livre. O período entre as cinco e as seis horas era conhecido como «*hora de leitura*», pois era permitido consultar «*jornais censurados que entravam na cadeia*», mas também era quando se escrevia à família e amigos, se efectuava a entrega de correspondência, mas também a divulgação de castigos e ordens prisionais. Por vezes podia-se jogar xadrez ou ouvir música através de um gira-discos. Os presos voltavam novamente às celas até à hora de jantar, que era às sete. No final, procedia-se novamente à faxina antes de regressarem às celas, sendo que às dez horas as luzes eram apagadas. As rotinas da prisão eram mantidas e regulamentadas por apitos: para levantar, deitar, refeições, ir e vir do recreio...³⁰³. Também, de acordo com Pacheco Pereira, no Pavilhão C, no terceiro piso, o apito dos guardas regulava o quotidiano: «*quatro toques para o levantar, três para o recolher*»³⁰⁴.

A alimentação era bastante básica e carente de proteínas, gorduras, vitaminas e de verduras, que não entravam nas ementas. Por vezes os familiares levavam alimentos, mas nem sempre chegavam aos destinatários, além de que era proibido trazer frutas e lacticínios³⁰⁵.

Nos meados dos anos cinquenta, era no terceiro piso do Pavilhão C que se encontravam os presos considerados mais perigosos, sendo eles Álvaro Cunhal, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Pedro Soares, Francisco Miguel e Guilherme da Costa Carvalho³⁰⁶. Estes, foram alguns dos presos que se evadiram daquela que é designada

³⁰¹ Pereira, *O Prisioneiro...*, 411.

³⁰² Henriques e Samara, *Viver e...*, 137.

³⁰³ Bernardes, *Peniche...*, 97.

³⁰⁴ Pereira, *O Prisioneiro...*, 411.

³⁰⁵ Pereira, *O Prisioneiro...*, 412.

³⁰⁶ Pereira, *O Prisioneiro...*, 705.

como *A fuga de Peniche*. A preparação desta fuga envolveu não só os prisioneiros – importantes dirigentes do PCP – como os elementos desse partido que estavam no exterior. O auxílio de um guarda era fulcral para o sucesso da fuga, tendo sido planeado desde o início, como menciona Joaquim Gomes³⁰⁷. A fuga estava a ser planeada para dia 10 de Janeiro, mas teve que ser antecipada uma semana. Para o sucesso da fuga, o guarda do piso teve que ser imobilizado com clorofórmio e os membros do PCP que decidiram permanecer na prisão voltaram às suas celas. Enquanto a fuga se desenvolvia ao som da *Sinfonia Patética*, de Tchaikovski (que tocava num gira-discos que lhes fora permitido ter no convívio), os prisioneiros iam-se deslocando até ao torreão da muralha com o auxílio fulcral do guarda Jorge Alves. Do torreão, desceram com uma corda improvisada com lençóis, avançaram até ao muro exterior do fosso e, misturados com a população (que vinha de assistir a um jogo de futebol) concluíram a fase final da fuga, a qual era encontrarem-se com os elementos do PCP que tinham planeado a fuga no exterior, no local previamente combinado para os retirar do local, de automóvel. Alguns percalços se deram no decorrer da fuga, como o facto de o guarda pensar que apenas iriam evadir-se cerca de cinco presos, mas na realidade ter visto que fugiam mais, o que fez com que, assustado e de certo modo sentindo-se enganado, tivesse descido a muralha e dirigindo-se à vila, gritando “*fui traído!*”, até ser acalmado por um dos fugitivos. Ainda assim, a fuga concluiu-se com um total êxito³⁰⁸. Na totalidade os evadidos foram: Álvaro Cunhal, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Francisco Miguel, Pedro Soares, Guilherme Carvalho, Rogério de Carvalho, José Carlos e Francisco Martins Rodrigues, bem como Jorge Alves, o guarda que auxiliou a fuga.

No decorrer desta fuga vários populares de Peniche testemunharam a hábil manobra e, podendo denunciar os fugitivos, mas não o fizeram³⁰⁹. O facto de saberem que a Fortaleza de Peniche albergava presos políticos que lutavam contra a ditadura fazia a população tributar respeito e admiração por aqueles que viram a sua liberdade retirada. Esta fuga foi também vista por todos como um forte abanão no regime;

³⁰⁷ Bernardes, *Peniche...*, 107.

³⁰⁸ Bernardes, *Peniche...*, 107; Serra, *Eles têm...*, 157-166.

³⁰⁹ Coelho, *A Resistência...*, 165.

contudo, teve como consequência o incremento da vigilância e da própria repressão sobre todas as prisões³¹⁰.

O sucesso da fuga revelou-se coersivo sobre os restantes quatro companheiros do terceiro piso do Pavilhão C, que sofreram as represálias. Além de terem sido maltratados pelos guardas, durante toda a noite as luzes ficaram acesas e viram-se transferidos para o Aljube, havendo dois que foram levados para a sede da PIDE para a fim de serem sujeitos à “estátua”, sendo-lhes feito um interrogatório sobre como se processaram os preparativos da fuga. Regressariam, mais tarde, a Peniche.

Para “colmatar as vagas” deixadas pelos membros do PCP aquando desta fuga, Carlos Brito foi transferido para Peniche, sem ter sido julgado, à semelhança de Domingos Abrantes e António Santo. Tratou-se, provavelmente, de represálias pela fuga dos seus dez camaradas³¹¹. Brito, descreve ainda o «*ambiente pesado de provocação e intimidação que ali reinava*», após aquela célebre fuga³¹².

A partir de 1960 verificou-se uma ligeira melhoria nas condições de vida em Peniche, já que a biblioteca da prisão fora reaberta (tinha sido encerrada por descobrirem o nome pela qual tinha sido baptizada, *Soeiro Pereira Gomes*, um destacado elemento do PCP). As refeições eram compostas por peixe e carne fresca, os presos podiam começar a conversar entre si (o que até então era estritamente proibido e, até por vezes, sorrir), a praticar jogos em grupo como o voleibol e, mais tarde, até se autorizou a entrada de um rádio. O tempo de recreio era de uma hora e, em Peniche havia a possibilidade de praticarem desporto, pois como indica Fernando Blanqui Teixeira, foi em Peniche que aprendeu a jogar *badminton* e, «(...) *à falta de um desporto, muitas vezes andávamos simplesmente para trás e para diante*»³¹³.

Ainda que nas salas passassem o tempo em conjunto, as regras prisionais eram particularmente duras, pois não se podiam «(...) *aproximar da janela nem do gradão, não podem estar mais de três a conversar, não podem sentar-se nem encostar-se nas camas, não podem rir-se alto. Não podem falar baixo, porque o guarda tem de ouvir as conversas, não podem falar alto porque é proibido fazer barulho*»³¹⁴. Os castigos, por

³¹⁰ Bernardes, *Peniche...*, 111.

³¹¹ Depoimento de Carlos Brito em Medina, *Esboços 2...*, 18.

³¹² Brito, *Tempo de...*, 87.

³¹³ Depoimento de Fernando Blanqui Teixeira em Medina, *Esboços 2...*, 94.

³¹⁴ Bernardes, *Peniche...*, 95.

vezes, eram aplicados a todos os presos da fortaleza³¹⁵ e, além disso, muitas das vezes eram castigados por questões irrelevantes, como o castigo de José Magro, em que foi levado para o segredo por ter dado uma peça de fruta a um companheiro. Regra geral, os castigos podiam ser de várias formas: ir para o segredo, proibição de visitas, ficar fechado na cela³¹⁶.

Em 1967 o parlatório voltou a ser remodelado (pela última vez) com o propósito de os presos apenas conseguirem ver os seus próprios visitantes, tendo sido construídas umas baias para o efeito³¹⁷.

Ao abrir a porta das celas, o barulho ecoava pelos corredores, sobretudo à noite, já que os ferrolhos eram duplos³¹⁸. Os corredores que levavam às celas tinham portas que eram trancadas do lado de fora pelo chefe do pavilhão, ficando também os próprios guardas de serviço trancados³¹⁹.

Octávio Pato permaneceu cerca de sete anos (dos nove em que estivera preso) no Forte de Peniche, numa cela individual. As suas rotinas eram mais coibidas e a vigilância era mais apertada, sendo que só saía da sala em situações específicas: «(...) *para almoçar, para uma hora de recreio, ou para um convívio de uma hora também*»³²⁰ Este convívio era realizado numa sala, podendo os presos jogar xadrez ou ler o jornal (que era *O Século*). Havia mesas, separadas, e não se podia falar de umas para as outras sem a prévia autorização do guarda³²¹.

Joaquim Monteiro Matias, fora transferido para o Forte de Peniche, a 17 de Junho de 1968, juntamente com Sérgio d’Espiney e João Marques de Almeida, acompanhados de quatro agentes da PIDE. Aí, fora sujeito a um período de isolamento por trinta dias numa cela individual no último piso do pavilhão B³²². Descreve que estas celas não tinham instalações sanitárias próprias, havendo no seu lugar um balde para as necessidades durante a noite; durante o dia utilizavam, com autorização dos guardas, as instalações sanitárias comuns. Nestas, já havia chuveiro mas, no entanto, apenas podiam tomar banho uma vez por semana³²³.

³¹⁵ Bernardes, *Peniche...*, 96.

³¹⁶ Depoimento de Octávio Pato em Medina, *Esboços...*, 195.

³¹⁷ Bernardes, *Peniche...*, 101.

³¹⁸ Bernardes, *Peniche...*, 97.

³¹⁹ Bernardes, *Peniche...*, 100.

³²⁰ Depoimento de Octávio Pato em Medina, *Esboços...*, 195.

³²¹ Depoimento de Octávio Pato em Medina, *Esboços...*, 195.

³²² Matias, *Memória...*, 189.

³²³ Matias, *Memória...*, 190.

O refeitório era comum a todos os presos do pavilhão, sendo aí servidas as refeições, preparadas por presos de delito comum³²⁴. A sala de convívio, provida de mesas e cadeiras, era o local onde os presos se reuniam, podendo aí conversar, na qual ficavam cerca de uma hora a uma hora e meia por dia. Também podiam ler o jornal que, declara o autor, chegava «*retalhado*», com o recorte/censura de artigos e notícias, efectuado pela direcção do presídio. Revela ainda que era expressamente obrigatória a autorização do guarda de serviço para várias situações: «*(...) para se levantar e deslocar de uma mesa para outra, para a casa de banho ou para a nossa cela, nem fazer distribuição do jornal (...)*». No recreio podiam caminhar e, por vezes, praticar jogos, como o *badminton*; bem como lavar a roupa, havendo tanques para o efeito³²⁵.

Para além das distrações culturais, os presos tinham também o labor físico, que consistia na faxina dos pavilhões durante a semana, por três presos. De quinze em quinze dias fazia-se a limpeza geral das instalações comuns (casas-de-banho, corredores...). O chão de cada uma das celas (em tacos de madeira) era limpo e encerado pelos respectivos presos, e o mosaico do chão das salas era varrido diariamente e, uma vez por semana lavado também pelos presos³²⁶.

Já para o final do regime, verificou-se-se uma nova melhoria das condições dos presos no Forte de Peniche, quando um jovem licenciado em Direito, Leal de Oliveira, foi nomeado como novo director. A partir desta data, na sala de convívio foi instalada uma televisão, são colocados altifalantes ligados à Rádio Renascença para se ouvir música. Verifica-se a «*situação de cela aberta*» das sete horas da manhã às vinte e uma horas; e aquando de algum aniversário, os presos de um piso podiam confraternizar no refeitório ou podia obter-se licença para, em caso de algum amigo fazer anos e se fosse de outro piso, caso a autorização fosse concedida, podiam ir ter com ele. As refeições também revelaram uma melhora e voltaram a poder entrar lanches enviados pela família (proibidos desde 1964)³²⁷. Também as visitas passaram a ser em comum, e já não no parlatório³²⁸. Francisco Bernardes revela ainda que «*(...) para o fim do*

³²⁴ Matias, *Memória...*, 190.

³²⁵ Matias, *Memória...*, 190.

³²⁶ Bernardes, *Peniche...*, 137.

³²⁷ Bernardes, *Peniche...*, 141.

³²⁸ Pimentel, *A História...*, 436.

fascismo, tiveram os detidos direito a um ou dois quadros ou fotos nas paredes a amainar a crueza constante»³²⁹.

Entretanto, nos meados da década de setenta, surge a madrugada que todos esperavam³³⁰.

À semelhança do ocorrido nas restantes prisões, nada transpareceu aos presos políticos encarcerados no Forte de Peniche no dia 25 de Abril de 1974. Era um dia como todos os outros, com excepção de nem a rádio nem a televisão transmitirem coisa alguma. Além disso, aqueles que tinham visita marcada não haviam sido chamados. Começaram a insistir com o guarda para saber o porquê de nem haver rádio e este ligou-o na Rádio Renascença mas esta também não contribuiu para o esclarecimento da situação. Só com a chegada do secretário da prisão é que os presos souberam que o regime caíra. Depois deste voltar costas para falar com o capitão do Regimento de Caldas da Rainha que ocupara a Fortaleza, começaram a ouvir-se músicas de carácter intervencionista na emissão da Rádio Clube Português, como a *Grândola Vila Morena*. Foram garantidas aos presos a satisfação de determinadas reivindicações como a segurança de todos, o regime de celas abertas de dia e noite e a libertação dos presos políticos. De 26 para 27 de Abril, finalmente, os presos da cadeia de mais alta segurança do regime começaram a sentir a liberdade, à medida que abandonavam aquele presídio. A maioria dos presos, tanto de Peniche como Caxias, declararam que só sairiam com a garantia de que nem um só preso político ficaria na prisão³³¹.

Mais tarde, após a independência das ex-colónias portuguesas, o Forte de Peniche passará a alojamento provisório de famílias portuguesas que tiveram que regressar à metrópole³³².

«Os encarcerados em Peniche, como os de tantas prisões, eram presos de alma livre, de ideais elevados, de moral geralmente tão forte que lhes permitia superar as barreiras do isolamento, ultrapassar as muralhas do Forte e dizer de

³²⁹ Bernardes, *Peniche...*, 138.

³³⁰ Alusão ao poema escrito por Sophia de Mello Breyner Andresen, sobre o 25 de Abril de 1974.

³³¹ Bernardes, *Peniche...*, 146.

³³² Henriques, «Peniche... », 62.

um modo muito próprio, quando preciso era, ‘aqui estou; aqui estamos, continuemos a luta e o país será libertado’»³³³.

Fortaleza de S. João Baptista

Não tão conhecida actualmente, mas ainda assim deveras preponderante no seio das prisões políticas nos primeiros anos do regime, a Fortaleza S. João Baptista era conhecido como a maior prisão para presos políticos em Portugal. Este cárcere também denominado «Depósito de Presos de Angra», fica em Angra do Heroísmo, na Ilha terceira, nos Açores.

Construído para protecção do porto de Angra, a partir do Estado Novo, em 1933 foi criado no seu interior um presídio militar, passando assim a prisão de presos políticos. Era sobretudo direccionada aos militantes considerados mais «rebeldes».

De acordo com o depoimento de Sérgio Vilarigues a repressão nesta prisão era bastante acentuada. Além disso, à semelhança das outras prisões políticas, havia locais próprios para punição dos presos, nomeadamente a «puterna» que consistia:

«(...) num buraco com oito metros de profundidade onde, em pleno Verão, escorria água na escadaria, no ‘calejão’, que tinha sido interdita para a estadia de cavalos, por não ter condições para tal, mas passou a ter para guardar presos, pelo menos em períodos de castigo, e nas ditas ‘furnas’, uma espécie dum cano de em pedra, onde metiam presos, e mesmo que nãooubessem tinham que entrar à coronhada pelas forças da GNR que, então, contactavam mais directamente com os presos»³³⁴.

Segundo Josué Martins Romão, quando se deu o embarque para o Tarrafal, o navio passou por Angra do Heroísmo para levar prisioneiros que estavam na Fortaleza de S. João Baptista (como Bento Gonçalves, na altura Secretário-Geral do Partido

³³³ Bernardes, *Peniche...*, 12.

³³⁴ Depoimento de Sérgio Vilarigues em Medina, *Esboços 2...*, 213.

Comunista, José de Sousa, Júlio Fogaça, entre outros) também para a Ilha de Santiago, em Cabo Verde³³⁵.

³³⁵ Depoimento de Josué Martins Romão em Medina, *Esboços 2...*, 143.

Capítulo III:

Memória de um passado recente

O Estado Novo ficou marcado no imaginário comum português como um regime repressivo e coercivo em relação aos seus opositores políticos. Assim, abordar a questão da repressão e as prisões políticas, é falar também nas experiências pessoais daqueles que as vivenciaram. Como afirma Fernando Catroga, «(...) só lembrando se poderá explicar e compreender»³³⁶.

As memórias são um suporte fulcral na percepção do que ocorreu nas prisões políticas, até porque muitas vezes são raras as provas físicas (como documentos, por exemplo) do ocorrido nos cárceres do Estado Novo. A memória sustenta-se nas experiências vivenciadas pelos personagens em causa e, cabe ao historiador interpretar e reter os elementos fulcrais à narração do passado.

A colectânea desses depoimentos, relatos e testemunhos são inestimáveis a uma melhor percepção e caracterização do que foi, neste caso em específico, o regime do Estado Novo, através de acontecimentos pretéritos, aos quais temos acesso por quem os vivenciou. Assim, «(...) a memória entrecruza-se com o conhecimento e a escrita da história, que se propõe a fazer a representação do passado»³³⁷.

Muitas das lembranças destes ex-presos políticos são ainda traumáticas nos dias de hoje. Torna-se penoso para estas pessoas reviverem aquelas situações e também, por exemplo, passar perto dos edifícios que outrora foram prisões políticas onde elas próprias estiveram encarceradas. Neste contexto, a questão da memória revela-se bastante importante, já que, de acordo com Fernando Rosas «a memória da violência traz sempre consigo, de alguma forma, a violência da memória»³³⁸. Aqui, a «memória da violência» ocupa um lugar de destaque nestes depoimentos, já que a polícia política, agia com enorme violência contra aqueles que se opunham ao regime,

³³⁶ Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia* (Coimbra: Quarteto Editora, 2001), 31.

³³⁷ Irene Pimentel, «A memória pública da ditadura e da repressão», *Le Monde Diplomatique* (Edição Portuguesa), Fevereiro, 2007.

³³⁸ Prefácio de Fernando Rosas em Madeira et al., *Vítimas...*, 16.

nomeadamente infligidas durante os interrogatórios. Torna-se incómodo rememorar aqueles momentos de dor e sofrimento, o que motiva a «*violência da memória*». Os depoimentos prestados são um retrocesso ao passado, uma dolorosa lembrança das experiências vivenciadas nos cárceres do *Estado Novo*. Os depoimentos recolhidos para o livro de Ana Aranha, *No limite da dor*, são reveladores e profundamente tocantes na forma como são prestadas essas declarações, patenteando as sequelas deixadas pela violência a que foram submetidos, quer física, quer psicológica e moralmente.

A memória das vítimas das violências da PIDE traduz-se não só nas memórias individuais, pois cada um tem a sua história, mas também na memória colectiva pois, mesmo aqueles que não foram presos, sabiam o que se passava nas prisões, tinham um amigo, um familiar ou um conhecido preso por motivos políticos. De acordo com Fernando Catroga, «(...) a memória colectiva tem uma origem anónima e espontânea, uma transmissão predominantemente oral e repetitiva, e um cariz normativo»³³⁹. Além disso, a memória é essencial para a identidade individual ou colectiva³⁴⁰. Muitas das lembranças são coincidentes na forma de actuação da polícia política pelo que, se torna esclarecedor o seu papel na repressão exercida. Assim, pode-se constatar que «a memória social é uma fonte de conhecimento»³⁴¹.

Como afirma Paul Connerton, «(...) a escrita de histórias da oposição não é a única prática de uma reconstrução histórica documentada mas, precisamente por o ser, deste modo preserva a memória dos grupos sociais cuja voz teria, de outra maneira, sido silenciada»³⁴². Assim, «a memória social preserva o testemunho directo de um acontecimento»³⁴³.

Revela-se importante uma alusão a esta temática já que ao longo deste trabalho se veiculam memórias e relatos de ex-presos políticos, sendo estas utilizadas para descrever a repressão exercida sobre os «*inimigos*» do regime. É caso para dizer que «(...) a memória sacraliza as recordações (...)»³⁴⁴.

³³⁹ Catroga, *Memória...*, 39.

³⁴⁰ Jacques Le Goff. *História e Memória* (Lisboa: Edições 70), 57.

³⁴¹ James Fentress e Chris Wickham. *Memória Social: Novas perspectivas sobre o passado* (Lisboa: Editorial Teorema, 1994), 42.

³⁴² Paul Connerton, *Como as Sociedades Recordam* (Lisboa: Celta Editora, 1999), 17.

³⁴³ Connerton, *Como as...*, 16.

³⁴⁴ Catroga, *Memória...*, 39.

Como afirma Guilherme Martins, «a memória do que nos antecedeu deve ser preservada. O valor do património cultural, material e imaterial, exige a aceitação da verdade dos acontecimentos, positivos e negativos, para que possamos ganhar em experiência, pelo ‘trabalho de memória’»³⁴⁵. Deste modo, «(...) a memória só se torna vital quando inserta em contexto, pois é aí que começa a sua história».³⁴⁶ Torna-se, portanto, necessária a contextualização e compreensão da época em causa (presente no Capítulo I) a fim de se preservar a memória de uma época em que vigorava a repressão e o medo generalizado entre a população, sobretudo no que concerne às prisões políticas e outros edifícios simbólicos da repressão política (como o caso das sedes da PIDE/DGS).

Foram muitos os que, encarcerados, continuaram a resistir, assim contribuindo não só para a sua, mas também para a luta de todos. Mesmo que, neste trabalho, seja impossível apresentar todos os depoimentos e testemunhos dos ex-presos políticos que resistiram ao Estado Novo, a sua participação nessa luta não é esquecida, nem tampouco é menosprezada a sua coragem. Hoje, a nossa liberdade deve-se também a todos os que resistiram ao regime do Estado Novo.

Neste capítulo serão abordados três casos de ex-presos políticos que se achou relevante, perante os pormenores da sua vivência nos cárceres do regime: Álvaro Cunhal, Jaime Serra e Joaquim Monteiro Matias. Através das suas experiências pessoais, é possível traçar a forma de actuação da polícia política, mas também concluir que esta poderia diversificar-se, consoante a pessoa em causa. Álvaro Cunhal e Jaime Serra foram destacados dirigentes do Partido Comunista Português. Por sua vez, Joaquim Monteiro Matias, advogado de presos políticos, viu-se na mesma situação por condenar em Tribunal os abusos da polícia política relativamente aos presos que patrocinava, concretamente Francisco Martins Rodrigues e Rui d’Espiney.

Ainda que se aborde com mais pormenor o caso daqueles três resistentes, também se fará referências a outros lutadores pela liberdade durante o Estado Novo³⁴⁷.

³⁴⁵ Guilherme d’Oliveira Martins, *Património, Herança e Memória: A cultura como criação* (Lisboa: Gradiva, 2009), 32.

³⁴⁶ Fentress, *Memória...*, 242.

³⁴⁷ Seria inexequível falar de todos aqueles que estiveram nos cárceres políticos ao longo de quase meio século. Usou-se, por isso, testemunhos que possam responder por todos aqueles que sofreram às mãos da polícia política. Àqueles que não foram referenciados, a sua luta não será esquecida, prova disso é a nossa liberdade, actualmente.

Álvaro Cunhal

Álvaro Barreirinhas Cunhal³⁴⁸, histórico dirigente do Partido Comunista Português, viu de perto os cárceres políticos do Estado Novo, tendo sido preso três vezes e considerado um elemento «perigoso», conheceu o Aljube, a Penitenciária de Lisboa e o Forte de Peniche.

Nasceu a 10 de Novembro de 1913 em Coimbra, de origem burguesas. Filho de um advogado e de uma católica fervorosa, aderiu ao PCP aos 17 anos e aos 21 chegou a Secretário-Geral da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP). Aos 22 anos viajou pela primeira vez, clandestinamente, para Moscovo e pouco tempo depois cumpriu uma missão em Espanha, no início da Guerra Civil.

Foi preso pela primeira vez em Julho de 1937, com 24 anos, por distribuir propaganda a favor da União Soviética nas ruas de Lisboa. Foi levado para o Aljube e aí submetido à incomunicabilidade, para além dos interrogatórios a que também foi sujeito. Sua mãe, Mercedes Barreirinhas, visitou-o na prisão após ter sido espancado, tendo levado as suas roupas cheias de sangue para lavar³⁴⁹.

«O estatuto social evitou o desterro, mas não impediu as torturas»³⁵⁰. Como já foi referido, a forma de actuação da polícia política não só era adaptada ao nível de «perigosidade» dos presos, mas também ao seu estatuto social. Álvaro Cunhal, além de ser oriundo de boas famílias, sendo o seu pai um considerado advogado, era igualmente um «intelectual», que então frequentava o curso de Direito.

Álvaro Cunhal manteve sempre uma postura de não colaboração com a polícia política. É conhecido o episódio, aquando desta sua primeira prisão, quando, num dos interrogatórios, os agentes da PVDE confrontaram-no com o molho de chaves que trazia consigo para que identificasse as moradas a que cada uma correspondia. Em resposta, atirou as chaves para cima da mesa, desafiando-os a «procurarem pelas fechaduras de Lisboa, que talvez encontrem»³⁵¹. Foi imediatamente algemado e colocado no meio de um círculo de agentes da PVDE, sendo «espancado com murros,

³⁴⁸ Para o seu depoimento foram usadas as obras de Adelino Cunha, *Álvaro Cunhal: Retrato pessoal e íntimo* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010) e a obra de Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal: Uma Biografia Política - 4 vols.*, (Lisboa: Temas e Debates, 2005).

³⁴⁹ Pereira, Daniel, *O Jovem Revolucionário...*, 325.

³⁵⁰ Cunha, Álvaro Cunhal..., 128.

³⁵¹ Cunha, Álvaro Cunhal..., 128.

pontapés, golpes de cavalo-marinho e tábuas»³⁵². Após este rol de violência, foi forçado a caminhar sobre os pés, após lhe terem descalçado os sapatos e proferido violentas pancadas nas plantas dos pés³⁵³. Aparentemente as tábuas utilizadas no espancamento de Cunhal assemelham-se às da descrição de Francisco Miguel, às quais os agentes designavam, ironicamente, «*Arriba Espanha*»³⁵⁴, em referência ao *slogan* dos sublevados franquistas na Guerra Civil de Espanha. Acabou por ficar cinco dias inconsciente após vários dias desses métodos violentos de interrogatório. Foi libertado em Junho de 1938, regressando à actividade política.

A obra de Álvaro Cunhal, *Sala 3 e Outros Contos*³⁵⁵ é baseada na sua chegada ao Aljube através da personagem *Augusto*, que é apresentado fisicamente debilitado dos interrogatórios.

Foi novamente preso aos 27 anos, em 1940. Levado novamente para o Aljube, foi mais tarde é transferido para Caxias. Aquando desta sua prisão, encontrava-se a preparar a defesa da sua tese de licenciatura. Incomunicável durante cerca de três meses, foi autorizado a defender a mesma, sendo que um dos examinadores era o próprio Marcello Caetano. A sua classificação final foi de 16 valores, o que é surpreendente, não só devido à sua situação de preso político e as condições em que teve que elaborar o seu trabalho, como pelo tema escolhido: *Aborto: Causas e Soluções*, o que na altura era (além de tabu) deveras controverso.

A terceira e última prisão foi aos 36 anos, em Março de 1949 na casa clandestina do Luso, juntamente com Sofia Ferreira e Militão Ribeiro. Este último e Álvaro Cunhal foram levados para a delegação do Porto da PIDE, onde foram sujeitos a interrogatório. Mais tarde, foram transferidos para a Penitenciária de Lisboa para aguardarem julgamento. Este presídio era considerado a mais severa prisão para crimes de delito comum, estando os presos sujeitos a um regime de elevada vigilância, como era próprio de uma prisão da máxima segurança. Álvaro Cunhal foi aí sujeito, na cela 53 da Ala C, a um regime de total incomunicabilidade durante catorze longos meses, sem passeio, nem livros ou jornais. Segundo José Dias Coelho, por não

³⁵² Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 128.

³⁵³ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 128.

³⁵⁴ Coelho, *A Resistência...*, 68.

³⁵⁵ Manuel Tiago, *Sala 3 e Outros Contos* (Lisboa: Avante!, 2001). Obra da sua autoria, sob o pseudónimo *Manuel Tiago*.

compactuar com a PIDE a dizer “*por-favor*” quando precisava de papel higiénico, durante três meses ficou privado do mesmo³⁵⁶.

As condições na clandestinidade, para além de muito rigorosas, eram francamente duras, pelo que tanto Álvaro Cunhal como Militão Ribeiro quando chegaram à prisão, vinham já bastante debilitados³⁵⁷. Militão Ribeiro foi um dos casos de um quadro do PCP que até morrer não renunciou à luta contra o regime salazarista nem à sua responsabilidade como dirigente partidário. Já antes de ir para a Penitenciária de Lisboa, se encontrava debilitado física e psicologicamente, devido às duras condições de vida que a clandestinidade acarretava. Na Penitenciária, recusava as refeições que lhe eram prestadas por crer que o estavam a envenenar e, por isso, iniciou uma greve de fome que lhe veio a ser fatal. Morreu no dia 3 de Janeiro de 1950; pesava trinta e sete quilos.

À semelhança de outros presos políticos, Álvaro Cunhal foi sujeito a um duro regime de isolamento, no qual para ocupar o tempo, por exemplo, jogava xadrez consigo mesmo, utilizando miolo de pão para construir as peças. Mais tarde, acabou por lhe ser permitido ler livros e receber materiais de escrita e desenho³⁵⁸.

Entre 2 a 9 de Maio de 1950, realizou-se o seu julgamento no Tribunal da Boa Hora, tendo como advogado de defesa seu pai, Avelino Cunhal³⁵⁹. No período entre a prisão e o julgamento preparou a sua defesa de memória (dado que não tinha acesso a papel e material de escrita), apenas socorrendo-se da cal da parede para enumerar as razões de ordem política no chão.³⁶⁰ Álvaro Cunhal assumiu-se perante o tribunal, como «filho adoptivo do proletariado»³⁶¹. Foi, no entanto, condenado a quatro anos e meio de prisão celular e, devido ao seu elevado grau de «*perigosidade*», agravadas com as célebres medidas de segurança³⁶². O Ministério Público recorreu mas, ainda no final desse ano, a sua pena foi agravada para mais dois anos de prisão celular (com um ano de medidas de segurança prorrogáveis após cumprir a pena) e oito de degredo.

Álvaro Cunhal esteve mais de sete anos isolado na Penitenciária de Lisboa, cujas medidas de incomunicabilidade se amenizaram devido a um agravamento do seu

³⁵⁶ Coelho, *A Resistência...*, 82.

³⁵⁷ Pereira, *O Prisioneiro...*, 12.

³⁵⁸ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 258.

³⁵⁹ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 259.

³⁶⁰ Coelho, *A Resistência...*, 84.

³⁶¹ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 261.

³⁶² Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 263.

estado de saúde, tendo sido levado para uma cela na enfermaria, a partir de 1953, onde podia comunicar com os presos de delito comum³⁶³. Retornou ao regime de isolamento em Março de 1955³⁶⁴.

Foi na Penitenciária de Lisboa que o romance *Até amanhã, Camaradas* (sob o seu pseudónimo, *Manuel Tiago*) começou a ser escrito³⁶⁵. Veio a ser transferido para o Forte de Peniche em Julho de 1956. As suas rotinas começavam com quarenta e cinco minutos dedicados à higiene pessoal e uma hora para limpeza das celas e outras instalações. Em Peniche podia contactar com outros presos, numa mesa colectiva durante uma hora e quinze minutos e no recreio ao ar livre durante uma hora e meia, divididas entre a manhã e a tarde³⁶⁶.

Pedro Ramos de Almeida revelou que esteve preso no mesmo piso que Álvaro Cunhal, em Peniche, cada um na sua cela, embora tivessem momentos em conjunto, normalmente durante a faxina, nas refeições, no convívio (permitido durante uma hora), bem como no recreio³⁶⁷.

Dotado de uma capacidade intelectual e artística invulgar, Álvaro Cunhal desenvolveu um imenso trabalho na prisão: estudos sobre a economia portuguesa, um ensaio sobre a crise de 1383-1385, um estudo sobre a agricultura portuguesa (destinada a ser apresentada como tese de doutoramento), outro sobre a arte e o realismo e ainda sobre o comércio externo português depois da Segunda Guerra Mundial, entre outros estudos e apontamentos. Efectuou também a tradução anotada da obra de Shakespeare, *O Rei Lear*, durante a passagem pela Penitenciária de Lisboa, entre 1953 e 1955.³⁶⁸ Além disso, são célebres os seus *Desenhos da Prisão (Fig.12)*.

³⁶³ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 271

³⁶⁴ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 274.

³⁶⁵ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 274.

³⁶⁶ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 315.

³⁶⁷ Depoimento de Pedro Ramos de Almeida em Medina, *Esboços 2...*, 197.

³⁶⁸ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 325.



Fig.12: «*Desenhos da Prisão*» de Álvaro Cunhal
(Editorial Avante!, 2013)

Protagonizou, juntamente com outros presos do PCP, a célebre fuga ocorrida em 1960. «*A fuga era a única alternativa à prisão perpétua*»³⁶⁹, já que Álvaro Cunhal havia terminado a 24 de Janeiro de 1956 a sua pena de sete anos, tendo cumprido ainda mais um ano de medidas de segurança, prorrogadas em 1957, e novamente em 1959, devido ao facto de ser considerado um elemento de elevada «*perigosidade*».

Assim, a sua última prisão desde 1949 a 1960, isto é desde os seus 36 anos, resultou num período de catorze meses em regime de incomunicabilidade (fechado numa cela, não tinha passeios, livros, jornais...) e sete anos de internamento, dos quais cinco em total isolamento³⁷⁰. Ao fim de onze anos preso, muito além da pena a que tinha sido condenado, a única hipótese de fugir das sucessivas e intermináveis medidas de segurança, era a fuga. Foi um dos evadidos da célebre Fuga de Peniche, de 3 de Janeiro de 1960.

Ascendeu formalmente a secretário-geral do PCP em Março de 1961, e durante cerca de um ano e meio permaneceu em Portugal, clandestino, até que em 1962 se viu obrigado a exilar-se, para evitar ser novamente preso, primeiro para a União Soviética, e depois para Paris.

Regressu a Portugal a 30 de Abril de 1974, continuando a desenvolver uma intensa actividade política e partidária. Faleceu a 13 de Junho de 2005, com 92 anos.

Jaime Serra

Jaime Serra³⁷¹ nasceu em Lisboa, a 22 de Janeiro de 1921, originário de uma família de camponeses. Destacou-se pelo seu espírito resistente, sendo um «*especialista*» em fugas das prisões do Estado Novo.

Na sua infância, à semelhança das outras crianças da época, terminada a escola primária teve que trabalhar para ajudar em casa. No trabalho começa, por influência de companheiros, a interessar-se pela leitura (da biblioteca *Os Penicheiros*) e frequentou um curso de esperanto (como o mesmo afirmou, muito em voga entre as

³⁶⁹ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 264.

³⁷⁰ Pereira, *O Prisioneiro...*, 151; Pimentel, *A História...*, 371.

³⁷¹ Para o seu testemunho fora utilizada a sua obra autobiográfica: Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber... O que custou a Liberdade* (Lisboa: Avante!, 2004).

peessoas progressistas da época). Em finais de 1935 começou a ler *o Avante!*, tomando contacto com a actividade do PCP.

Em 1937 foi preso pela primeira vez por ter em sua posse um exemplar do *Avante!*, tendo como missão entregá-lo clandestinamente a cerca de vinte pessoas. Nesta altura já pertencia à Federação da Juventude Comunista Portuguesa. Foi levado à esquadra, onde lhe fizeram o primeiro interrogatório, fazendo perguntas acerca do jornal, tendo Jaime Serra respondido que o encontrara na rua. Completou os 16 anos na prisão³⁷². Encaminhado de seguida para o Governo Civil de Lisboa, onde «(...) *depois de alguns bofetões me meteram num calabouço. Ali, amontoavam-se dezenas de pessoas, todas presas nessa mesma noite. Com uma única tarimba, os presos deitavam-se à vez durante a noite, uns na tarimba e outros debaixo dela*»³⁷³. Naquela época, as esquadras e, mesmo, o Governo Civil também eram usados para servir os interrogatórios. É novamente interrogado e levado para a sede da PVDE. No entanto, acabou por ser colocado em liberdade, com a advertência de não voltar a fazer o mesmo³⁷⁴.

Esta experiência fê-lo reflectir sobre o facto de estar preso: por saber ler e «(...) *pretender conhecer algo que ao regime fascista interessava que eu desconhecesse*»³⁷⁵. Assim, decide não ficar por ali e continuar a luta contra o regime.

Em 1947 «dá o salto», ou seja, passa à clandestinidade, com a esposa e uma filha. Mais tarde, em 1949 no âmbito da localização e assalto pela PIDE à sua casa clandestina, Laura Serra, sua esposa, ficou sob prisão em casa durante três dias juntamente com as duas filhas pequenas, pois a PIDE esperava que mais alguém fosse àquela casa, para em seguida efectuar a sua prisão, o que acabou por não acontecer. Foi, depois, encaminhada para a sede da PIDE para ser identificada e interrogada, sendo posteriormente libertada, indo viver para casa dos pais, sempre sujeita a vigilância apertada³⁷⁶. Enquanto que Jaime Serra fora levado para a sede da PIDE, tendo ficado em “estátua” durante oito dias e noites, impedido de se sentar e dormir³⁷⁷. Ao ser visitado pela esposa, Jaime Serra revelou-lhe que o inspector Gouveia

³⁷² Serra, *Eles têm...*, 42.

³⁷³ Serra, *Eles têm...*, 43.

³⁷⁴ Serra, *Eles têm...*, 43.

³⁷⁵ Serra, *Eles têm...*, 43.

³⁷⁶ Serra, *Eles têm...*, 82-83.

³⁷⁷ Serra, *Eles têm...*, 82.

da PIDE lhe colocou as filhas no colo, para o quebrar «*numa operação de pura chantagem*»³⁷⁸.

Após o interrogatório, foi levado para o Aljube, ficando seis meses incomunicável, tendo apenas as visitas da família, mas com os agentes presentes. Foi através da roupa que enviava para lavar que conseguia mandar mensagens escondidas nas mangas das camisas, escritas com bicos de lápis que eram colocados dentro da fruta pela sua esposa³⁷⁹.

Nos seis meses que esteve no Aljube não teve acesso a livros, jornais, nem pôde escrever, contando as horas e os minutos para passar o tempo. Esta incomunicação era cortada pelas «*chamadas súbitas*» à sede da PIDE, que podiam ser a qualquer hora, para interrogatório, sendo novamente submetido à tortura da “estátua”³⁸⁰ (Fig.13).



Fig.13: Desenho de Jaime Serra, relativo à «estátua».

(Torre do Tombo)

³⁷⁸ Serra, *Eles têm...*, 83.

³⁷⁹ Serra, *Eles têm...*, 84.

³⁸⁰ Serra, *Eles têm...*, 84.

No Aljube, conseguiu desenhar a perspectiva do corredor, com a fileira de celas representadas. O desenho fora feito com folhas de papel higiénico e com um lápis improvisado com o bico inserido num osso de galinha, também enviado no meio da fruta³⁸¹. Transferido para Caxias, onde permaneceu alguns meses para, em 1950, ser encaminhado para o Forte de Peniche³⁸².

Jaime Serra descreve a vida prisional em Peniche como sendo monótona, os presos, na sua maioria, de origem «*pequeno-burguesa*»³⁸³ e a alimentação que «*não prestava*»³⁸⁴, constituída, geralmente, ao almoço, por sopa de repolho e ao jantar, «*(..) uma mistela qualquer, com arroz ou com massa*»³⁸⁵.

Também Jaime Serra referiu a existência de uma melhoria nas condições no Forte de Peniche, quer quanto à vida prisional, quer relativamente à alimentação, após as várias reclamações efectuadas pelos presos; também no tempo de recreio, passou a haver mais tempo fora das casernas durante o dia, mais possibilidade de leitura³⁸⁶.

A 3 de Novembro de 1950 fugiu desta prisão, juntamente com Francisco Miguel (este último mais tarde capturado), através da abertura de um túnel na muralha, a partir da caserna.³⁸⁷ Jaime Serra conseguiu permanecer em liberdade ainda durante alguns anos.

A sua terceira prisão deu-se a 27 de Dezembro de 1954³⁸⁸. Foi levado para a sede da PIDE e, recusando-se a prestar declarações passou para o Aljube, ficando novamente incomunicável. Tenta escapar através de um buraco que abria no chão da cela; contudo, o plano saiu frustado. Perante a tentativa de fuga, foi levado para o “segredo” durante quinze dias «*a pão e água*», somente com a roupa que tinha, não tendo sequer direito a uma manta³⁸⁹.

Seguidamente, foi transferido para Caxias onde permaneceu em regime de isolamento durante quinze dias. Após protestos da sua família, passou para a caserna em regime normal, com outros companheiros.³⁹⁰ Foi nesta altura que se evadiu novamente utilizando um método pouco convencional: através do molde da chave do

³⁸¹ Serra, *Eles têm...*, 86.

³⁸² Serra, *Eles têm...*, 84.

³⁸³ Serra, *Eles têm...*, 89.

³⁸⁴ Serra, *Eles têm...*, 89.

³⁸⁵ Serra, *Eles têm...*, 91.

³⁸⁶ Serra, *Eles têm...*, 92.

³⁸⁷ Serra, *Eles têm...*, 96.

³⁸⁸ Serra, *Eles têm...*, 111.

³⁸⁹ Serra, *Eles têm...*, 118.

³⁹⁰ Serra, *Eles têm...*, 119.

portão do lado Norte do Forte de Caxias, feita com sabão. Foi, entretanto, de castigo para o Aljube incomunicável duas semanas, tendo levado consigo a chave dentro do bocado de sabão. VRegressado a Caxias, no dia 3 de Março de 1956 conseguiu consumir o seu plano evadindo-se da cadeia³⁹¹, como já fora referido anteriormente.

Jaime Serra também conheceu de perto a delegação da PIDE no Porto, em 1958, tendo ali passado uma noite, antes de ser novamente levado para o Aljube em Lisboa. Esta foi a sua última prisão. No Aljube ficou incomunicável até ser encaminhado para o Forte de Peniche. Desta vez, já com uma configuração diferente, pois havia sofrido obras de remodelação³⁹².

Foi um dos presos que participou na fuga colectiva de Peniche a 3 de Janeiro de 1960. Na sua actividade partidária, pertenceu ao Comité Central do PCP e dirigiu a Acção Revolucionária Armada (ARA), criada por aquele partido em 1970, para desenvolver acções que desgastassem o esforço que o regime fazia em relação à guerra colonial.

Joaquim Monteiro Matias

Joaquim Monteiro Matias³⁹³ revelou, na sua obra *Memória de Tortura e Resistência*, a sua actuação enquanto jovem advogado na defesa de presos políticos de diversas organizações políticas, como o caso do processo dos acusados do assalto ao Quartel de Beja, bem como de elementos acusados de pertencer ao PCP, MPLA e FAP/CMLP. Descreveu ainda a sua passagem pelos cárceres do Estado Novo, passando de advogado de presos políticos a um deles.

Oriundo de uma família de camponeses pobres e o mais novo de sete irmãos, conseguiu formar-se em Direito, não obstante as dificuldades sentidas. Já como advogado, dedicou-se a defender os acusados de crimes políticos, vindo a denunciar em Tribunal o ocorrido durante os interrogatório, concretamente as torturas infligidas aos presos.

³⁹¹ Serra, *Eles têm...*, 120-123.

³⁹² Serra, *Eles têm...*, 154.

³⁹³ Para o seu testemunho, fora utilizada justamente a sua obra Joaquim Monteiro Matias, *Memória de Tortura e Resistência* (Lisboa: Temas e Debates, 2013).

Aquando a sua prisão, em 1967, fora acusado de pertencer à FAP, sendo condenado pelo Tribunal Plenário a dois anos e oito meses de prisão maior, contudo, sujeito às medidas de segurança. No livro referido, descreve a sua experiência, bem como as várias viagens entre a Prisão de Caxias e a sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, para os interrogatórios, assim como a sujeição ao isolamento, os julgamentos nos tribunais plenários, e também a sua passagem pelo Forte de Peniche.

A 23 de Julho de 1967, às vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, foi preso por dois agentes da PIDE perto do Teatro Monumental, quando se dirigia para casa, no bairro Santos. Levado para a sede daquela polícia num táxi, passando de imediato ao terceiro andar para ser interrogado, nada declarando. Foi, então, sujeito à privação do sono. No dia seguinte, de manhã, foi identificado, tirando as conhecidas fotografias, sendo-lhe retiradas as impressões digitais. Voltou ao terceiro andar, sabendo que o seu escritório fora alvo de busca pela PIDE. Continuou em privação de sono, com os agentes a trocar de turnos de quatro em quatro horas, e a exercer pressão psicológica para que confessasse: dizem-lhe que só tem que confirmar o que a polícia já sabia, e que os seus companheiros (Hélder Costa, Sérgio D'Espiney) estavam presos e já tinham falado. Quando declarou que «*a tortura do sono é cruel, bárbara e desumana*»³⁹⁴, o agente da PIDE respondeu que apenas se limitava a cumprir ordens.

Continuou sem dormir e, mal conseguindo andar, no dia 25 de Julho é compelido a correr pela sala, para depois voltar para a cadeira. Cambaleante, deixa cerrar os olhos, imediatamente despertos pelo som de uma moeda sobre a mesa. As próprias luzes da sala eram uma tormenta. Continua em privação do sono, sendo visitado por um médico, de seu nome Barata, no dia 26 de Julho, por sentir picadas no coração e falta de ar. É-lhe receitado um tranquilizante, já habitual após as visitas dos médicos, o que causava uma angústia ainda maior, pois aumentava o cansaço, tornando mais dolorosa ainda a privação do sono. Como consequência da privação de sono e dos efeitos da mesma, as alucinações eram uma constante, começando a ver surgir das paredes répteis, e do soalho baratas e outros «*bichos informes*».

No final de tarde de dia 27, completamente exaurido, conseguiu dormir desde as oito da noite à manhã de dia seguinte. Nessa tarde, regressou à sala de tortura, mas à noite é-lhe novamente permitido dormir. No dia 29 de Julho voltou a ficar sem

³⁹⁴ Matias, *Memória...*, 118.

dormir, actuação que se prolongou até 1 de Agosto, quando pôde dormir, à tarde e à noite. Levado, a 3 de Agosto, para o Reduto Norte do Forte de Caxias, ficou na cela n.º 22, provida de uma cama, armário, mesa de pedra presa na parede e uma casa de banho com chuveiro. No dia seguinte foi levado novamente à sede da PIDE para receber a visita do bastonário da Ordem dos Advogados (a visita deste último deveu-se a um abaixo-assinado redigido por José Vasconcelos Abreu, Jorge Sampaio e Joaquim Mestre, mas só muitos anos depois Joaquim Matias descobriu quem tinha tido aquela iniciativa) e, mais tarde, de dois familiares. Regressou no mesmo dia à sua cela do Reduto Norte de Caxias, onde o esperam cento e cinquenta dias em regime de «*isolamento contínuo*» recebendo apenas uma visita de um familiar, de meia hora, por semana. Nem um livro sequer para ler, nem lhe era permitido deitar-se na cama ou aproximar-se da janela, durante o dia.

Regressou ao terceiro andar da sede da PIDE, a 4 de Setembro, para ser novamente sujeito à privação do sono. Não dormiu esse dia, nem no seguinte. Voltou a 6 de Setembro, às vinte e uma horas, à sua cela em Caxias, para novamente se deslocar no dia seguinte à Rua António Maria Cardoso. Regressou a Caxias, para voltar à sede da PIDE a 8 do mesmo mês, ao fim da tarde, regressando novamente a Caxias. A alta frequência de deslocações abrandou durante alguns dias, para novamente retornar a 12 de Setembro. Contudo, neste dia teve um confronto agitado com o seu amigo José Magno, em que quase não trocaram palavras e as que trocaram foram azedas, como o próprio salientou. Regressou à cela de Caxias, aqui ficando o resto do mês, contando apenas com uma visita de meia hora por semana.

Esta barra cronológica das suas idas à Rua António Maria Cardoso, é escrita num papel escondido numa carteira de fósforos que, no entanto, foi descoberta e apreendida por um agente da PIDE na sua cela, aquando de uma ida ao médico (Fig.14).

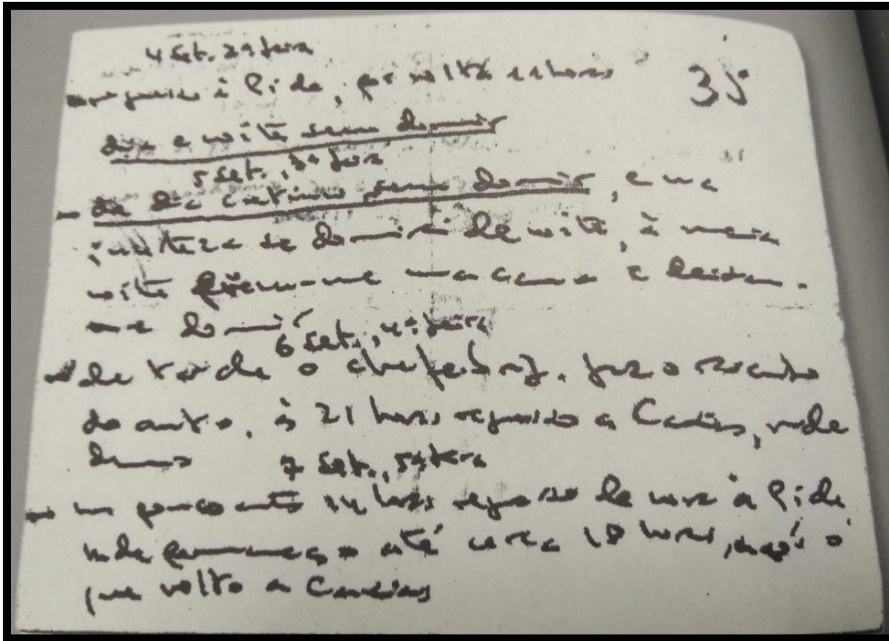


Fig.14: Cronologia da «tortura sono» por Joaquim Monteiro Matias, em Setembro de 1967.

(Matias, Memória...)

Monteiro Matias revela que em meados de Outubro, ainda que não tivesse ocorrido nada de “anormal”, não conseguia dormir mais de duas ou três horas. Pediu para ser visto por um médico, mas na realidade voltou à sede da PIDE. Os dias compreendidos entre 9 a 12 de Outubro foram marcados por alucinações e um profundo estado de euforia. Tal era o seu estado que acreditava que os agentes da PIDE tinham feito uma fogueira onde, atado a uma cruz, o fogo o iria consumir. Recusa comida e água. Retorna a Caxias ainda num «estado de loucura» como designa. O seu estado melhorou com medicação, voltando à consciência, já na cela, onde permaneceu em isolamento. Ainda viria a deslocar-se à Rua António Maria Cardoso mais dois dias e depois colocado numa sala com outros companheiros, como Sérgio D’Espiney e Carlos Camacho. O seu julgamento, marcado para 14 de Maio de 1968, teve como advogado de defesa o seu colega Jorge Sampaio.

Além de ter conhecido de perto a sede da PIDE e a Prisão de Caxias, a 17 de Junho de 1968 foi transferido para o Forte de Peniche, até à sua libertação condicional, juntamente com Sérgio d’Espiney e João Marques de Almeida. Durante a sua estadia em Peniche, ainda foi sujeito a um período de isolamento por trinta dias numa cela individual no último piso do pavilhão B³⁹⁵.

Sai em liberdade a 26 de Janeiro de 1971. Contudo, uma liberdade imposta por condições, as quais teria que cumprir por cinco anos: não se ausentar sem autorização da área do concelho onde residia, não contactar com elementos acusados de

³⁹⁵ Matias, *Memória...*, 189

«*actividades subversivas*», não assistir a «*reuniões de carácter político*», entre outras. Para além disso, viu os direitos políticos suspensos por quinze anos³⁹⁶.

Ainda que com algum receio (e impedimentos por parte da PIDE), regressou ao activo, enquanto advogado do Sindicato dos Caixeiros..³⁹⁷

Joaquim Monteiro Matias conclui: «*Continuei, um pouco menos preso, num país sem liberdade e sem democracia, no meu campo de luta contra a exploração patronal em defesa dos trabalhadores que apenas tinham a força do seu trabalho para vender, proletários alçados pelos mestres a construtores e donos do futuro que seria radioso*»³⁹⁸.

Joaquim Matias descreveu ainda o dia 25 de Abril, marcado por uma profunda alegria e espanto ao ouvir na rádio as «*canções proibidas*» e movimentações dos militares do Movimento das Forças Armadas³⁹⁹.

Os depoimentos prestados revelam-se fulcrais à percepção da forma de actuação da política política. O carácter coersivo e violento dos interrogatórios marcou profundamente várias gerações que viveram a repressão de um regime que vigourou quase meio século.

A preservação destes depoimentos serve como lembrança às gerações futuras, à semelhança de todos os outros símbolos da resistência (edifícios, documentos, etc.), de que a liberdade é volátil, e que foi conquistada com bastante sofrimento e luta por parte dessas várias gerações de opositores do regime.

Torna-se fulcral proceder à preservação da memória através dos mais diversos meios, de modo que os mesmos perdurem no tempo. No caso dos depoimentos apresentados, estes são provenientes de várias obras nos quais constam entrevistas, e também livros biográficos e autobiográficos. Contudo, a sua preservação ainda vai mais além; esta pode ser efectuada através de programas de televisão e de rádio, documentários, filmes, ou exposições.

Têm surgido vários documentários, como os realizados por Susana Sousa Dias - *Natureza Morta* (2005), *48* (2010) e *Luz Obscura* (2018). No caso do documentário *48*,

³⁹⁶ Matias, *Memória...*, 213, 224.

³⁹⁷ Matias, *Memória...*, 223.

³⁹⁸ Matias, *Memória...*, 227.

³⁹⁹ Matias, *Memória...*, 235.

este traça um retrato do Estado Novo, através das vivências, na primeira pessoa. Constituem películas inéditas, já que complementam a imobilidade das fotografias de cadastro, com o depoimento oral das testemunhas que vivenciaram a repressão política do regime. O facto do testemunho ser na primeira pessoa, a linguagem utilizada, os suspiros emitidos, a emoção presente na voz, remete a uma maior proximidade com os ex-prisioneiros e as suas vivências nos interrogatórios da polícia política.

Os depoimentos prestados auxiliam na percepção e caracterização do que foi o Estado Novo no âmbito das prisões políticas e o modo de actuação da polícia política nos interrogatórios. No caso do Museu do Aljube, por exemplo, contribuíram para a reconstituição dos chamados «curros». Além disso, ainda neste Museu, são retratadas várias experiências de ex-presos políticos através de exposições e da transmissão de testemunhos através de entrevistas, às quais se pode assistir por meio de um televisor.

Em Dezembro de 1969, no rescaldo das eleições legislativas desse ano – uma vez mais, falseadas – constitui-se no Porto a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP)⁴⁰⁰, que desenvolveu inúmeras acções de denúncia da repressão e de solidariedade para com os presos, nomeadamente o apoio às suas famílias. Publicou também um boletim onde eram divulgadas as prisões que ocorriam e a actuação da PIDE/DGS aos presos políticos. Este boletim de natureza semi-legal, circulava principalmente nos meios da Oposição ao regime, de mão em mão, e o seu custo, pago através de selos editados para o efeito, revertia a favor dos presos políticos.

⁴⁰⁰ A CNSPP foi constituída a coberto do art.º 199 do Código Civil, que previa a existência de «comissões constituídas para realizar qualquer plano de socorro ou beneficência».

Capítulo IV

De Cárcere a Museu

A preocupação pela valorização da história começou no século XIX, sendo talvez por isso que o século XIX também é conhecido como o «*século da memória*»⁴⁰¹. Nas últimas décadas, para além do interesse pela História surgiu um crescente interesse por temáticas que lhe estão próximas, como a memória histórica ou o património cultural e a sua salvaguarda, este último potenciado pela crescente vaga turística, que se tem vindo a sentir cada vez mais intensamente. Deste modo, os governos de muitos países têm vindo a demonstrar uma particular atenção por esta ligação entre História, memória, património e turismo, uma vez que a sua adequada exploração contribui de um modo bastante significativo para as suas respectivas economias.

Neste âmbito, o património, nos seus vários domínios, têm sentido um forte progresso no que concerne à sua preservação e, sobretudo, valorização, mesmo que ainda haja muito que se possa fazer; como o facto de muitos edifícios e monumentos estarem devolutos e em vias de degradação, ou de estarem pura e simplesmente abandonados.

Segundo Guilherme d'Oliveira Martins «*a História das sociedades é feita de um diálogo permanente entre a força das raízes antigas e a vontade das novas gerações*»⁴⁰². Deste modo, a criação de novos museus encontra-se intrinsecamente conectada a esta associação entre o legado que os nossos antepassados nos deixaram e a concretização da sua salvaguarda pelas gerações actuais. Por outro lado, «*a criação cultural (...) faz-se sempre tendo em consideração a herança cultural e o conhecimento do tempo que nos antecede*»⁴⁰³. No caso abordado em específico nesta dissertação sobre uma perspectiva patrimonial das prisões políticas do Estado Novo no século XXI, para a preservação e respectiva valorização dos edifícios em causa é necessária a compreensão do tempo e do contexto em que eles se inseriram para assim se poder transmitir a mensagem pretendida.

⁴⁰¹ Catroga, *Memória...*, 29.

⁴⁰² Martins, *Património...*, 15.

⁴⁰³ Martins, *Património...*, 15.

Assim, o património enquanto concretização da memória e da própria História, veicula-se como consolidador da identidade de um povo.

O caso dos edifícios associados à repressão política exercida sobre os portugueses durante o Estado Novo ainda hoje são edifícios que conotam a um passado sombrio para muitos portugueses. A vida nos cárceres políticos marcou profundamente muitos sectores da sociedade portuguesa, e ainda hoje são visíveis os seus reflexos, como no facto de muitos presos políticos evitarem as ruas onde estes edifícios se encontram.

No entanto, «(...) *a cultura, enquanto criação humana, exige a compreensão do tempo, da história e da sociedade*»⁴⁰⁴. Não se pode olhar para estes edifícios apenas à luz dos tempos actuais, mas sim, inseri-los no contexto da sua existência enquanto cárceres políticos de um regime repressivo do século XX.

Estes edifícios carregam consigo a memória das vivências dos que pelos seus cárceres passaram. Portanto, ao serem conotados com valores intrínsecos à identidade de um povo – em grande medida, a existência de um regime com as características do Estado Novo, que vigorou durante quase meio século, não deixou de ter uma influência considerável na actual idiosincrasia da população portuguesa – um edifício passa de obra arquitectónica a um bem histórico, patrimonial e repleto de memórias. Por outro lado, o facto de um edifício ser uma mera obra arquitectónica por si só não basta para se constituir monumento histórico ou dotado de valor patrimonial, tem que ter algum significado inerente. No caso das prisões políticas, o seu valor patrimonial reveste-se, não só pela história do edifício em si, mas também pela atribuição do valor e significado que as suas funções acarretaram. É o que Fernando Catroga designa como «(...) *‘lugares de memória’, maneira de dizer que estes só serão suscitadores de recordação quando lhes é atribuído um valor simbólico*»⁴⁰⁵.

Inerente à atribuição de valor patrimonial aos monumentos está a sua preservação. No caso do tema aqui abordado, os edifícios que corresponderam a prisões políticas no período do Estado Novo têm sido alvo de debates e controvérsias devido ao destino que tomaram. Alguns, que desde então se encontram ao abandono, outros têm afirmada a sua função continuada de cárcere de civis, mas também existem

⁴⁰⁴ Martins, *Património...*, 21.

⁴⁰⁵ Catroga, *Memória...*, 23.

outros que foram convertidos em condomínios de luxo ou até mesmo num hostel; e há ainda outros que encontram-se devidamente conservados e musealizados.

Estes edifícios são, hoje em dia, o símbolo da resistência e da luta pela liberdade no nosso país, e devem ser preservados na sua dupla especificidade: enquanto testemunhos da repressão e da violência cometida àqueles que se opunham ao Estado Novo, e também como testemunhos da resistência de todos os que se opuseram a esse regime durante a sua longa vigência.

Como salientou Guilherme d'Oliveira Martins,

*Herança e memória têm de ser consideradas pelo valor que contêm, devendo ser defendidas e preservadas em ligação directa com a vida. Não faz sentido encarar a memória como uma realidade congelada ou paralisada no tempo. (...) Para defender, proteger ou preservar um testemunho arqueológico ou um monumento temos de considerar não só o valor histórico e patrimonial, mas também a relação que a sociedade tem com esse elemento*⁴⁰⁶.

Revela-se assim, necessário realçar este marco da nossa História através da conservação de edifícios representativos, tornando-se fulcral enfatizar o seu valor enquanto património histórico e edifícios simbólicos da luta pela liberdade, já que esta nunca deve ser tomada por garantida. Estes edifícios são justamente o testemunho que deverá servir como reflexão às gerações vindouras de que a liberdade é efémera e volátil, e que muitos sofreram (e, alguns até pereceram) na esperança de que um dia veriam o seu país livre.

É necessário, citando mais uma vez Guilherme d'Oliveira Martins, o «*diálogo entre o que recebemos dos nossos antepassados, correspondente ao património material e imaterial, e o que criamos de novo, a contemporaneidade - que nos insere na História, onde tudo se transforma*»⁴⁰⁷. Neste caso específico, à herança material deixada pelos nossos antepassados, a contemporaneidade contribui com a tecnologia e os meios inovadores de modo a proporcionar uma troca mútua de conhecimentos. Ou seja, o caso do Forte de Peniche, por exemplo, em que a herança material (o edifício) e imaterial (os testemunhos dos presos e outras informações) são deixadas pelos nossos antepassados mas que nós, contemporâneos, aliamos a tecnologia actual

⁴⁰⁶ Martins, *Património...*, 30.

⁴⁰⁷ Martins, *Património...*,14.

para uma melhor compreensão do que foram aqueles tempos. Assim, a tradição e a modernidade complementam-se em torno da criação da cultura.

É possível então afirmar que «*o tempo, a história e a sociedade estão em contacto permanente*»⁴⁰⁸, no caso em estudo, através destes espaços preservados e musealizados.

A herança patrimonial é assim, muitas das vezes, repassada pela via oral entre as várias gerações, como no caso da sabedoria popular ou de determinadas tradições. Ao haver uma sustentação física desses costumes, a sua continuidade é preservada no tempo e espaço. Neste caso específico, os testemunhos das vivências dos presos políticos no Estado Novo, e os locais onde os mesmos ocorreram, são assim preservados pela memória de um passado ainda bastante recente.

A patrimonialização e musealização destes edifícios remete para aquilo a que designa de «*heranças difíceis*»⁴⁰⁹. De facto, relativamente à preservação e restauro destes edifícios, ainda não se chegou a um consenso e, muitas das vezes, as soluções adoptadas são motivo de discórdia. Isto deve-se à existência de várias opiniões que se mostram antagónicas no que concerne ao destino a dar às prisões do Estado Novo.

Naturalmente, estes edifícios que serviram como prisões políticas não tinham como intuito preservar essa lembrança no futuro. O seu objectivo era sim divulgar a mensagem explícita, na época, de que os inimigos do regime eram inimigos da sociedade e, portanto, viviam à margem desta e era necessário puni-los, pois colocavam em causa a segurança do regime. No entanto, e após o 25 de Abril de 1974, a necessidade de preservar a memória e as vivências daqueles que se opuseram activamente ao regime passava não só pelos testemunhos dos que sentiram na pele a repressão da polícia política, mas também por preservar os locais onde essas acções tiveram lugar.

Uma vez mais, de acordo com Fernando Catroga, «*(...) todo o monumento é traço do passado, consciente ou involuntariamente deixado (...)*»⁴¹⁰. No caso das prisões políticas, estas foram involuntariamente deixadas pelo homem, não com o objectivo de constituírem símbolos da resistência ao Estado Novo, mas tal facto não

⁴⁰⁸ Martins, *Património...*, 25.

⁴⁰⁹ Sobre esta denominação, a tese: Ana Rita Martins «A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade» (tese de mestrado em Museologia, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2010).

⁴¹⁰ Catroga, *Memória...*, 24.

lhes retira o seu significado intrínseco, que é precisamente o de terem sido palco da repressão daquele regime. Enquanto herança do passado, estes edifícios permitem perpetuar a recordação e a sociedade daquela época⁴¹¹.

Neste último capítulo pretende-se assim a conhecer a situação actual destes edifícios e, eventualmente, planos futuros para os mesmos. Procurou-se abordar edifícios que foram prisões políticas privadas da Polícia Política e que, actualmente, ocupam diferentes funcionalidades na sociedade: uns continuam prisões, outros encontram-se musealizados ou em vias de tal, outros adquiriram funções completamente diferentes.

Esta abordagem também se reveste de um incentivo à procura destes locais enquanto edifícios a visitar, já que, pelo seu carácter lugubre, muitas pessoas evitam conhecê-los. Além disso, coloca-se a questão, na qual se deve reflectir: estarão estes edifícios, enquanto património cultural português devidamente valorizados?

Sede e Delegações da Polícia Política

Edifícios Paço do Duque (Sede da Polícia Política, em Lisboa)

A sede da PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, tristemente célebre por ser o local onde os presos políticos eram interrogados e sujeitos às cruéis violências a estes inerentes, é hoje um condomínio de luxo conhecido por *Edifícios Paço do Duque*.

Este edifício remonta ao século XVI, tempos áureos da Casa de Bragança, tendo sido uma das residências mais importantes desta notável família. Além disso, teve uma relevante importância num outro contexto histórico: no século XVII, no ano de 1640, foram aqui testemunhados os prenúncios da independência de Portugal face ao reino de Espanha⁴¹². Já no contexto do Estado Novo, foi a partir de 1954 que este edifício passou a sede da PIDE.

No âmbito da sua reabilitação e reutilização para a actual função, na altura em que se encontrava em fase de acabamentos, um *site* dedicado a este empreendimento de luxo (www.pacododuque.com.pt) - que entretanto já não se encontra disponível -

⁴¹¹ Le Goff, *História e Memória...*, 103.

⁴¹² Informações do *site* do empreendimento de luxo «Paço do Duque» em www.pacododuque.com.pt, entretanto removido.

expunha uma breve síntese a sua história (Fig. 15⁴¹³). Contudo, essa síntese histórica não fazia qualquer menção ao seu papel fulcral na repressão política ao longo do Estado Novo, enquanto sede da PIDE e da sua continuadora DGS.



Fig.15 : Informação histórica relativa ao Edifício Paço do Duque

(<https://caminhosdamemoria.wordpress.com>)

⁴¹³ Fonte das imagens no site <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/03/19/o-%C2%ABpaco-do-duque%C2%BB/>.

Entretanto transformado num condomínio de luxo, alberga sumptuosos apartamentos que são passíveis de serem adquiridos por preços exorbitantes. A ideia de se fazer deste último edifício um condomínio fechado, originou vários protestos e manifestações, inclusive em frente à Assembleia da República.

Em conhecidas páginas da Internet alusivas à venda de imóveis, e com imagens de apartamentos absolutamente faustosos encontra-se a seguinte descrição: «Excepcional apartamento T3 no luxuoso condomínio do Paço do Duque no Chiado, terraço com extraordinária vista panorâmica da cidade de Lisboa e o Tejo», com o custo de até 2.500.000 €.

Este edifício representa uma parte da História de Portugal que, para muitos portugueses, foi verdadeiramente sombria, não sentindo que a solução encontrada para o mesmo tenha sido a mais adequada para a preservação da memória recente que lhe está associada. Pelo contrário, sentem que, de certo modo, se estão a menosprezar as vivências ali experienciadas (assim como noutros locais semelhantes), bem como a desvalorizar uma das questões que mais marcou o Estado Novo em Portugal: as violências infligidas àqueles que se opunham ao regime. Esta situação levantou uma série de críticas por parte dos que pretendem manter a memória viva daquela época.



Fig.16 : *Edifício Paço do Duque, antiga sede da polícia política*

(Vânia Moreira, 2018)

Este edifício conota-se historicamente com as lembranças dos que por lá passaram ou que testemunharam o que aí ocorreu; e também com a placa em jeito de homenagem aos que ali foram assassinados, no dia 25 de Abril de 1974, com tiros disparados por agentes da PIDE/DGS.

Torna-se, portanto, fulcral não deixar que a memória se apague nem se esqueça que este edifício constitui um símbolo da resistência a um regime repressivo e pela luta da liberdade.

Museu Militar do Porto (Delegação da Polícia Política)

O número 329 da Rua do Heroísmo, no Porto, não é indiferente aos habitantes da cidade invicta. Apesar de actualmente albergar o Museu Militar do Porto, são várias as pessoas que ainda passam para o outro lado da rua para não passarem perto deste edifício, profundamente marcado pelo seu passado.



Fig.17: *Museu Militar do Porto*

(Vânia Moreira, 2018)

Este imponente edifício de arquitetura baseada no estilo francês da *belle époque* fora inicialmente destinado a habitação uma familiar aristocrata, acabando por ser adquirido e remodelado no ano de 1896, por D. Maria Coimbra.

Já no século XX, na década de trinta, no decorrer da Guerra Civil de Espanha, albergou freiras espanholas que acolhiam jovens desfavorecidas. Estas trabalhavam geralmente em casas de famílias abastadas durante o dia e aprendiam com as freiras os ofícios que se dizia serem destinados às mulheres naquele tempo.

Com a instauração e consolidação do Estado Novo, foi aqui instalada a Delegação do Norte da PIDE. As funções desempenhadas na Delegação do Porto eram análogas às desempenhadas na sede da polícia política, em Lisboa.

No período do Estado Novo, para além de servir de cárcere privado da polícia política, onde decorriam os interrogatórios e as torturas, também aqui era efectuado o controlo da entrada e saída de estrangeiros - ambas as competências sob alçada da polícia política. Para esta última funcionalidade, a entrada era realizada pela lateral, ou seja, pelo lado correspondente ao Largo Soares dos Reis, enquanto que os presos políticos entravam pelo portão sito na Rua do Heroísmo.

A Delegação do Porto actuava em toda a zona Norte do País, e não só o distrito do Porto, como já foi referido. Assim, os distritos de Braga, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real, os concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Murto, Oliveira de Azeméis, Ovar, São João da Madeira e Vale de Cambra, do distrito de Aveiro estavam inerentes a esta sede regional da polícia política. Os Postos de Vigilância ou de Fronteira desta zona dependiam directamente do Porto⁴¹⁴.

Com a queda do regime, foi aqui criado o Museu Militar do Porto, a 1 de Abril de 1977⁴¹⁵, sendo que a sua inauguração ficou a cargo do Presidente da República na altura, General António Ramalho Eanes. Este Museu, afecto ao exército, tem como funções a preservação de objectos que foram «*testemunhas da história militar do país*», bem como a divulgação do património que tenha em seu poder e a colaboração em cerimónias que tenham interesse «*histórico-militar*» e «*histórico-cultural*».

Actualmente, o acervo deste museu é visitável por qualquer pessoa. O seu espólio é composto por uma vasta colecção de miniaturas (comumente designados por *soldadinhos de chumbo*) que retratam a evolução do soldado deste a antiguidade até aos nossos dias, elaborados por conhecidas fábricas europeias, entre as quais *Britains*, *CBG Mignot* ou *Lineo* (Fig.18).

⁴¹⁴ Informação disponível na Torre do Tombo.

⁴¹⁵ Decreto-Lei nº 242/77, promulgado pelo Conselho da Revolução.

*Trench*⁴¹⁸, entre outras. As visitas orientadas desenvolvidas no Museu, suscitam a curiosidade sobretudo de uma área restrita que não costuma ser visitável: estas visitas esporádicas têm por designação *Mistérios de uma casa na Rua do Heroísmo*. No âmbito desta iniciativa, as visitas orientadas (com inscrição prévia) são gratuitas e pode-se aceder à área deste edifício que tanto sofrimento testemunhou.

Assim, a visita inicia-se pelo portão principal, a mesma entrada por onde seguiam os presos políticos. Posteriormente, eram levados a uma porta que os introduzia num espaço semelhante a uma cave, no interior do edifício. Nessa sala era onde os presos esperavam para serem interrogados. O tecto e paredes eram caiados de branco, e a altura até ao tecto não era mais do que uma pessoa com o braço esticado. Além da espera impaciente, a envolvência apática desta sala motiva ainda mais uma sensação de ansiedade e angústia perante a incerteza do seu destino.

É notória a dissimilitude entre esta zona do edifício e a correspondente ao Museu. Esta sala contrasta com a imponência do interior aristocrata, já que carece de qualquer tipo de ornamentos ou decoração, aparentando ser dois edifícios totalmente diferentes.

Os corredores e divisões imediatos a esta sala são, nos dias de hoje, dotados de luz eléctrica que, no entanto, com a ausência desta na altura, a carência de luz natural acentua o aspecto ainda mais sombrio que este cárcere possuía. Estes corredores levavam assim às outras divisões que faziam funcionar este edifício como delegação da polícia política. Do lado direito apresenta-se a escadaria que leva aos pisos superiores e, do lado esquerdo encontram-se as celas onde os presos dormiam, bem como a enfermaria, a casa de banho e uma sala onde guardavam os pertences. Estas divisões hoje, estão devidamente identificadas com a funcionalidade que tiveram no período em causa.

⁴¹⁸ Jogo de tabuleiro inovador, desenvolvido por Rui Alípio Monteiro, baseado nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial.



Fig. 19 – *Detalhe da porta da cela de isolamento.*

(Vânia Moreira, 2018)

Um dos quartos onde os presos dormiam tinha apenas uma janela, gradeada, que mal deixava a luz entrar. Actualmente, está provido de quatro camas, no entanto, os presos deitavam-se em «(...) *tarimbas de madeira sem colchão, e um caixotinho a servir de travesseiro*»⁴¹⁹.

⁴¹⁹ Coelho, *A Resistência...*, 148.



Fig. 20 – *Imagem do quarto, com a janela gradeada ao fundo*

(Vânia Moreira, 2018)

A enfermaria, actualmente é um gabinete de trabalho, mas conserva os mesmos azulejos brancos que testemunharam as ocorrências aqui registadas no passado. Na altura servia como uma «*espécie de enfermaria*»⁴²⁰.

Subindo até ao topo do edifício através de umas íngremes escadas, esperavá-lhes as salas de interrogatório. Ao longo do caminho estavam os gabinetes dos agentes da PIDE/DGS, para além de outras divisões.

Do último piso, actualmente, é possível estabelecer contacto com o restante interior do edifício, ainda que apenas se aceda ao mesmo através das escadas por onde seguiam os elementos da PIDE e os presos. Na época em que actuava como prisão privada da PIDE, a existência ali de uma estrutura impedia o contacto visual com o restante interior do edifício. Nunca se diria que aquelas áreas tão distintas se encontravam no mesmo edifício, com um interior tão profusamente decorado. Contudo, com as intervenções realizadas posteriormente, nos dias de hoje é possível observar o interior deste edifício, correspondente à parte que alberga o espólio do museu.

⁴²⁰ Coelho, *A Resistência...*, 149.

Era neste último piso que se encontravam as salas de interrogatório (Fig.21), contando-se sete compartimentos e uma casa de banho. Era igualmente neste piso que se realizavam as visitas aos presos, sem qualquer privacidade; num canto desta ampla divisão encontrava-se um guarda que vigiava o preso e o visitante, sentados numa cadeira cada um.



Fig. 21 – Último andar, onde ocorriam os interrogatórios.

(Vânia Moreira, 2018)

A sala dos interrogatórios, que é visitável, subdivide-se em duas pequeníssimas divisões que não correspondem a mais do que três passos de comprimento e dois de largura. Para melhor se ter noção do que ali se passava ao longo dos interrogatórios, uma dessas divisões estava completamente escura e, a outra, com as portadas abertas da janela deixava presenciar a dimensão claustrofóbica daqueles compartimentos que testemunharam as violências cometidas pela polícia política.

Como já foi referido, a dissimilitude entre a área correspondente ao Museu e a área que era dedicada aos presos políticos é notória. Enquanto a primeira é dotada de

uma decoração requintada, a área correspondente a cárcere é completamente fria e insípida. A sensação que transmite é que realmente parecem ser dois edifícios completamente diferentes, e não a mesma casa de uma família burguesa.

Nesta iniciativa estava presente um número considerável de visitantes, pelo que se pode concluir que, ainda que associado a um passado recente, a curiosidade é notória. Além de pessoas que tinham conhecimento do que aqui ocorrera (a maioria eram pessoas já de uma certa idade, que ainda testemunharam “aqueles tempos”) também se verificou a presença de famílias com os seus filhos menores, para os elucidarem que a sua liberdade se conquistou com sofrimento.

Uma das visitantes revelou que a sua avó levava as filhas para fora de casa porque, sendo vizinhas daquele edifício, ouviam os gritos que dali provinham aquando os interrogatórios.

No entanto, são muitos aqueles que não sabem que aqui também estiveram encarcerados presos políticos e que este edifício serviu como delegação da polícia política.

Estas iniciativas tomadas a cabo pelo Museu Militar do Porto constituem-se fulcrais ao entendimento da História recente do nosso país e, sobretudo, pelo simbolismo que este edifício espelha no contexto da luta pela liberdade. As visitas correspondentes aos *Mistérios de uma casa na Rua do Heroísmo*, só se desenvolvem no âmbito do Dia Internacional dos Museus, pelo que durante o ano restante encontra-se encerrada ao público⁴²¹. Através das páginas de divulgação deste Museu, é possível ter conhecimento das datas alusivas a estas visitas.

Quando o ex-cárcere da PIDE se transformou no Museu Militar do Porto, o arquivo da Delegação do Porto foi transferido para as instalações da Cruz Vermelha Portuguesa (anteriormente da Legião Portuguesa, então extinta), passando mais tarde para o Reduto Sul do Forte de Caxias e em 1992 foi então transferido para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este fundo da Delegação do Porto continha informações sobre as antecessoras da PIDE/DGS, ficheiros e processos de presos, registos de correspondência, processos-crime iniciados nos postos e registos de controlo de entradas e saídas do país. Ainda assim, muito se perdeu desse arquivo, incluindo os de

⁴²¹ Tinha estado uma semana antes neste museu, dia 12 de Maio de 2018, pelo que, ao perguntar se poderia visitar a parte correspondente à delegação da polícia política, a pessoa responsável me informou que só seria possível no *Dia Internacional dos Museus*, que ocorreria na semana seguinte.

Lisboa e Coimbra, já que foram destruídos pela própria polícia política ou devido aos desvios ocorridos entre 1974 e 1990⁴²².

Na entrada sita no Largo Soares dos Reis encontra-se na parede uma placa em homenagem àqueles que aqui sofreram às mãos da PIDE/DGS: «*Homenagem do povo do Porto aos democratas e antifascistas que neste edifício foram humilhados e torturados*» (Fig.22).

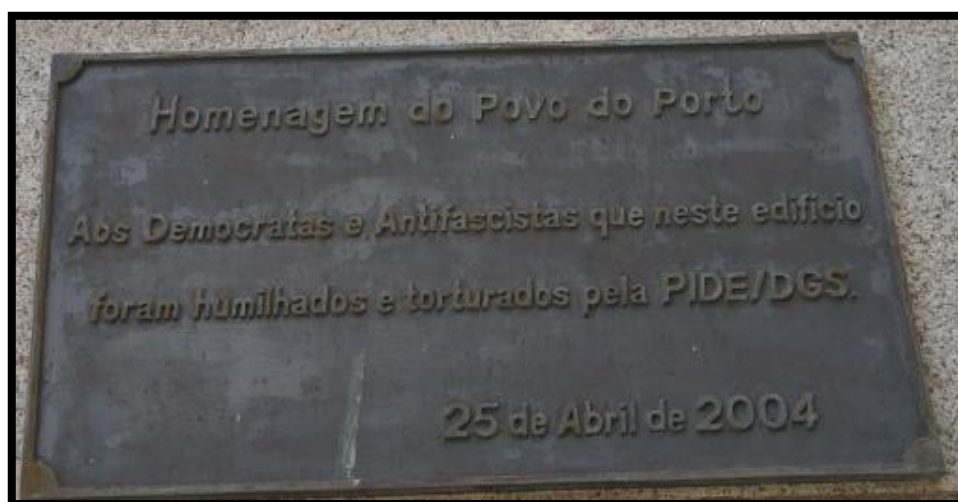


Fig. 22 – Placa em homenagem aos presos políticos, no Museu Militar do Porto.

(Vânia Moreira, 2018)

Não obstante o trabalho meritório que o Museu Militar do Porto tem realizado, importaria constituir um novo Núcleo do Museu consagrado ao período em que este edifício foi a sede da PIDE no Porto, tal como foi realizado no Museu do Aljube, em Lisboa, ainda que de uma menor dimensão. Só assim a memória da repressão política durante o Estado Novo, que lhe está associada, ficaria devidamente salvaguardada.

⁴²² Informações na página da Torre do Tombo, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4279956>.

Delegação da Polícia Política de Coimbra (*The Luggage Hostel & Suites*)⁴²³

Um dos mais conceituados *hostels* da cidade de Coimbra fica sito na Rua Antero de Quental, n.º 129, um edifício histórico que remonta ao primeiro quartel do século XX, recentemente reabilitado.

A sua construção deveu-se a um emigrante português regressado do Brasil nos meados dos anos vinte do passado século.

Em 1935 foi criada a Inspecção de Coimbra da PVDE, à qual sucedeu uma Subdelegação em 1950. Por sua vez, nesta década foi criada a Delegação da PIDE com funções análogas às da Sede, em Lisboa. A Delegação tinha como área de actuação os distritos de Coimbra, Castelo Branco, Guarda e Viseu, os concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Ílhavo, Mealhada, Oliveira de Bairro e Sever do Vouga, do distrito de Aveiro, e os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pombal, do distrito de Leiria. Além disso, à semelhança da delegação do Porto, os Postos de Vigilância e de Fronteira desta zona dependiam directamente de Coimbra⁴²⁴.

De entre outras funcionalidades, este edifício serviu também os utentes da extensão do Centro de Saúde de Celas. Recentemente foi alvo de uma recuperação, vindo a ser utilizado para a instalação do *The Luggage Hostel & Suites*⁴²⁵. A sua reconversão gerou indignação, sendo então apontado outro destino para o edifício, que levasse em consideração as suas funções durante o Estado Novo.

Ainda assim, a gerência do *hostel* permite a visita às instalações a fim de se conhecer o passado do edifício como sede da polícia política, nomeadamente uma das *suites*, que correspondia ao gabinete do director da PIDE e, também, as antigas celas⁴²⁶. Contudo, poderia, por exemplo, proceder-se à instalação, de um anexo, com um pequeno núcleo museológico, revelando esse passado desta mansão, que agora se apresenta com uma imponência e beleza tão serenas.

⁴²³ Apesar de não se ter abordado este edifício com mais pormenor enquanto delegação da polícia política, pela sua actual função considerou-se relevante a sua presença neste último capítulo desta dissertação.

⁴²⁴ Informação disponível na Torre do Tombo, em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4280311>.

⁴²⁵ *Sábado*, de 20.10.2016, «A sede da PIDE em Coimbra é agora um hostel (e dos bons)», <https://www.sabado.pt/gps/style/viagens/detalhe/a-sede-da-pide-em-coimbra-e-agora-um-hostel-e-dos-bons>.

⁴²⁶ *Sábado*, de 20.10.2016, «A sede da PIDE em Coimbra é agora um hostel (e dos bons)», <https://www.sabado.pt/gps/style/viagens/detalhe/a-sede-da-pide-em-coimbra-e-agora-um-hostel-e-dos-bons>.



Fig. 23 – *The Luggage Hostel & Suites.*

(Booking.com)

Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Lisboa

O *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*, sito no n.º 42, da Rua de Augusto Rosa, em Lisboa, constitui o primeiro museu português dedicado à história e acontecimentos ocorridos durante o Estado Novo.

A sua designação, de origem árabe (*al-jubb*, que se traduz em poço sem água, cisterna, masmorra ou prisão⁴²⁷) preludia justamente a sua finalidade enquanto prisão ao longo dos séculos.

Cerca do século XVI, terá provavelmente servido como residência do bispo, pela sua localização adjacente à Sé Catedral de Lisboa e pelos vestígios arqueológicos que foram encontrados. Foi encontrada loiça, como copos e garrafas de meados do século XVI, pelo que fazem crer que terá acolhido membros superiores da hierarquia eclesiástica. Por esta altura, a Inquisição leva a melhor no controlo dos fiéis católicos e o país é engolido pelo terror que esta espalha um pouco por toda a parte. O Aljube

⁴²⁷ Alfredo Caldeira et al., *Museu do Aljube - Resistência e Liberdade* (Lisboa: Norprint, 2015), 7.

passa a prisão eclesiástica durante mais de três séculos, tendo masmorras para o efeito, servindo a Igreja e, particularmente, a Inquisição.



Fig. 24 – O Aljube

(Fotografia atribuída a Joshua Benoliel, Digitalq.pt)

Nos meados do século XIX, após o advento do Liberalismo em Portugal, e as sucessivas medidas que procuravam responder à sua consolidação, muitos edifícios da Igreja passam a ser posse do Estado. O Aljube, enquanto edifício pertencente à Igreja, passou assim para as mãos do Estado. O edifício, que esteve cerca de dez anos encerrado, foi inicialmente destinado a presos de delito comum, passando depois a prisão de mulheres, tendo sido então construído mais um andar. Contudo, como este não era suficiente, verificou-se a necessidade de transferir as mulheres para outro

edifício, sendo escolhido o Convento das Mónicas (conhecido por Cadeia das Mónicas). O Aljube foi também uma prisão política durante a I República, utilizada para a detenção dos então denominados “presos políticos e sociais”.

É já no contexto do regime da Ditadura Militar que «em 1928 foi instalada no antigo edifício do Aljube uma prisão para delinquentes políticos»⁴²⁸, funcionando como «prisão preventiva» para os mesmos.

Assim, os presos eram levados para o Aljube e sujeitos a interrogatórios (que também eram realizados nas sedes dos Governos Cívicos e, mais tarde, na sede da PIDE /DGS), enquanto aguardavam julgamento, e após ser ditada a sentença eram encaminhados para cumprir pena para o Forte de Caxias, o Forte de Peniche e outros presídios, como o campo de concentração do Tarrafal.

Este edifício localiza-se muito próximo de residências, pelo que as pessoas viam os presos a chegar, muitas vezes ensanguentados, o que levou a várias manifestações com o intuito do encerramento deste cárcere. Além disso, isto não contribuía para a boa imagem que o regime pretendia mostrar de si próprio. Por outro lado, não era suficiente para as necessidades repressivas do regime, também pela falta de espaço. Assim, a prisão foi encerrada em 1965. Entretanto, foi alvo de intervenções e, conseqüentemente, o andar dos «curros» foi destruído, numa tentativa de se ocultar as funções que até então tinha desempenhado.

Após o ano de 1974 o edifício conheceu novas funcionalidades, com a instalação de diversos serviços do Ministério da Justiça, mas só no século XXI viu emergir um museu nas suas instalações. Inicialmente, estava prevista a instalação deste museu na sede da PIDE/DGS na Rua António Maria Cardoso. Contudo, a sua transformação num condomínio de luxo não o permitiu, pelo que a solução foi a reutilização do antigo Aljube para tal fim. Foi então acordado entre António Costa (actual Primeiro-Ministro, na altura Presidente da Câmara Municipal de Lisboa) e Alberto Costa (na altura Ministro da Justiça), ceder o edifício à Câmara Municipal de Lisboa e aí se estabelecer um museu dedicado aos resistentes ao regime do Estado Novo.

Desde 25 de Abril de 2015, constitui o *Museu do Aljube - Resistência e Liberdade*. Esta data, o Dia da Liberdade, não foi escolhida por mero acaso para o dia

⁴²⁸ Decreto-Lei nº 26:643 de, 28 Maio de 1936.

da abertura do Museu. Mais do que um simples edifício, o Aljube e o Museu no qual se encontra instalado, é um símbolo da resistência e da luta pela liberdade e democracia no nosso país.

Visita ao Museu do Aljube⁴²⁹

A imponente porta gradeada mesmo em frente à lateral da Sé Catedral de Lisboa dava as “boas-vinda” aos presos que por ali entravam, enquanto aguardavam julgamento (*Fig.25*). Actualmente esta porta encontra-se encerrada e, modo a facilitar a entrada de grupos de escolas, uma vez que devido à estrada e circulação automóvel que ali ocorre era mais seguro, resolveu-se abrir uma porta lateral, sendo esta hoje a porta principal do edifício transformado em Museu (*Fig.26*).



Fig. 25 – *Porta do Aljube, correspondente à lateral da Sé de Lisboa*

(Vânia Moreira, 2018)

⁴²⁹ Visita realizada a 14 de Julho 2018. O Director do mesmo, Luís Farinha, muito prontamente se ofereceu ao mesmo, contudo por incompatibilidade de datas não fora possível. Não obstante, a senhora Ana, muito gentilmente, me proporcionou uma visita guiada pelo museu do Aljube, sendo que me concedeu a maioria da informação neste âmbito.



Fig. 26 – *Porta principal do Museu do Aljube.*

(Vânia Moreira, 2018)

Era neste piso (Piso 0) que se situava o parlatório, onde as famílias, aquando das visitas, tomavam contacto com os seus entes queridos, sempre sujeitas a uma rigorosa vigilância da polícia. O contacto não era directo, havendo uma rede a separar presos e os seus visitantes.

Actualmente, costuma utilizar-se o antigo parlatório como local de exposições de carácter temporário. À data da visita ao Museu (14 de Julho de 2018), encontrava-se exposta uma exposição de carácter temporário dedicada a José Dias Coelho, artista, intelectual, militante e dirigente do PCP que fora assassinado pela PIDE à queima roupa em plena rua, em 19 Dezembro 1961.

Subindo ao 1.º piso, a primeira sala encontra-se dotada de um ecrã, onde é possível assistir a um vídeo intitulado *Memória do Passado Presente*. No espaço seguinte, como se de um jornal se tratasse, em torno da sala (através de imagens e a respectiva explicação), encontra-se exposta a contextualização histórica e política do Estado Novo, começando no final da Primeira República e terminando no chamado *Verão Quente* de 1975. No centro desta sala encontra-se uma mesa com exemplos de

documentos e notícias censurados pelo chamado *lápiz-azul*, daí que a designação deste espaço como *Sala da Censura* (Fig.27).



Fig. 27 – Vista da chamada «Sala da Censura»

(Vânia Moreira, 2018)

De seguida avança-se para o *Corredor dos Nãos*, como lhe chamou a nossa guia, com a voz de Oliveira Salazar a ecoar pelo mesmo, proclamando o célebre discurso conhecido pelas *Certezas Indiscutíveis*, realizado em Braga, a 28 de Maio de 1936:

«Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procuramos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever».

Posteriormente, entra-se na secção consagrada à clandestinidade, na qual se encontra uma exposição com objectos típicos de uma tipografia clandestina, cedidos ao Museu (Fig.28). No fundo da mesma está exposto uma ilustração de José Dias Coelho, alusiva à clandestinidade. Estes utensílios eram de carácter portátil, de modo a serem facilmente transportados caso houvesse necessidade de fugir. Neste corredor, nos dois lados da parede, encontra-se exposta uma imensa diversidade de reproduções de jornais clandestinos, como o *Avante!*, *A Batalha*, *O Têxtil*, *O Corticeiro*, *A Voz das Camaradas*, *Luta Popular*, *Unidade Popular*, entre outros.



Fig. 28 – *Objectos de uma tipografia clandestina*

(Vânia Moreira, 2018)

O som de uma voz radiofónica, soa tenuamente à medida que avançamos, quase imperceptível, pois é uma reprodução de excertos de rádios clandestinas, cujo sinal chegava com bastantes interferências ao nosso país. Sendo rádios clandestinas, a sua sede localizava-se noutros países: *A Rádio Portugal Livre*, com sede em Bucareste (Roménia), e a *Voz da Liberdade*, em Argel (Argélia) funcionavam como ponte entre Portugal e o mundo. Num desses excertos, ouve-se a voz de Manuel Alegre que noticiava a morte de Salazar.

Encontram-se também expostos manifestos, na sua maioria, de estudantes.

Continuando a avançar neste piso, é possível observar a reconstituição de alguns momentos da clandestinidade, como um copiógrafo, uma reunião clandestina (Fig.29) e uma tipógrafa (Fig.30). O papel da mulher na clandestinidade consistia fundamentalmente no papel da dona de casa, incluindo a vigilância da mesma. Havia sinais que eram transmitidos aos militantes clandestinos para saber se a casa estava a ser vigiada pela polícia, como por exemplo, deixar aberta uma janela que nunca se abria - era sinal de que havia perigo. Era ainda muito importante manter uma boa vizinhança nas redondezas para que não desconfiassem da sua condição de clandestinos.



Fig. 29 – *Representação da vida na clandestinidade: as reuniões.*

(Vânia Moreira, 2018)

Também eram as mulheres que normalmente escreviam documentos através da máquina de escrever. Ainda nesta reconstituição, a tipógrafa estava a trabalhar numa máquina de escrever no interior de uma caixa; esta servia para abafar o som da máquina, já que poderia ser suspeito, sobretudo porque muitas vezes os documentos eram redigidos em plena madrugada e, no silêncio da noite, poderia ouvir-se.



Fig. 30 – Representação de uma tipógrafa, utilizando uma máquina de escrever com caixa.

(Vânia Moreira, 2018)

Continuando a avançar ao longo deste piso, é apresentada a síntese da criação da polícia política: desde a PVDE, passando pela PIDE e terminando na DGS. Além disso, contém uma reconstituição dos armários de fichas individuais de presos. Este piso termina com a conhecida imagem da morte de Militão Ribeiro, desmontando a referência dos *brandos costumes*.

Relativamente ao 2.º piso, foram reconstituídas quatro celas individuais, com a finalidade de mostrar como se revestia o regime de isolamento a que os presos eram sujeitos. Estas celas eram os conhecidos «curros» ou «gavetas». O barulho do telefone à entrada da sala é ensurdecador. Ouve-se em todo o piso. Era o som dos inspectores da polícia política a ligar para avisar que iam levar determinado preso para se dirigir à

Rua António Maria Cardoso, ou seja, para os interrogatórios na sede da PIDE. Para além do próprio toque do telefone, os presos sobressaltavam-se com receio de saber quem iria desta vez ser interrogado. Nestas exíguas celas praticamente não cabia uma cama. Para conseguir fazer as suas necessidades, os presos tinham que pedir autorização ao guarda, que os levava um de cada vez, ficando aberta a porta da cela. Por vezes, os dejectos eram feitos num balde que ali ficava, exalando um cheiro nauseabundo, ou por vezes os dejectos eram efectuados ali mesmo no chão.

Estas celas, visitáveis, foram reconstituídas (*Fig.31*), já que as originais tinham sido destruída, como já foi referido. Não obstante, nem por isso a sua reconstituição deixou a desejar, pois procurou-se efectuar uma reconstituição rigorosa, não se esquecendo de apresentar os efeitos do tempo nas paredes das celas, incluindo o nome de um preso chamado «João», a contagem dos dias, dado que a noção do tempo era facilmente esquecida. As celas foram tão bem reconstituídas, que um ex-presos político que as visitou confessou aos profissionais do museu que estavam perfeitamente idênticas às originais, faltando somente a questão dos odores, que actualmente não se fazem sentir.



Fig. 31– Representação de um preso no «curro»

(Vânia Moreira, 2018)

O 3.º piso é dedicado às «*províncias ultramarinas*» e sua História, bem como às figuras que impulsionaram a sua independência. Além disso, dispõe de uma sala inteiramente dedicada ao 25 de Abril de 1974. Nesta, está presente uma cronologia dos acontecimentos desse dia, ao mesmo tempo que um televisor transmite excertos das respectivas emissões televisivas, num dos quais com Francisco Sousa Tavares a descrever os acontecimentos.

O 4.º piso corresponde à antiga enfermaria, que actualmente é a cafetaria do Museu. Além disso, o Museu dispõe também de um centro de documentação, podendo-se consultar livros, revistas e documentos variados.

Relativamente ao piso -1, estão aqui expostos vestígios arqueológicos encontrados neste edifício e relacionados com a História do mesmo.

O maior número de visitas a este Museu deve-se sobretudo ao *passa-palavra*, já que a divulgação do Museu é relativamente escassa, tendo, no entanto, vindo a aumentar.

Verificam-se algumas pequenas lacunas, nomeadamente no que concerne a guias para estrangeiros que, contudo, são em grande número. Há uma presença muito grande de espanhóis e de visitantes da América Latina. Visitantes de outros países como Suíça, Suécia e mesmo dos Estados Unidos da América, vêm por mera curiosidade já que não faziam ideia que Portugal esteve sujeito a um regime ditatorial e têm interesse em perceber o que realmente aconteceu, tanto mais que não tiveram a mesma experiência nos seus países.

Em média, segundo a nossa guia, verifica-se um número de cerca de sessenta a setenta estrangeiros por dia, contrastando com a presença de portugueses que, se forem dez, «é *muito*». Houve um caso, conta-nos, em que vieram oitenta estrangeiros e somente três portugueses. No Verão, verifica-se uma maior presença de estrangeiros, com cerca de cem a cento e vinte visitantes por dia.

Num dos últimos 25 de Abril, o Museu registou o seu número máximo de visitantes, com cerca de mil pessoas, somente neste dia.

Ainda que a presença de portugueses contraste com a de estrangeiros, o crescimento de visitas escolares têm sido notório, e o Museu já não consegue responder a tanta procura. Em pleno Verão de 2018, contava já com inúmeras

marcações de visitas escolares para o próximo ano lectivo, tal é a procura. Além disso, verifica-se um grande interesse e atenção por parte dos estudantes, mesmo dos mais jovens.

O Museu do Aljube tem idealizado como plano futuro⁴³⁰ uma *Biblioteca Virtual*. Este projecto consiste na gravação de depoimentos com entrevistas de Ana Aranha a ex-presos políticos, de modo a abrir uma página de Internet à comunidade.

Além disso, pretende-se prosseguir com as exposições temporárias de ex-presos políticos que passaram por este presídio, relatando a sua história.

Tenciona-se ainda incrementar e melhorar o trabalho de pesquisa contabilizando, por exemplo, o número de presos que passaram pela prisão do Aljube, quantos foram os mortos no campo do Tarrafal, e outros temas ligados à repressão do Estado Novo, ainda por investigar. Estes números são bastante imprecisos e torna-se uma tarefa árdua, sobretudo porque a polícia política tentou eliminar o maior número de provas possível. Além disso, a nossa guia revelou que havia uma homenagem numa pedra à entrada do edifício, na qual continha uma inscrição relativa ao número de presos que por ali passaram, consistindo em cerca de 30 000 presos. Contudo, chegou-se à conclusão de que se trata de um número bastante diminuto, e que carece de um estudo mais rigoroso.

As marcações de visitas individuais são realizadas normalmente num dia em que se consiga juntar um número razoável de interessados. Contudo, devo os meus agradecimentos não só ao director do Museu, Doutor Luís Farinha, como a todos os elementos do Museu, sobretudo à Senhora Ana, nossa guia, que tudo fez para que conseguisse retirar o máximo proveito desta visita.

O Museu do Aljube constitui, de facto, um exemplo notável de como se pode salvaguardar e valorizar a memória da resistência ao Estado Novo, e das lutas que os seus opositores travaram pela liberdade e democracia.

⁴³⁰ Informações muito gentilmente cedidas pela nossa guia, senhora Ana.

Fortaleza de Peniche

Peniche, pela sua localização privilegiada, sempre fora uma localidade bastante atractiva a comerciantes e navegadores. Além disso, pela sua envolvência marítima, era um alvo de constantes ataques por parte de vários invasores (ingleses, franceses, piratas), sendo que ao longo da sua história sempre houve a ideia de construir ali uma fortificação defensiva, o que acabou por se concretizar no século XVI. A sua finalidade de protecção veio, contudo, a provar-se útil noutros contextos da História de Portugal e mesmo mundial.



Fig. 32 – *Fortaleza de Peniche*

(Vânia Moreira, 2012)

A sua história remonta, por conseguinte, ao século XVI, quando o governo de D. João III, com o propósito de proteger a população, decidiu construir a fortaleza, de início constituída pelo Baluarte Redondo, em 1557, a mando de D. Luís de Ataíde, conde de Atouguia⁴³¹. Só em 1645, antes do ano terminar, se dá por terminada a sua construção, já no reinado de D. João IV. Ainda que dada por terminada a sua conclusão, a Fortaleza de Peniche ainda viria a ser objecto de intervenção ao longo dos

⁴³¹ Henriques, «Peniche...», 31.

tempos, nomeadamente durante o Estado Novo, agora com o objectivo de redobrar a vigilância sobre os presos.



Fig. 33 – Fortaleza de Peniche, com destaque para o Baluarte Redondo.

(Vânia Moreira, 2012)

Contudo, a sua história sempre estivera conotada com momentos nefastos da história do país. Até 1897 constituía uma praça militar com fulcral importância estratégica. Foi invadida e ocupada por tropas napoleónicas em 1807-1808, foi abrigo de refugiados Boers provenientes da África do Sul no início do século XX, tendo sido também residência de prisioneiros alemães e austríacos durante a Primeira Guerra Mundial.

Após a instauração da *Ditadura Militar* em 1926, a Fortaleza de Peniche passou a prisão destinada a presos políticos para cumprir a pena a que tinham sido condenados pelos tribunais plenários. Os presos de delito comum por vezes, trabalhavam na cozinha, oficinas ou construção civil⁴³².

A Fortaleza de Peniche foi o cárcere dos presos políticos considerados «mais perigosos» para o regime, sendo estes, inevitavelmente que cumpriam penas mais

⁴³² Bernardes, *Peniche...*, 23.

longas. Às sentenças eram acrescentadas as medidas de segurança, pelo que o tempo dos encarcerados prolongava-se por longos anos. Esta fortaleza, contudo, foi também palco de evasões espectaculares, sendo símbolo da resistência e da firmeza em prosseguir a luta na esperança de ver um país mais justo e livre.



Fig. 34 – Placas de homenagem à entrada da Fortaleza de Peniche

Desde 1938 que a Fortaleza de Peniche se encontra classificada como *Monumento Nacional*, através do *Decreto-Lei n.º 28:536* de 22 Março desse ano.

Contudo, desde há alguns anos que este edifício começou a entrar num avançado estado de degradação, conforme salientou o autor da obra *Peniche – Uma fortaleza da Resistência*, Francisco Bernardes, que também defendeu a ampliação do Núcleo da Resistência, que se encontra lá instalado:

*Hoje, a Fortaleza de Peniche não alberga finalmente uma prisão. Implementado no seu interior um museu regional dedicado principalmente ao mar e ao que com o mar e com Peniche se relaciona, dele faz justamente parte o Núcleo da Resistência. Núcleo da Resistência que bom seria ver melhorado e ampliado, para fruição cultural e didáctica de quem o visita – e para que tanto da nossa História não se esvaneça em nós ou simplesmente passe ao olvido do povo que somos*⁴³³.

Alvo de sucessivas obras de reabilitação, em 1984 a Câmara Municipal de Peniche inaugurou o Museu de Peniche (mais tarde designado por Museu Municipal de Peniche) em parte das instalações do Pavilhão C e do parlatório. Neste Museu é possível conhecer um acervo relativo a vários temas desde a Pré-História, Arqueologia Subaquática, Pesca e Construção Naval, Memórias de Peniche, entre outros⁴³⁴.

Não obstante as obras realizadas, o edifício continuava num crescente estado de degradação, pelo que se tornara urgente a sua reabilitação.

⁴³³ Bernardes, *Peniche...*, 147.

⁴³⁴ Henriques, «Peniche...», 61.



Fig. 35 – *Bloco Prisional da Fortaleza de Peniche*

(Vânia Moreira, 2012)



Fig. 36 – *Bloco Prisional da Fortaleza de Peniche, em evidente estado de degradação.*

No ano de 2016 no âmbito de um projecto lançado pelo governo, o programa REVIVE, que pretende valorizar e recuperar o património sem uso, podendo este ser concessionado a privados, o Forte de Peniche foi nele incluído. Contudo, como o seu futuro projectava a sua transformação num hotel, gerou-se uma inevitável polémica, que acabou por provocar a retirada da Fortaleza de Peniche desse programa.

Avançou-se, posteriormente, para uma solução mais digna para a Fortaleza, que virá a albergar um museu dedicado à resistência ao regime do Estado Novo. Lançado o concurso para a adaptação da Fortaleza a museu, este foi ganho pelo arquitecto João Barros de Matos, que apresentou uma proposta valorizando o edifício como cárcere político, visando assim recordar a sua história também como local de resistência e luta pela liberdade.

Actualmente, a Fortaleza de Peniche encontra-se encerrada para visitas devido à realização de obras para reabilitação e instalação do futuro *Museu Nacional da Resistência e Liberdade*..

Apesar de, finalmente, se ter encontrado o melhor destino para esta Fortaleza, esteve bastante tempo num estado de degradação, notório nas imagens de uma visita a este complexo prisional no ano 2012 (*Fig. 35 e Fig. 36*). Neste âmbito, a *Resolução da Assembleia da República n.º 27/2018*, de 21 de Dezembro de 2017, «*recomenda ao governo que desenvolva todos os esforços tendo em vista a recuperação e valorização da Fortaleza de Peniche, que se encontra num elevado estado de degradação*».

Trata-se de um local que conserva a memória de um período sombrio para aqueles que, descontentes com o regime repressivo em vigor, resistiam e lutavam em prol de uma vida melhor e mais justa. Portanto, a sua reutilização como *Museu Nacional da Resistência e Liberdade* é uma justa homenagem a todos aqueles que experienciaram a repressão de um regime ditatorial, procurando também consciencializar as gerações actuais e vindouras de que a liberdade não pode ser tomada por garantida e que o caminho futuro da sociedade não passa pela supressão das liberdades individuais e colectivas.

Forte de Caxias

O edifício que albergou a prisão de Caxias resulta do aproveitamento de um edifício já existente, o Forte de D. Luís I, que em 1901 recebeu esta denominação em homenagem ao monarca falecido.

Este edifício remonta ao século XIX, tendo sido construído entre 1879 e 1886, como parte integrante do Campo Entrincheirado de Lisboa. A instabilidade política e militar do século XIX (marcada pelas invasões napoleónicas, a Guerra Civil e os diversos pronunciamentos militares) levou a que se levantasse um perímetro que delimitava a capital, interligando várias fortificações, resultando assim num sistema defensivo⁴³⁵.

Logo em 1916 passou a exercer funções de estabelecimento prisional; e «(...) em 1936 foi criada a Cadeia-Depósito de Caxias», com a implantação do Estado Novo, passando a receber presos políticos, sendo esta prisão política desactivada em 1974, aquando 25 de Abril.

Actualmente, continua a exercer a funcionalidade de cárcere, sendo uma prisão destinada a presos de delito comum, o que, no entanto, não seria impeditivo da instalação de um núcleo museológico relativo ao período em que desempenhou as funções de prisão política do Estado Novo.

Tarrafal

Ainda que o Tarrafal⁴³⁶ não seja objecto pormenorizado de estudo deste trabalho, a sua relevância no âmbito das prisões políticas em Portugal é muito importante.

«*Quem vem para o Tarrafal, vem para morrer*»⁴³⁷. A «*colónia penal do Tarrafal*», como era designada, havia sido instalada na Ilha de Santiago (no concelho do Tarrafal), no arquipélago de Cabo Verde, na sequência da promulgação do *Decreto-lei n.º 26:539*, de 23 de Abril de 1936. Segundo os técnicos que tinham inspeccionado

⁴³⁵ Informação sobre o Forte D. Luís I ou Forte de Caxias, disponível em *fortalezas.org*.

⁴³⁶ Abrilabril.pt a 22.05.2018. «Cabo Verde propõe Tarrafal a Património da Humanidade», <https://www.abrilabril.pt/cultura/cabo-verde-propoe-tarrafal-patrimonio-da-humanidade?from=onesignal>

⁴³⁷ Frase de um dos directores do Tarrafal citada do livro Pereira, Duarte: *O Dirigente Clandestino...*, 272.

o local, este seria dotado das condições necessárias para a instalação de uma «*colónia penal*», com uma capacidade de lotação de 500 presos. Esta, visava a reclusão de «*presos por crimes políticos que devam cumprir a pena de desterro (...)*».

Actualmente, o Campo de Concentração do Tarrafal alberga o *Museu da Resistência*, como forma de preservar e dignificar a memória daqueles que ali estiveram encarcerados devido à sua oposição ao Estado Novo, desde comunistas, anarquistas, socialistas, republicanos do “revirinho” e, mais tarde, nacionalistas africanos que lutavam pela independência das colónias.

Além disso, o ex-Campo de Concentração do Tarrafal foi reconhecido como *Património Nacional da República de Cabo Verde*, pela Resolução n.º 33/2006⁴³⁸, além de ter sido estabelecido o dia 29 de Outubro como o *Dia da Resistência Antifascista*.

Como projecto futuro para este símbolo da resistência transnacional, encontra-se em curso uma proposta para a apresentação em 2020 da sua candidatura a Património da Humanidade, como revelou Abrãao Vicente, Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde⁴³⁹.

Pelo facto deste cárcere apresentar um carácter transnacional, o ministro cabo-verdiano revelou a intenção da candidatura ser conjunta, envolvendo não só Cabo Verde, mas também Portugal, Angola e Guiné-Bissau, de modo a transformá-lo num «*campo internacional pela paz*»⁴⁴⁰, nas palavras do próprio. Considera ainda a importância de divulgar a história de cada prisioneiro por ali passou, como forma de homenagear e dignificar a sua memória.

A sua proposta de candidatura a Património da Humanidade pretende evidenciar o seu papel internacionalmente, enquanto mais um cárcere do sistema prisional do Estado Novo, cuja repressão era exercida também nas colónias. Além disso, este cárcere ficou marcado pelo seu carácter lúgubre e aterrador, cujas condições prisionais se tornaram terríveis por se revestirem de uma enorme crueldade.

Enquanto testemunho da herança colonial em Cabo-Verde, a importância desta candidatura evoca também a necessidade de preservação da memória colectiva que

⁴³⁸ Boletim Oficial de Cabo Verde nº 25 I Série de 14 de Agosto de 2006, disponível em: <https://kiosk.incv.cv/1.1.25.422/>

⁴³⁹ Abrilabril.pt a 22.05.2018. «Cabo Verde...».

⁴⁴⁰ Abrilabril.pt a 22.05.2018. «Cabo Verde...».

extrapola uma região, um país, um povo. É a memória colectiva dos resistentes a um regime que os oprimia e confinava a liberdade.

Conclusão

Muitos destes edifícios apresentam actualmente funcionalidades que não correspondem à importância que tiveram na história do nosso país.

Não se pretende transformar todos estes edifícios em museus, mas sim consciencializar para o facto de que são locais de memória da História de Portugal, e que carecem de ser valorizados enquanto tal.

O edifício que sustentava a sede da polícia política do Estado Novo, a PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, revestiu-se de um enorme simbolismo, já que ali ocorriam os terríveis interrogatórios, acompanhados por violentas torturas. Esse simbolismo, naturalmente, adquiriu um carácter nefasto, sobretudo para os opositores do regime. Actualmente é um condomínio de luxo. As páginas de Internet alusivas ao empreendimento, não referem esse seu passado, nem o próprio edifício em si. Quanto à sua história enquanto sede da então polícia política, apenas resta a memória daqueles que sabem o que ali ocorreu, e tentam preservá-la, e uma placa que ali se conserva em homenagem aos civis que a então PIDE/DGS alvejou mortalmente aquando o 25 de Abril de 1974.

A delegação da polícia política do Norte foi transformada no *Museu Militar do Porto*, sendo que a parte que outrora exerceu a função de cárcere é visitável somente em dias específicos. Por outro lado, o palacete que albergou a delegação da PIDE/DGS em Coimbra, fora alvo de intervenções e hoje é um *hostel* denominado *The Luggage Hostel & Suites* e, não obstante, conservar e permitir a visita às celas, não é suficiente para relembrar o papel que desempenhou durante o Estado Novo.

O Aljube foi transformado num museu alusivo à resistência e liberdade, constituindo o exemplo mais bem conseguido de respeito e valorização da memória da resistência ao Estado Novo e do papel que os presos políticos tiveram nesse processo.

Por sua vez, o Forte de Peniche, por pouco que não viu o seu destino transformado num hotel, mas actualmente encontra-se em processo de reabilitação para albergar o Museu Nacional da Resistência e Liberdade, dedicado à luta pela

liberdade e pela democracia. Ainda não se conhece o programa museológico completo – foi apenas apresentado um guião, com 11 núcleos – mas a composição da sua Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica oferece garantias que os aspectos essenciais relativos à sua história enquanto cárcere do Estado Novo serão salvaguardados.

São, por conseguinte, escassos os casos que traduzem a adopção de uma solução adequada para a preservação e valorização patrimonial destes edifícios – apenas o Aljube e a Fortaleza de Peniche que, de facto, constituem dois bons exemplos –, pelo que poderemos concluir que o seu valor patrimonial se encontra fortemente reduzido, uma vez que, por carência de uma adequada contextualização histórica, não se lhes pode atribuir o significado resultante das funções que assumiram durante o regime do Estado Novo.

Bibliografia

- Ademar, Carlos, e Ana Aranha. *No Limite da Dor*. Lisboa: Parsifal, 2014.
- Adriano, Paulo Jorge Antunes dos Santos. «Penitenciária Central de Lisboa. A Casa do Silêncio e o despontar da arquitectura». Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.
- António de Oliveira Salazar, 2 Faces*. Quidnovi, 2009.
- Aquino, Acácio Tomás de. *O segredo das prisões atlânticas*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
- Araújo, Emília e Rita Ribeiro. «Tempo, memória e identidades». Colóquio e Seminário História e Memória Local, Centro Cultural de Vila das Aves, 30 de Maio, 2009.
- Barretto, Margarita. «O imprescindível aporte das ciências sociais para o planeamento e a compreensão do turismo.». *Horizontes Antropológicos*, vol. 9, nº 20 (2003): 15-29.
- Bernardes, Francisco Miguel. *Uma Fortaleza da Resistência: Peniche 1934-1974*. Lisboa: Edições Avante!, 1991.
- Brito, Carlos. *Tempo de subversão: Páginas vividas da resistência*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2011.
- Caetano, Nuno Alves. *Prisioneiros de Caxias: 28 de Setembro de 1974*. Lisboa: Chiado, Editora, 2014.
- Calado, Mariano. *Fortificações da região de Peniche*. Edição de Autor, 2000.
- Caldeira, Alfredo, Fernando Rosas, Luís Farinha. *Museu do Aljube -Resistência e Liberdade*, Norprint: Lisboa, 2015.
- Carvalho, Ana. *Os museus e o património cultural imaterial*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.
- Casaco, António Rosa. *Servi a Pátria e Acreditei no Regime*. Ed. de Autor, 2003.
- Catroga, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- Coelho, José Dias. *A Resistência em Portugal*. Lisboa: Edições Avante!, 2006.

Comissão do Livro Negro do Regime Fascista. *Repressão política e social no Regime Fascista*. Lisboa: PCM/CLNRF, 1986.

Connerton, Paul. *Como as Sociedades Recordam*. Lisboa: Celta Editora, 1999.

Cordeiro, José Manuel Lopes. *A Imprensa Clandestina e do Exílio no Período 1926-1974*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, 2014.

Cunha, Adelino. *Álvaro Cunhal: Retrato pessoal e íntimo*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010

Cunha, Adelino. *Os Filhos da Clandestinidade*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016.

Dacosta, Fernando. *Máscaras de Salazar*. Alfragide: Casa das Letras, 2010.

Durand, Jean-Yves. «Patrimónios/Patrimônios», Jornadas sobre a função social do museu, 16, Montalegre, 2005.

Eliade, Mircea. *Salazar e a Revolução em Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

Fentress, James e, Chris Wickham. *Memória Social: Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994.

Ferro, António. *Salazar: o Homem e a sua obra*. Lisboa: Edições Fernando Pereira, 1989.

Figueiredo, António de. *Portugal: 50 anos de ditadura*. Lisboa: Dom Quixote, 1976.

Gama, Manuel. «Da censura à autocensura no Estado Novo» Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, 2009.

Gouveia, Fernando. *Memórias de um inspector da PIDE*. Lisboa: Roger Delraux, 1979.

Guimarães, Sérgio. *Da resistência à Liberdade*. Lisboa: Mil Dias, 1977.

Henriques, Ana Carolina. «Peniche: o Património Cultural, o Turismo e o Mar». Tese de Mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

Henriques, Raquel, e Maria Alice Samara. *Viver e Resistir no Tempo de Salazar*. Lisboa: Verso de Kapa, 2013.

Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70.

Madeira, João, Irene Flunser Pimentel, e Luís Farinha. *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A esfera dos livros, 2007.

Madureira, Arnaldo. *O controlo das oposições e a instauração do Estado Novo*. Lisboa: Clube do Autor 2015.

- Madureira, Arnaldo. *Salazar – A instauração da ordem*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- Martins, Ana Rita Nunes Lopes. «A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade», Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- Martins, Guilherme d’Oliveira. *Portugal: memória, património e cidadania*. Centro Nacional de Cultura, 2011.
- Martins, Guilherme d’Oliveira. *Património, Herança e Memória: A cultura como criação*. Lisboa: Gradiva, 2009.
- Martins, Guilherme d’Oliveira. *Portugal, Identidade e Diferença: Aventuras da Memória*. Lisboa: Gradiva, 2007.
- Matias, Joaquim Monteiro. *Memória de Tortura e resistência*. Lisboa: Temas e Debates, 2013
- Mattoso, José, dir. *História de Portugal, Vol. 7 : O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa: Estampa, 1993.
- Medina, Miguel. *Esboços: Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999.
- Medina, Miguel. *Esboços 2: Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.
- Miguel, Francisco. *Das Prisões à Liberdade*. Lisboa: Edições Avante!, 1986.
- Moniz, Gonçalo, e Susana Pereira. «As Prisões do Estado Novo: Dispositivos Espaciais de vigilância e punição». Porto: CETUP, 2015 (181-202).
- Nunes, Ester Margarida, e Rita Romeiras. *Prisões e presos políticos portugueses durante o fascismo*. Loures: Câmara Municipal de Loures.
- Pereira, José Pacheco. *Álvaro Cunhal: Uma Biografia Política (4 vols.)* Lisboa: Temas e Debates, 2005.
- Pereira, Susana. «As Prisões do Estado Novo: Dispositivos Espaciais de Vigilância e Punição». Tese de Mestrado, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2016.
- Pimentel, Irene Flunser. *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- Pimentel, Irene Flunser. «A memória pública da ditadura e da repressão», *Le Monde Diplomatique* (Edição Portuguesa), 8 de Fevereiro de 2007

Pimentel, Irene Flunser. «O Tribunal Plenário, instrumento de justiça política do Estado Novo». Comunicação apresentada no Colóquio Internacional Administração e Justiças na Res publica, Braga, Universidade do Minho, 15-16 de Março, 2010.

Proença, Maria Cândida. *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2015.

Raby, Dawn Linda , *A resistência antifascista em Portugal : comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Lisboa: Salamandra, 1990.

Ribeiro, Maria da Conceição. *A polícia política no Estado Novo: 1926-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

Ricoeur, Paul. «Memória, história, esquecimento.» Comunicação apresentada na Conferência Internacional *Hauting Memories? History in Europe after Authoritarianism*, 8 de Março, 2003.

Rodrigues, Donizete. «Património Cultural, Memória Social e Identidade: uma abordagem antropológica», Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2012.

Rodrigues, Francisco Martins. *Os Anos do Silêncio*. Lisboa: Edições Dinossauro, 2008.

Rosas, Fernando, coord. *Volume XII: Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Nova História de Portugal, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Santos, Miguel Dias. *Arlindo Vicente e o Estado Novo: História, cultura e política*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Sardica, José Miguel. *O Século XX Português*. Alfragide: Texto Editores, 2011.

Serra, Jaime. *Eles têm o direito de saber...* Lisboa: Avante!, 2004

Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: Volume XIII (1926-1935)*. Verbo, 2000.

Soares, Pedro. *Tarrafal: Campo da Morte Lenta*. Lisboa: Avante!, 1975.

Tiago, Manuel. *Até amanhã, Camaradas*. Lisboa: Avante!, 2004.

Tiago, Manuel. *Lutas e Vidas: Um Conto*. Lisboa: Avante!, 2003.

Tiago, Manuel. *Sala 3 e Outros Contos*. Lisboa: Avante!, 2001.

Vasco, Nuno. *Vigiados e Perseguidos: Documentos secretos da PIDE /DGS*. Amadora: Bertrand, 1977.

Webgrafia

Abreu, Alexandra Simões de. «O que o tempo, a memória e os homens fizeram às prisões do Estado Novo», *Observador*, 23 de Novembro, 2016, disponível em https://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-11-23-O-que-o-tempo-a-memoria-e-os-homens-fizeram-as-prisoas-do-Estado-Novo#gs.FNxT_Y8.

AbrilAbril. «Cabo Verde propõe Tarrafal a Património da Humanidade», *AbrilAbril*, 22 de Maio, 2018, disponível em <https://www.abrilabril.pt/cultura/cabo-verde-propoe-tarrafal-patrimonio-da-humanidade?from=onesignal>.

Amaral, Hugo e Liliana Valente. «O meu amor clandestino. Histórias de liberdade», *Observador*, 24 de Abril, 2015, <https://observador.pt/especiais/o-meu-amor-clandestino-historias-de-liberdade/>.

Carneiro, Ivete. «O museu das memórias orais fica ao pé do cemitério», *Jornal de Notícias*, 25 de Abril, 2009, disponível em <https://www.jn.pt/nacional/interior/o-museu-das-memorias-orais-fica-ao-pe-do-cemiterio-1211938.html>.

Carrapatoso, Miguel Santos. « Fernando Rosas: ‘Há pisos a abanar na Fortaleza de Peniche’ », *Observador*, 26 de Fevereiro, 2018, disponível em <https://observador.pt/2018/02/26/obras-na-fortaleza-de-peniche-sem-fim-a-vista-ha-tectos-a-abanar/>.

Diário de Notícias, «Antiga sede da PIDE em Maputo transformada em museu», *Diário de Notícias*, 18 de Março, 2015, disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/antiga-sede-da-pide-em-maputo-transformada-em-museu-4460363.html>.

Fonseca, Ana Sofia. «Os prisioneiros de Peniche», *Público*, 22 de Abril, 2002, disponível em <https://www.publico.pt/2002/04/22/jornal/os-prisioneiros-de-peniche-169733>.

Fonseca, Pedro Protes da. «Forte de Peniche. A fuga de Cunhal e a história do guarda que o ajudou.», *Observador*, 01 de Outubro, 2016, disponível em <https://observador.pt/especiais/forte-de-peniche-a-fuga-de-cunhal-e-a-historia-do-guarda-que-o-ajudou/>.

Lopes, Joana. «O Paço do Duque», *Caminhos da Memória*, 19 de Março, 2009, disponível em <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/03/19/o-%C2%ABpaco-do-duque%C2%BB/>.

Marco, Alves. «A vida nova dos prédios emblemáticos do Estado Novo», *Sábado*, 21 de Janeiro, 2001, disponível em <http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/a-vida-nova-dos-predios-emblematicos-do-estado-novo>.

Mendonça, Cátia e Nuno Ribeiro. «Memórias de um passado recente», *Público*, 25 de Abril, 2017, disponível em <https://acervo.publico.pt/multimedia/infografia/memorias-de-um-passado-recente-223>.

Morais, Carlos Gonçalves. «Edmundo Pedro: ‘No Tarrafal aprendi três línguas, matemáticas superiores, física e química’», *Sábado*, 28 de Janeiro, 2018, disponível em <http://www.sabado.pt/vida/detalhe/edmundo-pedro-no-tarrafal-aprendi-tres-linguas-matematicas-superiores-fisica-e-quimica>.

Pimentel, Irene Flunser. « Peniche: de Prisão a Pousada?», *Caminhos da Memória*, 28 de Setembro, 2008, disponível em <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/09/28/peniche-de-prisao-a-pousada/>.

Público, «Roteiro das Prisões do Estado Novo», *Público*, 18 de Dezembro, 2016, disponível em <https://www.publico.pt/2016/12/18/culturaipsilon/noticia/as-outras-prisoas-do-estado-novo-1755112>.

Ralha, Diana. «Vizinhos pedem embargo do condomínio de luxo na sede da PIDE», *Público*, 27 de Outubro, 2006, disponível em <https://www.publico.pt/2006/10/27/jornal/vizinhos-pedem-embargo-do-condominio-de-luxo-na-sede-da-pide-104260>.

<http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/?p=396>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

Filmes e Documentários

Barahona, José (Realizador). (2004). *Quem é Ricardo?* [Filme].

Dias, Susana Sousa (Realizadora). (2005). *Natureza Morta* [Documentário]. Lisboa: Atalanta Filmes.

Dias, Susana Sousa (Realizadora). (2009). *48* [Documentário]. Lisboa: Alambique.

Dias, Susana Sousa (Realizadora). (2017). *Luz Obscura* [Documentário]. Lisboa: Alambique

Leitão, Joaquim (Realizador). (2005). Até amanhã, Camaradas. [Filme] Lisboa: MGN Filmes

Legislação

Diário do Governo, I Série:

Decreto – Lei nº 11: 727. D.G. I Série (15-06-1926)

Decreto – Lei nº 12: 972. D.G. I Série (05-01-1927)

Decreto – Lei nº 15: 195. D.G. I Série (17-03-1928)

Decreto – Lei nº 18: 849. D.G. I Série (13-09-1930)

Decreto – Lei nº 19: 143. D.G. I Série (19-12-1930)

Decreto – Lei nº 20: 125. D.G. I Série (30-07-1931)

Decreto – Lei nº 21: 943. D.G. I Série (05-12-1932)

Decreto – Lei nº 22: 151. D.G. I Série (23-01-1933)

Decreto – Lei nº 22: 241. D.G. I Série (22-02-1933)

Decreto – Lei nº 22: 465. D.G. I Série (11-04-1933)

Decreto – Lei nº 22: 469. D.G. I Série (11-04-1933)

Decreto – Lei nº 22: 785. D.G. I Série (29-06-1933)

Decreto – Lei nº 22: 992. D.G. I Série (29-08-1933)

Decreto – Lei nº 23: 050. D.G. I Série (23-09-1933)

Decreto – Lei nº 23: 054. D.G. I Série (25-09-1933)

Decreto – Lei nº 23: 203. D.G. I Série (06-11-1933)

Decreto – Lei nº 26: 539. D.G. I Série (23-04-1936)

Decreto – Lei nº 26: 643. D.G. I Série (28-05-1936)

Decreto – Lei nº 34: 674. D.G. I Série (18-06-1945)

Decreto – Lei nº 35: 830. D.G. I Série (27-08-1946)

Decreto – Lei nº 35: 007. D.G. I Série (13-10-1945)

Decreto – Lei nº 35: 044. D.G. I Série (20-10-1945)

Decreto – Lei nº 35: 046. D.G. I Série (22-10-1945)

Decreto – Lei nº 36: 387. D.G. I Série (01-07-1947)

Decreto – Lei nº 37: 447. D.G. I Série (13-06-1949)

Decreto – Lei nº 39 749. D.G. I Série (09-10-1954)

Decreto – Lei nº 40 550. D.G. I Série (12-03-1956)

Decreto – Lei nº 18 539. D.G. I Série (17-06-1961)

Decreto – Lei nº 49 401. D.G. I Série (24-11-1969)

Decreto – Lei nº 450/72. D.G. I Série (14-11-1972)

Diário da República, I Série:

Decreto-Lei nº 353/73. D.R. I Série (29-06-1973)

Decreto- Lei nº 242/77. D.R. I Série (03-06-1977)

Resolução da Assembleia da República nº 24/2008. D.R. I Série. 122. (26-06-2008)

Resolução da Assembleia da República n.º 118/2017. D.R. I Série. 114. (14-06-2017)